

Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS
Diretoria de Recursos Hídricos – DRHI

PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA

RELATÓRIO ETAPA A

- ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -

Janeiro de 2009



**Secretaria de Estado
do Desenvolvimento
Econômico Sustentável**



ESTADO DE SANTA CATARINA

Luis Henrique da Silveira
Governador do Estado

Leonel Arcângelo Pavan
Vice-Governador do Estado

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTÁVEL - SDS**

Onofre Santo Agostini
Secretário de Estado

Lauro Andrade
Diretor Geral

DIRETORIA DE RECURSOS HÍDRICOS - DRHI

Flávio Rene Brea Victoria
Diretor de Recursos Hídricos

GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS - GEPHI

Rui Batista Antunes
Gerente de Planejamento em Recursos Hídricos

Coordenação do Componente Gestão Ambiental - PRAPEM/Microbacias 2

Coordenação do Componente e Subcomponente Apoio a Gestão de Bacias
Hidrográficas
Guilherme Xavier de Miranda Junior

Equipe Técnica Responsável pela Coordenação e Supervisão

Equipe da SDS

Guilherme Xavier de Miranda Junior – Coordenação Geral
César Rodolfo Seibt
Simone Stadnick
Marta Elisabete Souza Kracik
Patrice Juliana Barzan

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus Contíguos

Gilmar Antônio da Rosa - Presidente
Joni Stolberg - Vice-Presidente
Idair Pedro Piccinin - Secretário-Executivo

Equipe da Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos

Julio Palhares - EMBRAPA
Laino Pletsch - EPAGRI
Ademilson B. da Silva - CIDASC
Jucelino dos Santos - EAFC - Escola Agrotécnica Federal de Concórdia
Gilmar Antonio da Rosa - Prefeitura Municipal de Ipumirim
Joni Stolberg - UNC - Universidade do Contestado
Rafael Leão - COPEF - Gestora do Parque Estadual Fritz Plaumann
Claudia Schiavini - Consórcio Lambari
Nesio Tumeleiro - AECOM - Associação dos Engenheiros de Concórdia
Deise Ieda Caibre - SADIA
Valdinei Gollo - Gelnex
Idair Pedro Piccinin - Frigorífico Varpi

Equipe da SDS / DRHI

Ana Paula Carvalho Coelho
Angela Medeiros Viana Carvalho
Carlos Alberto Rockenbach
Diogo Barnetche
Éder da Silva e Sá
Elisa Duarte Macedo de Sousa
Enaldo Ribeiro Santos
Fernando Clark Nunes
Fernando Medeiros de Azevedo
Francisco Teruyuki Yokoyama
Frederico de Moraes Rudorff
Gilce Porto
Gisele de Souza Mori
Grasiela Maria Bento
Graziela Bohusch
Hilbert Hubert
Luciana Camargo Castro
Robson Marcos da Cunha
Thobias Leôncio Rotta Furlanetti
Vinicius Sousa Fazio

Execução: MPB Engenharia

Coordenação

Paulo José Aragão - Coordenador Geral Técnico
Ciro Loureiro Rocha - Coordenador Geral

Especialistas

Héctor Raul Muñoz Espinosa – Assessor Técnico da Coordenação
Bertoldo Silva Costa
Clarissa Soares
Juliana Roscoe
Pablo Rodrigues Cunha
André Labanowski

Equipe Complementar

Célio Testoni
Fábio Luis Viecili
Daniel Salvador
José Olimpio Muricy
Josiane Gili
Soledad Urrutia de Sousa
Thayhara Shana Bernardino
Greici Pitz

**RELATÓRIO – ETAPA A****RL-1808-900-931-MPB-002**

EMPREE:

SDS

Página

EXECUTOR

MPB ENGENHARIA**ESTUDOS AMBIENTAIS****PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS****ÍNDICE DE REVISÕES****REVISÃO****DESCRIÇÃO E/OU FOLHAS ATINGIDAS****O** EMISSÃO ORIGINAL**A** REVISÃO A**B** REVISÃO B**C** REVISÃO C

ITEM	ORIGINAL	REVISÃO A	REVISÃO B	REVISÃO C	REVISÃO D	REVISÃO E
DATA DA EXECUÇÃO	10/11/08	11/01/09	21/01/09	27/01/09		
EXECUTADA POR	Clarissa	Clarissa/Daniel/ Fábio	Clarissa/Daniel/ Fábio	Clarissa/Daniel/ Fábio		
APROVAÇÃO PRELIMINAR	Ciro	Ciro/Héctor	Ciro/Héctor	Ciro/Héctor		
APROVAÇÃO FINAL						

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página i
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	1
1.1. INTRODUÇÃO	1
1.2. ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS	6
1.2.1. DESTAQUES DA LEGISLAÇÃO EM ÂMBITO FEDERAL	7
1.2.2. DESTAQUES DA LEGISLAÇÃO EM ÂMBITO ESTADUAL	9
1.2.3. MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO	19
2. ÁREA DE ESTUDO.....	21
2.1. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA	21
2.2. DENOMINAÇÃO DA ÁREA – ASPECTOS CONCEITUAIS	26
2.3. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA HIDROGRÁFICO DE PLANEJAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS JACUTINGA	29
2.4.1. ASPECTOS HISTÓRICOS.....	31
2.4.2. CENÁRIO ATUAL	34
2.4.3. ASPECTOS TURÍSTICOS	35
2.4.4. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	36
3. DIAGNÓSTICO DA DINÂMICA SOCIAL DA ÁREA DO SHPRH JACUTINGA.....	42
3.1. IDENTIFICAÇÃO DE ATORES SOCIAIS ATUANTES NO SHPRH JACUTINGA: GRUPOS SOCIAIS E ECONÔMICOS ORGANIZADOS.....	43
3.1.1. SINDICATOS	43
3.1.2. ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	44
3.1.3. COOPERATIVAS AGRÍCOLAS	44
3.1.4. ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS	45
3.1.5. MOVIMENTO SOCIAL.....	46
3.2. CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES RELACIONADAS COM O GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS.....	46
3.2.1. INSTITUIÇÕES DE ÂMBITO MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL	47
3.2.1.1. MUNICÍPIOS	47
3.2.1.2. ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	50
3.2.1.3. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	52
3.2.1.4. ASSOCIAÇÕES DE CÂMARAS MUNICIPAIS.....	54
3.2.1.5. SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL	54
3.2.2. INSTITUIÇÕES DE ÂMBITO ESTADUAL	55
3.2.2.1. SECRETARIA DE ESTADO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – SDS.....	55
3.2.2.2. CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH	57

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página ii
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			
<p>3.2.2.3. SECRETARIAS DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SDR´s 57</p> <p>3.2.2.4. EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S/A – EPAGRI 60</p> <p>3.2.2.5. COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA – CIDASC 68</p> <p>3.2.2.6. COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN 68</p> <p>3.2.2.7. FATMA – FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE 69</p> <p>3.2.2.8. VIGILÂNCIA SANITÁRIA 70</p> <p>3.2.3. INSTITUIÇÕES DE ÂMBITO FEDERAL 71</p> <p>3.2.3.1. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA 71</p> <p>3.2.3.2. INSTITUIÇÕES FEDERAIS SEM ESCRITÓRIOS REGIONAIS NA ÁREA DO SHPRH JACUTINGA 71</p> <p>3.2.3.3. CONSELHOS PROFISSIONAIS 73</p> <p>3.2.4. ORGANIZAÇÕES DE NATUREZA NÃO GOVERNAMENTAL – ONG’S 74</p> <p>3.2.5. COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS 75</p> <p>3.2.6. INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE NÍVEL SUPERIOR 80</p> <p>3.3. PLANO DE DIVULGAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO – ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS 81</p> <p>3.3.1. PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL 83</p> <p>3.3.2. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 86</p> <p>3.4. PLANO DE DIVULGAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO – AÇÕES DESENVOLVIDAS 91</p> <p>3.4.1. DO PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL 91</p> <p>3.4.2. DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 92</p> <p>3.5. REALIZAÇÃO DO I ENCONTRO REGIONAL – RELATOS 94</p> <p>3.5.1. RELATO DA REUNIÃO COM O COMITÊ DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS 94</p> <p>3.5.2. RELATO DO I ENCONTRO SOBRE A ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS 98</p> <p>4. CONCLUSÕES 101</p> <p>5. BIBLIOGRAFIAS 104</p> <p>5.1 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 104</p> <p>5.2 BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS 118</p> <p>6. ANEXOS 124</p>			

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página iii
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1 – Fluxograma Metodológico do Plano de Trabalho</i>	<i>5</i>
<i>Figura 2 – Vertentes de drenagem do Estado de Santa Catarina</i>	<i>21</i>
<i>Figura 3 – Divisão Hidrográfica Nacional, Resolução do CNRH nº 32/2003</i>	<i>22</i>
<i>Figura 4 – Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina e limites das “bacias” hidrográficas.....</i>	<i>23</i>
<i>Figura 5 – Região Hidrográfica do Uruguai (ANA).....</i>	<i>25</i>
<i>Figura 6 – Localização do SHPRH Jacutinga no âmbito das Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina</i>	<i>27</i>
<i>Figura 7 – Área do SHPRH Jacutinga na Região Hidrográfica do Vale do Rio do Peixe (RH 3).....</i>	<i>28</i>
<i>Figura 8 – Abrangência Municipal na área do SHPRH Jacutinga</i>	<i>49</i>
<i>Figura 9 – Abrangência das Associações de Municípios na área do SHPRH Jacutinga.....</i>	<i>51</i>
<i>Figura 10 – Abrangência do Consórcio Lambari.....</i>	<i>53</i>
<i>Figura 11 – Organograma da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.....</i>	<i>56</i>
<i>Figura 12 – Abrangência das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR´s) na área do SHPRH Jacutinga</i>	<i>59</i>
<i>Figura 13 – Abrangência das Gerências Regionais da Epagri na área do SHPRH Jacutinga.....</i>	<i>62</i>
<i>Figura 14 – Ilustração da região hidrográfica da Bacia do Rio Jacutinga</i>	<i>77</i>
<i>Figura 15 – Abrangência do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e suas Bacias Hidrográficas Contíguas</i>	<i>79</i>
<i>Figura 16 – Fluxograma de integração de ações estratégicas para o envolvimento dos atores sociais....</i>	<i>82</i>
<i>Figura 17 – Cronograma de atividades do Plano de Divulgação e do Plano de Mobilização Social</i>	<i>90</i>

LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 1 – Descrição Geral das Etapas de Trabalho</i>	<i>3</i>
<i>Quadro 2 – Regiões Hidrográficas e bacias formadoras</i>	<i>14</i>
<i>Quadro 3 – Vertentes, Regiões Hidrográficas (ANA), Regiões Hidrográficas (RH-SC) e “bacias” do Estado de Santa Catarina</i>	<i>24</i>
<i>Quadro 4 – Dados de População do SHPRH Jacutinga</i>	<i>39</i>
<i>Quadro 5 – Cooperativas na área do SHPRH Jacutinga.....</i>	<i>45</i>
<i>Quadro 6 – Municípios inseridos na área do SHPRH Jacutinga</i>	<i>47</i>
<i>Quadro 7 – Associações de Municípios atuantes na área do SHPRH Jacutinga.....</i>	<i>50</i>
<i>Quadro 8 – Associação de Câmaras Municipais inserida na área do SHPRH Jacutinga.....</i>	<i>54</i>
<i>Quadro 9 – SDR´s inseridas no SHPRH Jacutinga</i>	<i>58</i>
<i>Quadro 10 – Gerências Regionais da Epagri atuantes na área do SHPRH Jacutinga.....</i>	<i>60</i>
<i>Quadro 11 – ADM´s inseridas na área do SHPRH Jacutinga.....</i>	<i>63</i>
<i>Quadro 12 – Administrações Regionais da CIDASC inseridas na área do SHPRH Jacutinga.....</i>	<i>68</i>
<i>Quadro 13 – Abrangência da CASAN na área do SHPRH Jacutinga.....</i>	<i>69</i>
<i>Quadro 14 – Instituições de Ensino Superior inseridas na área do SHPRH Jacutinga</i>	<i>80</i>

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página iv
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Lei Estadual nº 10.949/1998

Anexo 2 – Mapa Temático: Sistema Hidrográfico de Planejamento de Recursos Hídricos Jacutinga (SHPRH Jacutinga)

Anexo 3 – Relação de Festividades nos municípios da SHPRH Jacutinga

Anexo 4 – Relação dos Atores Sociais da área do SHPRH Jacutinga

Anexo 5 – Decreto Estadual nº 652/2003

Anexo 6 – Regimento Interno do “Comitê Jacutinga”

Anexo 7 – Lista de Presença do Encontro Regional

Anexo 8 – Registro Fotográfico do Encontro Regional

Anexo 9 – Convite, *Folder* e *Banner* do Encontro Regional

Anexo 10 – Pauta do Encontro Regional

Anexo 11 – Documento veiculado na mídia escrita e impressa

Anexo 12 – Encontro Regional: Apresentação da SDS/DRHI

Anexo 13 – Encontro Regional: Apresentação da MPB Engenharia

Anexo 14 – Recuperação de Áudio do Encontro Regional

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 1
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1. Introdução

O presente relatório compõe o conjunto de atividades executadas na Etapa A, do Plano de Trabalho Ajustado, para a elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos. Esta Etapa A é denominada “Estratégia para o Envolvimento da Sociedade na Elaboração do Plano” e, portanto, teve como objetivo articular o envolvimento dos segmentos sociais na elaboração dos Estudos. Este objetivo implica em ter claramente definida a área objeto do planejamento e o arcabouço legal e institucional que deve sustentar as ações a serem deflagradas. Neste sentido, embora estes aspectos sejam introdutórios ao estudo geral e não somente ao tema central da Etapa A, a Contratada entendeu ser importante incluí-los entre os constituintes desta Etapa. Ainda mais, tendo em conta que o presente é o primeiro relatório parcial referente aos estudos em andamento para a elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos.

O presente relatório é composto de seis capítulos, assim estruturados:

- **Capítulo 1 – Considerações Iniciais:** Introdução; e, Aspectos Legais e Institucionais;
- **Capítulo 2 – Área de Estudo:** Localização da Área; Denominação da Área - Aspectos Conceituais; Caracterização do Sistema Hidrográfico de Planejamento de Recursos Hídricos Jacutinga (SHPRH Jacutinga);
- **Capítulo 3 – Diagnóstico da Dinâmica Social da área do SHPRH Jacutinga;**
- **Capítulo 4 – Conclusões;**
- **Capítulo 5 – Bibliografias:** Referências Bibliográficas e Bibliografias Consultadas e;
- **Capítulo 6 – Anexos.**

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 2
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

1.1.1. Contextualização do Estudo

A decisão do Brasil de enfrentar o desafio de solucionar os problemas relacionados aos recursos hídricos nacionais aconteceu com o advento da Lei 9.433/97, que definiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH). A chamada “Lei das Águas” baseia-se em princípios e fundamentos hoje aceitos em quase todos os países que avançaram na gestão dos recursos hídricos. Seu primeiro princípio é a adoção da Bacia Hidrográfica como unidade territorial de planejamento dos recursos hídricos. Dentro deste contexto de planejamento e, utilizando-se o conceito de unidade por Bacia Hidrográfica, a própria Lei das Águas trouxe como importante instrumento de gestão os Planos de Bacia Hidrográfica, destinados a estabelecer metas e indicar soluções de curto, médio e longo prazo, com horizonte de planejamento compatível com seus programas e projetos.

O Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural PRAPEM/MICROBACIAS 2 é uma parceria entre o Banco Mundial, Governo do Estado de Santa Catarina e Prefeituras Municipais, executado pela Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural (SAR) e suas vinculadas, Epagri e Cidasc, com apoio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS) e sua vinculada Fatma, juntamente com a Polícia Ambiental de Santa Catarina. O objetivo central do projeto é promover o alívio à pobreza rural através de ações integradas que visam o desenvolvimento econômico, ambiental e social do meio rural catarinense, de forma sustentável e com a efetiva participação dos atores envolvidos. O Estado de Santa Catarina recebeu um empréstimo (LN-4660-BR) do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) para financiar esse Programa, pretendendo aplicar parte desse empréstimo para fazer face aos pagamentos referentes à execução dos serviços expressos.

Desta forma, o estudo para a elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos é desenvolvido no âmbito do Programa PRAPEM/MICROBACIAS 2, na Componente Gestão Ambiental através da Sub-componente Apoio a Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas e tem como instituição executora a Diretoria de Recursos Hídricos – DRHI da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS. De acordo com o Plano de Trabalho Ajustado para elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos, o estudo será desenvolvido em três etapas seqüenciais de forma articulada e harmônica, constituídas por várias atividades, conforme consta no TOR 066/2006 proposto pela SDS.

A Contratada considera importante salientar que foi acordado na reunião de 26/11/2008 entre os técnicos da SDS/DRHI e integrantes do Comitê Jacutinga, a inclusão da terminologia “e seus contíguos”, alterando assim a denominação expressa no TOR 066/2006, para “Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos”. Isto, de forma a não vincular tal plano especificamente a uma bacia hidrográfica, no caso, a do Rio Jacutinga.

De acordo com os procedimentos metodológicos apresentados no Plano de Trabalho Ajustado, as etapas previstas no Termo de Referência estão descritas no Quadro 1.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 3
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Quadro 1 – Descrição Geral das Etapas de Trabalho

Identificação	Descrição/Conteúdo
Etapa A - Estratégia Para O Envolvimento da Sociedade na Elaboração do Plano	<p>Esta etapa tem como objetivo articular o envolvimento da sociedade na elaboração dos Estudos objeto do TOR 066/2006. Desta forma, deverá se complementar o levantamento técnico do diagnóstico, divulgar a elaboração do Plano, envolvendo a população na discussão das potencialidades e dos problemas hídricos e suas implicações, sensibilizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e na conservação dos recursos hídricos e estimular os segmentos sociais a participarem do processo de gestão desses recursos. Neste processo de sensibilização, serão mobilizados os diferentes atores da sociedade local de forma a permitir o estabelecimento de uma estratégia de fortalecimento do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga. Esta Etapa deverá auxiliar o início dos levantamentos para compor o conhecimento da dinâmica social da bacia e da Região Hidrográfica.</p>
Etapa B: Diagnóstico e prognóstico dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga	<p>Esta etapa tem por objetivo levantar e inventariar os recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, com vistas à avaliação quantitativa e qualitativa da disponibilidade hídrica da bacia hidrográfica, bem como caracterizar e quantificar as demandas hídricas consuntivas e não consuntivas, permitindo a identificação de conflitos já instalados ou potenciais. Prevê também o conhecimento da dinâmica social da bacia e da Região Hidrográfica.</p> <p>Nesta fase de diagnóstico deverão ser considerados estudos e projetos existentes na área, principalmente os “Estudos dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos para o Estado de Santa Catarina e Apoio para sua Implementação”, o Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH/SC (em elaboração) e os Sistemas de Informações e de Apoio à Tomada de Decisões e Planejamento SADPLAN (em elaboração), que foram desenvolvidos ou estão em desenvolvimento na SDS/DRHI.</p> <p>Esta etapa deverá gerar uma base de dados e informações necessária e suficiente para que possam ser identificadas as soluções para conflitos pelo uso múltiplo dos Recursos hídricos que serão propostas na Etapa C.</p>
Etapa C: Elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga	<p>Esta etapa estará voltada à definição de objetivos, metas e estratégias que o Plano buscará alcançar, em face do cenário desejado definido para os horizontes temporais de curto, médio e longo prazo, ou seja, consiste na elaboração do Plano propriamente dito.</p>

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 4
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Nos procedimentos metodológicos apresentados no Plano de Trabalho Ajustado, as etapas previstas no Termo de Referência estão representadas a seguir no **Fluxograma Metodológico do Plano de Trabalho** (Figura 1), que ilustra o encadeamento analítico das atividades a serem desenvolvidas para elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos, onde se identifica a Etapa A, apresentada no presente Relatório.

O Termo de Referência TOR 066/2006 para a elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga indica, entre as fontes de consulta, os estudos em desenvolvimento do Plano Estadual de Recursos Hídricos, e do Projeto PRAPEM/MICROBACIAS 2, com destaque para o projeto dos Planos de Desenvolvimento das Microbacias – PDMHs.

No contexto do PRAPEM/Microbacias 2, diversas microbacias hidrográficas do Estado apresentam Planos de Desenvolvimento de Microbacias Hidrográficas – PDMH em elaboração. Pela sua filosofia e prática de trabalho, o PRAPEM/Microbacias 2 é considerado um projeto inovador porque há a participação efetiva das comunidades. Cada microbacia hidrográfica contemplada possui uma Associação de Desenvolvimento da Microbacia (ADM) formalizada com Diretoria, Estatuto, CNPJ, Conta Bancária e com Plano de Desenvolvimento da Microbacia Hidrográfica (PDMH) elaborado pelas comunidades locais. Nestes planos estão definidas as missões, os valores e as ações de curto, médio e longo prazo. As famílias, pela primeira vez, têm voz ativa e poder de decisão. Jovens, mulheres, homens e idosos definem o PDMH a qual pertencem e planejam propostas de melhorias comunitárias, grupais ou individuais. São as famílias organizadas que gerenciam e decidem o que fazer nas áreas ambiental, social e econômica (SANTA CATARINA / SAR, 2004). Como proposta final, esses estudos apresentam um conjunto de prioridades nos grandes blocos de atuação, ou seja: na área ambiental, social e de renda.

Neste sentido, os Planos de Desenvolvimento de Microbacias Hidrográficas – PDMH elaborados e que estão em elaboração em várias microbacias hidrográficas integrantes da área de abrangência deste estudo, serão fonte de pesquisa e alvo de discussão visando à incorporação dos resultados dos mesmos no Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS		REVISÃO C
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		Página 5
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

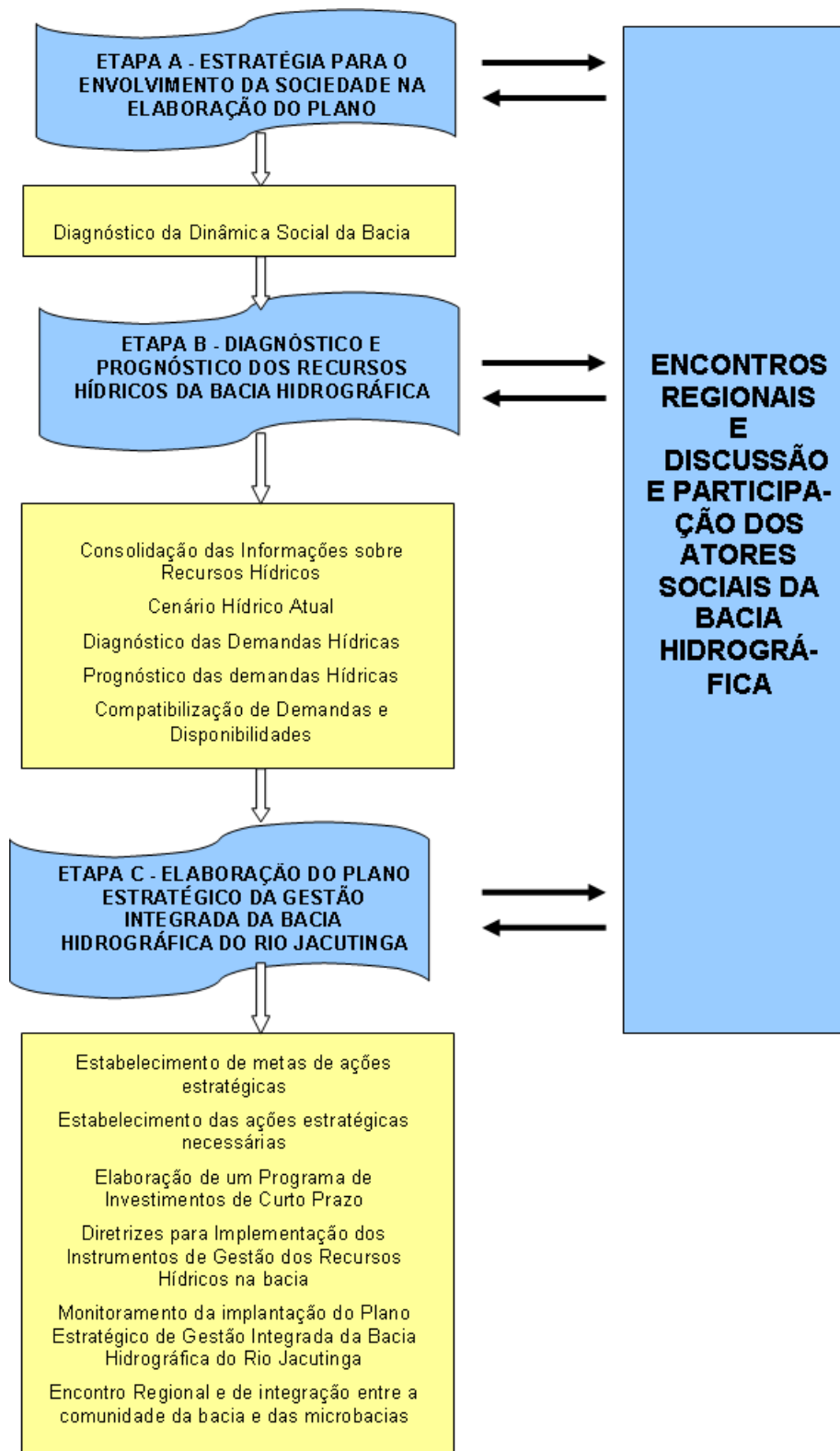


Figura 1 – Fluxograma Metodológico do Plano de Trabalho

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 6
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

1.2. Aspectos Legais e Institucionais

O Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e contíguas, que aqui recebe a sigla de – PEGI –, será um plano de orientação de ações em relação aos recursos hídricos da área de abrangência do estudo, com uma perspectiva de caráter estratégico, visando a proposição de medidas para reverter ou evitar conflitos identificados nos balanços hídricos entre as demandas dos usuários e as ofertas disponibilizadas pela natureza. Neste sentido, o PEGI tem como objetivo auxiliar no desenvolvimento de uma base de conhecimentos e estratégias para a construção gradativa e participativa do Plano de Gerenciamento de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas consideradas.

Para efeitos de balanços hídricos, as disponibilidades hídricas serão estimadas através das equações de vazões médias de longo termo e de vazões mínimas de permanência, apresentadas na Regionalização de Vazões das Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina; e as demandas, a partir do Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos – CEURH/SC. O Sistema de Apoio à Tomada de Decisão para Planejamento de Recursos Hídricos Superficiais - SADPLAN – é um sistema computacional disponibilizado pela SDS/DRHI que fornece indicadores matemáticos utilizados para auxiliar no diagnóstico do uso quantitativo e qualitativo dos recursos hídricos em bacias hidrográficas, de forma a identificar conflitos, sejam eles existentes ou potenciais, entre os diferentes setores usuários de água. O CEURH/SC tem como objetivo a coleta, com base nas informações do próprio usuário, e a disponibilização de informações sobre quem usa, como usa, onde usa e para que usa as águas superficiais e subterrâneas sob o domínio estadual.

Atendendo o caráter participativo das políticas estadual e nacional de recursos hídricos, os resultados do balanço hídrico serão submetidos ao conhecimento da comunidade regional para apreciação e pronunciamento, através do correspondente Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica.

Considerando o exposto anteriormente e também que a unidade de planejamento - Bacias principais e contíguas corresponde à rios de domínio estadual. É interessante se ter presente o arcabouço legal que dá sustentação ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina, seja através da correspondente Política Estadual e/ou das suas leis subseqüentes e complementares. Mas, por outro lado, a própria legislação estabelece que os planejamentos nos diferentes recortes espaciais devam ser coerentes entre si. E esta ótica nos remete à conveniência de ter em mente, não somente o arcabouço legal estadual, mas também o nacional.

Ainda, o planejamento do aproveitamento dos recursos hídricos de uma bacia hidrográfica deve, necessariamente, considerar o correspondente enquadramento dos corpos hídricos conforme os seus usos preponderantes, isto é, as metas de qualidade a serem atingidas/respeitadas para que sejam possíveis os usos pretendidos. Diante deste fato, cabe lembrar que também se deve reportar a alguns aspectos relevantes da legislação ambiental em relação aos recursos hídricos.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 7
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

É importante comentar a necessidade de se buscar a integração – nos aspectos pertinentes e que sejam possíveis – das ações de planejamento e gestão da bacia hidrográfica com o trabalho em desenvolvimento nas microbacias através dos Planos de Desenvolvimento de Microbacias Hidrográficas (PDMHs) e outras ações do PRAPEM/Microbacias 2.

Salienta-se, desde já, a importância de se ter presente a Política e o Sistema Estadual de Recursos Hídricos no que se refere aos Comitês de Bacias, pois este conhecimento é a base que norteia a identificação de atores sociais e entidades relacionadas no *Diagnóstico da Dinâmica Social da Bacia*, que será abordado no presente estudo.

O arcabouço legal brasileiro contempla todas as diretrizes para a elaboração do planejamento de bacias hidrográficas. Desta forma, a elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da área denominada Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos deve estar inserida no contexto da legislação vigente no país.

1.2.1. Destaques da Legislação em Âmbito Federal

Nesta esfera cabe destacar:

- **Lei nº 9.433 de 1997**, que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21º da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; onde são formuladas as diretrizes para gestão dos recursos hídricos e os instrumentos de gestão.
- **Lei nº 9.984 de 2000**, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- **Lei nº 6.938 de 1981**, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

Complementarmente podem ser mencionadas:

- **Lei nº 4.771 de 1965**, que institui o novo Código Florestal; e
- **Lei nº 11.445 de 2007**, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

Em decorrência das legislações sobre Recursos Hídricos e sobre Meio Ambiente, foram criados o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, regulamentado através do Decreto nº 4.613 de 2003; e o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, regulamentado através do Decreto nº 99.274 de 1990. Através das Resoluções destes conselhos, vêm sendo regulamentadas as legislações de recursos hídricos e meio ambiente, respectivamente.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 8
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Para efeito deste estudo, cabe destacar as seguintes Resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH:

- **Resolução CNRH nº 91 de 2008**, que dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos.
- **Resolução CNRH nº 32 de 2003**, que institui a Divisão Hidrográfica Nacional em regiões hidrográficas, tendo como finalidade orientar, fundamentar e implementar o Plano Nacional de Recursos Hídricos.
- **Resolução CNRH nº 22 de 2002**, que estabelece diretrizes para inserção das águas subterrâneas no instrumento *Plano de Recursos Hídricos*.
- **Resolução CNRH nº 17 de 2001**, estabelece entre outras diretrizes, que a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas deverá estar em conformidade com o disposto na Lei nº 9.433 de 1997; que os Planos serão elaborados pelas competentes Agências de Água, supervisionados e aprovados pelos respectivos Comitês de Bacia; e que deverão levar em consideração os planos, programas, projetos e demais estudos relacionados a recursos hídricos existentes na área de abrangência das respectivas bacias. Esta mesma Resolução do CNRH estabelece que "O Plano de Recursos Hídricos de uma sub-bacia somente poderá ser aprovado pelo seu comitê, se as condições do seu exutório estiverem compatibilizadas com o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica Principal."

Comentário

No caso da *vertente do interior* do Estado de Santa Catarina, a última disposição citada acima implica em compatibilizar os planos das bacias dos rios afluentes ao rio Uruguai com o Plano de Recursos Hídricos da Bacia deste rio, cujo domínio é Federal; e em compatibilizar os planos das bacias afluentes ao rio Iguaçu, com o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica deste rio, também de domínio da União, plano que pela sua vez deve ser compatibilizado com aquele da bacia maior, ou seja, o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná.

Tendo em conta que na atualidade ainda não existem planos de recursos hídricos nas bacias dos rios federais mencionados e que tampouco existem ainda os respectivos comitês de bacias, entende-se que no seu momento oportuno, a proposta de compatibilização das condições do seu exutório, conforme a mesma Resolução em pauta, deverá ser coordenada pela Agência Nacional de Águas – ANA, contemplando uma ampla participação da sociedade civil e dos órgãos intervenientes na bacia; e ser submetida "à aprovação do Conselho de Recursos Hídricos competente".

- **Resolução CNRH nº 16 de 2001**, que estabelece critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 9
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

- **Resolução CNRH nº 15 de 2001**, que estabelece diretrizes gerais para a gestão de águas subterrâneas (<http://www.cnrh-srh.gov.br/delibera/resolucoes/R015.htm>).
- **Resolução CNRH nº 5 de 2000**, que estabelece as diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Também cabe destacar algumas das Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, dentre as quais duas das mais importantes para a questão da gestão e do planejamento de recursos hídricos:

- **Resolução CONAMA nº 396 de 2008**, que dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento, prevenção e controle da poluição das águas subterrâneas. Esta Resolução foi promulgada considerando, dentre outras coisas: a necessidade de integração das Políticas Nacionais de Gestão Ambiental, de Gestão de Recursos Hídricos e de Uso e Ocupação do Solo; a Resolução CNRH nº 15 de 2001, que estabelece que o enquadramento dos corpos de água em classes dar-se-á segundo as características hidrogeológicas dos aquíferos e os seus respectivos usos preponderantes; e a necessidade de se promover a proteção da qualidade das águas subterrâneas, uma vez que poluídas ou contaminadas, sua remediação é lenta e onerosa.
- **Resolução CONAMA nº 357 de 2005**, trata da classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes nos corpos de água do país. Esta Resolução e sua originária, a Resolução nº 20 de 1986, tem servido de orientação aos Estados que ainda não regulamentaram ou formularam suas leis sobre enquadramento de corpos de água de domínio estadual.

1.2.2. Destaques da Legislação em Âmbito Estadual

No âmbito do Estado de Santa Catarina cabe destacar:

- **Lei Complementar nº 284 de 2005**, ratificada posteriormente pela Lei Complementar nº 381 de 2007, que dispõem sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo e que, nos art. 67º e 72º, inciso VI, respectivamente, estabelecem que compete à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS, “Outorgar o direito de uso da água e fiscalizar as concessões emitidas”.
- **Lei nº 9.748 de 1994**, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos. Esta lei estabelece os princípios, os objetivos, as diretrizes e, principalmente, os instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos. Institui também o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), como suporte financeiro da Política e das ações do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. A lei estabelece que em cada bacia hidrográfica deverá

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 10
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

ser instituído um Comitê de Gerenciamento, ao qual caberá “a coordenação programática das atividades dos agentes públicos e privados relacionados aos recursos hídricos, compatibilizando, no âmbito espacial de sua respectiva bacia, as metas do Plano Estadual de Recursos Hídricos com a melhoria da qualidade dos corpos de água.” Também estabelece a composição dos Comitês com representação de 40% para os representantes dos usuários da água; 40% para os representantes da população da bacia, através dos poderes executivo e legislativo municipais, de parlamentares da região e de organizações e entidades da sociedade civil; e 20% para representantes dos diversos órgãos da administração estadual e federal atuantes na bacia. Estabelece, também, através do seu art. 29º, que o Estado poderá delegar aos municípios, que se organizarem técnica e administrativamente, o gerenciamento de recursos hídricos de bacias inseridas integralmente em território do município.

Comentário

Salienta-se em relação à composição dos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas instituídos na lei catarinense, a sua diferença quanto à participação dos Municípios, quando comparada com a lei paulista. Conforme já registrado, no caso dos comitês catarinenses, os representantes dos poderes executivo e legislativo municipais estão incluídos no percentual de 40% correspondente ao segmento “representantes da população da bacia”, compartilhando este percentual com representantes dos parlamentares da região e de organizações e entidades da sociedade civil. Já no caso da lei paulista os executivos municipais têm participação garantida, igual a um terço do total, da mesma forma que os segmentos representantes da administração estadual e da sociedade civil. Esta ressalva é feita devido ao caráter pioneiro da lei paulista, motivo pelo qual normalmente é utilizada como exemplo, o qual, no caso catarinense, sem o esclarecimento acima, pode induzir a eventuais equívocos.

Importante salientar, também, o teor do art. 29º da Lei nº 9.748 de 1994 que, ao permitir a delegação aos municípios do gerenciamento dos recursos hídricos de bacias inseridas integralmente em seu território poderá, eventualmente, ser de interesse em casos tais como os das bacias dos rios Suruvi e Queimados, no Município de Concórdia, por exemplo.

- **Lei nº 9.022 de 1993**, que dispõe sobre a instituição, estruturação e organização do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Este sistema – SEGRH – foi instituído com o objetivo de implementar a Política Estadual de Recursos Hídricos e formular, atualizar e aplicar o Plano Estadual de Recursos Hídricos, congregando a sociedade civil, órgãos e entidades estaduais e municipais intervenientes no planejamento e no gerenciamento dos Recursos Hídricos. O SEGRH tem por objetivos permanentes:

- definir mecanismos de coordenação e integração interinstitucional dos órgãos e entidades intervenientes no processo de gestão dos recursos hídricos;

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 11
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

- definir sistemas associados de planejamento, administração, informação, desenvolvimento tecnológico e capacitação de recursos humanos; no campo da gestão de recursos hídricos;

- estabelecer mecanismos e instrumentos jurídico-administrativos, econômico-financeiros e político-institucionais que permitam a realização do Plano Estadual de Recursos Hídricos, sua permanente e sistemática revisão e atualização;

- propor mecanismos de coordenação inter-governamental, com o Governo Federal, Estados vizinhos e Municípios, para compatibilização de planos, programas e projetos de interesse comum, inclusive os relativos ao uso de recursos hídricos a serem partilhados;

- estabelecer formas de gestão descentralizada dos recursos hídricos, a nível regional e municipal, adotando-se as bacias hidrográficas como unidades de gestão, de forma compatibilizada com as divisões político-administrativas; e

- estabelecer formas de participação da sociedade civil na definição da política e das diretrizes a que se refere a presente lei.

Segundo a Lei nº 9.022, o SEGRH tem a seguinte composição:

- Órgão de Orientação Superior: Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH;
- Órgão Central: atualmente, a SDS com o apoio da Diretoria de Recursos Hídricos, área responsáveis pelos recursos hídricos do Órgão Central do Sistema;
- Núcleos Técnicos: Comissão Consultiva do CERH; Secretaria Executiva do CERH; Áreas responsáveis pelo meio ambiente e recursos hídricos da SDS; e
- Órgãos Setoriais de Apoio e Execução: Órgãos e entidades públicas sediadas no Estado, que executem ou tenham interesses em atividades relacionadas com o uso, preservação e recuperação de recursos hídricos.

Comentário

Vale salientar a respeito da Lei nº 9.022, a sua promulgação anterior à lei nº 9.748 de 1994, da Política Estadual, lei esta última que instituiu os Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas. Por este motivo é que os comitês, que obviamente passaram a fazer parte do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Santa Catarina, especialmente com o advento da Política Nacional, não constam na composição descrita no teor da Lei nº. 9.022 de 1993, embora por seu vínculo ao CERH, conforme Lei nº 6.739/85, já estivessem contemplados no Sistema Estadual, ainda que de forma indireta.

- **Lei nº 6.739 de 1985**, que cria o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, como órgão de deliberação coletiva.

É de Competência ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (art. 3º):

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 12
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

- I - estabelecer as diretrizes da política com vistas ao planejamento das atividades de aproveitamento e controle dos recursos hídricos;
- II - analisar as propostas de estudos e projetos sobre o uso, preservação e recuperação de recursos hídricos;
- III - propor as diretrizes para o plano estadual de utilização dos recursos hídricos;
- IV - propor as diretrizes para o programa estadual de defesa contra as cheias;
- V - propor normas para o uso, preservação e recuperação dos recursos hídricos;
- VI - sugerir mecanismos de coordenação e integração junto ao Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento do Governo do Estado de Santa Catarina – SISPLANOR para o planejamento e execução das atividades relacionadas com a utilização dos recursos hídricos;
- VII - compatibilizar a política estadual com a política federal de utilização dos recursos hídricos;
- VIII - compatibilizar as ações intermunicipais com a ação estadual na área de utilização de recursos hídricos;
- IX - propor diretrizes relativas à sistemática de elaboração, acompanhamento, avaliação e execução de programas, projetos e atividades na área de utilização de recursos hídricos;
- X - estabelecer normas para a institucionalização de Comitês de Bacias Hidrográficas;
- XI - orientar a constituição de Comitês de Bacias Hidrográficas;
- XII - promover, prioritariamente, a integração dos programas e atividades governamentais de: abastecimento urbano e industrial; controle de cheias; irrigação e drenagem; pesca; transporte fluvial; aproveitamento hidroelétrico; uso do solo; meio ambiente; hidrologia; meteorologia; hidrosedimentologia; lazer;
- XIII - desenvolver outras atividades normativas relacionadas com a gestão e o controle de recursos hídricos no âmbito estadual.

Segundo o art. 4º, § 1º, desta mesma lei, vinculam-se, ainda, ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos os Comitês de Bacias Hidrográficas, aos quais compete (§ 2º) fornecer subsídios para a formulação da política regional de recursos hídricos e participar da coordenação dos programas de ação em nível de bacia hidrográfica.

Comentário

Com relação ao teor do art. 4º, § 1º, da Lei Estadual nº 6.739, há que salientar que em 1985, ano de promulgação da mesma, os comitês de bacias ainda não tinham sido instituídos pela legislação catarinense de recursos hídricos e que, mesmo de fato, não existiam. Portanto, a

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 13
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

interpretação que poderá ser dada a este parágrafo da lei é a de um caráter de previsão quanto à futura existência dos comitês de bacia.

- **Lei nº 10.949 de 1998**, que dispõe sobre a caracterização do Estado em 10 (dez) Regiões Hidrográficas.

O território do Estado de Santa Catarina está contido em parte de 3 (três) das regiões hidrográficas nacionais estabelecidas pela Resolução CNRH nº 32 de 2003: a Região Hidrográfica do Paraná, a Região Hidrográfica do Uruguai e a Região Hidrográfica do Atlântico Sul. As bacias catarinenses que integram as duas primeiras regiões (Paraná e Uruguai) constituem a denominada "Vertente do Interior". As bacias catarinenses que integram a Região Hidrográfica do Atlântico Sul constituem a "Vertente Atlântica", também denominada "Vertente do Litoral".

Em novembro de 1998, o Estado de Santa Catarina promulgou a Lei nº 10.949 que instituiu a divisão do Estado em 10 (dez) regiões hidrográficas, cada uma delas composta por um conjunto de bacias que apresentam características físicas e hidrológicas semelhantes (art. 5º). Esta divisão, segundo a Lei supracitada, foi instituída para "efeito do planejamento, gestão e gerenciamento dos recursos hídricos catarinenses" (art. 1º).

A lei estabelece, em seu art. 2º, que o Estado desenvolverá a gestão regionalizada dos recursos hídricos, com o objetivo de promover:

- I - formas de gestão descentralizada dos recursos hídricos, a nível regional e municipal, adotando-se as bacias hidrográficas como unidades de gestão, de forma compatibilizada com as divisões político-administrativas;
- II - mecanismos e instrumentos jurídico-administrativos e político-institucionais que permitam a realização do Plano Estadual de Recursos Hídricos;
- III - o planejamento regional voltado para o desenvolvimento sustentável, equilibrado e integrado; busca garantir que a água, elemento natural primordial a todas as formas de vida, possa ser controlada e utilizada em padrões de qualidade e quantidade satisfatórios, por seus usuários atuais e pelas gerações futuras.

As Regiões Hidrográficas são as relacionadas no Quadro 2, conforme o art. 3º da lei, cujo teor textual estabelece: "Para efeito desta Lei, as 10 (dez) **Regiões Hidrográficas** serão assim denominadas e **formadas**" (*grifo da Contratada*):

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS		REVISÃO C
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Quadro 2 – Regiões Hidrográficas e bacias formadoras

Região Hidrográfica	Bacias
RH 1 – Extremo Oeste	Peperi-Guaçu e Antas
RH 2 – Meio Oeste	Chapecó e Irani
RH 3 – Vale do Rio do Peixe	Peixe e Jacutinga
RH 4 – Planalto de Lages	Canoas e Pelotas
RH 5 – Planalto de Canoinhas	Iguaçu, Negro e Canoinhas
RH 6 – Baixada Norte	Cubatão e Itapocu
RH 7 – Vale do Itajaí	Itajaí-Açu
RH 8 – Litoral Centro	Tijucas, Biguaçu, Cubatão do Sul e Madre
RH 9 – Sul Catarinense	Tubarão e D'Una
RH 10 – Extremo Sul Catarinense	Araranguá, Urussanga e Mampituba

Fonte: Elaboração própria - MPB Engenharia, de acordo com a Lei nº 10.949 de 1998.

O art. 4º da lei registra: “Considerar-se-á **bacia hidrográfica** a área geográfica de contribuição de um determinado curso de água.” E o art. 5º registra: “Considerar-se-á **região hidrográfica** um conjunto de bacias hidrográficas que apresentam características físicas e hidrológicas semelhantes.” (*grifo da Contratada*).

Comentário

Cabe comentar a respeito da lei em pauta, que a mesma tem gerado, e continua gerando, muitas dúvidas e interpretações diferenciadas no que se refere às áreas de abrangência das regiões hidrográficas – RHs, e suas correspondentes “bacias”. Estas dúvidas resultam da redação que foi dada ao art. 3º, que fala das regiões “assim denominadas e **formadas**” (*grifo da Contratada*), e à denominação que foi dada as “bacias”, tanto na lei quanto no “Mapa das Regiões Hidrográficas de Santa Catarina” (SANTA CATARINA / SDM / SAR, 2000).

A lei define 10 (dez) regiões constituídas, no total, por 23 unidades – as “bacias” – que por motivos mnemotécnicos foram identificadas com o nome do rio considerado **principal** dentro dela. Que o motivo foi simplesmente mnemotécnico fica claramente reconhecido na Resolução

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 15
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

CERH nº 001 de 2002, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos quando, citando a lei já comentada, estabelece que os Comitês de Bacia serão criados nas bacias dos rios **principais** (*grifo da Contratada*), enumerando em continuação dezessete bacias estaduais que constam na relação da Lei nº 10.949, acrescentando a bacia do rio Timbó entre as dezoito principais. O propósito da Resolução foi o de orientar a constituição de comitês tendo como base as bacias maiores, mas com a possibilidade de ter como área de atuação grupos de bacias contíguas.

Por outra parte, o “Mapa das Regiões Hidrográficas de Santa Catarina” (SANTA CATARINA / SDM / SAR, 2000) apresenta as “bacias” que compõem as Regiões Hidrográficas com nome similar, mas não idêntico ao que consta na lei. Com efeito, entre a palavra “Bacia” e o nome do rio principal foi acrescentado: **“do rio”**. Assim, então, a unidade territorial identificada na lei como “Bacia Chapecó”, por exemplo, no mapa foi denominada “Bacia **do rio** Chapecó”. Analogamente, a unidade territorial “Bacia Jacutinga” no mapa foi identificada como “Bacia **do rio** Jacutinga” e assim para todas as demais.

A prática tem demonstrado que as denominações acima citadas têm originado alguns equívocos de interpretação, especialmente para os que não conhecem a região. De fato, a denominação “Bacia do rio *Nome*” – chamando assim o caso de qualquer rio – induz o leitor a pensar que se trata da bacia hidrográfica do rio em questão, conceito este que tem um significado muito bem definido e universalmente aceito: é a área de captação natural de água de precipitação que faz convergir os escoamentos para um *único* ponto de saída, o seu exutório.

A própria lei em pauta registra, em seu art. 4º: “Considerar-se-á **bacia hidrográfica** a área geográfica de contribuição de um determinado curso de água.” (*grifo da Contratada*). Portanto, não é o conceito de bacia hidrográfica de um rio, no seu sentido estrito, o que deve ser aplicado em relação às “bacias” definidas no art. 3º da Lei catarinense nº 10.949 de 1998. Se não fosse assim, a lei seria absolutamente incongruente. No referente à região do Extremo Oeste, por exemplo, são mencionados os rios Peperi-Guaçu e Antas, mas não são mencionados os rios São Domingos, Iracema, Macaco Branco, Maria Preta, União e das Flores, seguramente por suas bacias serem de tamanho menor quando comparadas com as primeiras. Provavelmente pelo mesmo motivo a referida lei menciona explicitamente, ao referir-se às RH2 e RH3, os rios Chapecó, Irani, do Peixe e Jacutinga. Mas não menciona o Arroio Bonito; nem os lajeados Moraes, Lambari, São José, Caxambu e do Carneiro; nem os rios Barra Grande, Lamedor, Chalana, Ariranha, Engano, Dos Queimados, Rancho Grande e Suruvi. Com tratamento semelhante, na vertente do litoral, muitas pequenas bacias hidrográficas ficaram sem registro explícito na lei. Dentre elas podem ser citadas, como exemplos, as bacias hidrográficas dos rios Camboriú, Perequê, Santa Luzia, Inferninho e Itapema.

Em decorrência dos fatos assinalados, a terminologia utilizada para definir as unidades territoriais estabelecidas na regionalização hidrográfica catarinense, apesar da intenção válida dos seus autores, induz a erros de interpretação, dúvidas e imprecisões na hora de definir as áreas de abrangência das mesmas. Isto, independentemente das imprecisões derivadas da escala de trabalho da cartografia que for utilizada como base oficial. Estas interpretações dúbias dos aspectos conceituais acima mencionadas, como será mostrado em capítulo posterior, ficam

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 16
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

muito bem caracterizadas na definição da espacialização das áreas de atuação dos comitês de gerenciamento de bacias hidrográficas.

A revisão da terminologia para efeitos de delimitação objetiva das regiões hidrográficas e a definição igualmente clara e objetiva das áreas de planejamento e de abrangência de comitês de gerenciamento de recursos hídricos são aspectos que devem ser abordados, num processo progressivo de aprimoramento dos assuntos relacionados com o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Dentre outros aspectos, é importante esclarecer que aquilo que no contexto catarinense está sendo chamado de *plano de bacia*, na realidade pode ser, não um plano de bacia, mas um plano de recursos hídricos de uma *unidade ou sistema* que, de fato, inclui uma ou mais bacias contíguas. É o caso dos Planos Estratégicos de Gestão Integrada das denominadas *Bacia Hidrográfica do Rio Timbó*, *Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga* e *Bacia Hidrográfica do Rio Chapecó*. Com efeito, os Termos de Referência para elaboração destes planos, conforme contratados pelo Estado através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS, 2009) referem-se às “bacias” dos rios mencionados. Simultaneamente, mediante recorte no Mapa das Regiões Hidrográficas de Santa Catarina (SANTA CATARINA / SDM / SAR, 2000), indicam a área de abrangência destes futuros planos. Verifica-se, pois, que estas áreas incluem não somente as bacias mencionadas no sentido hidrológico, mas também o conjunto de bacias contíguas.

Em síntese, e reiterando a sugestão da Contratada, a adoção de uma terminologia conceitual que não induza a erros de interpretação e a delimitação clara das unidades de planejamento – que haverão de ser também de gerenciamento se os comitês de bacia as adotarem – são necessidades reais no processo de aprimoramentos sucessivos na gestão dos recursos hídricos catarinenses.

- **Lei Complementar nº 243 de 2003**, que estabelece nova Estrutura Administrativa do Poder Executivo. No seu art. 9º estabelece que a execução das atividades da administração estadual será descentralizada e desconcentrada e se dará preponderantemente pelas Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional e por outros órgãos de atuação regional.
- **Lei Complementar nº 381 de 2007**, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

De acordo com o art. 2º desta lei, a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual será organizada em dois níveis:

- I - o nível Setorial, compreendendo as Secretarias Setoriais e suas entidades vinculadas, que terão o papel de planejar e normatizar as políticas públicas do Estado, voltadas para o desenvolvimento regional, específicas de suas áreas de atuação, exercendo, com relação a elas, a supervisão, a coordenação, a orientação e o controle, de forma articulada com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional; e
- II - o nível Regional, compreendendo as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, atuando como agências de desenvolvimento, que terão o papel de executar

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 17
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

as políticas públicas do Estado, nas suas respectivas regiões, cabendo-lhes a supervisão, a coordenação, a orientação e o controle, de forma articulada com as Secretarias de Estado Setoriais e as estruturas descentralizadas da Administração Indireta do Estado.

- **Decreto nº 4.778 de 2006**, que regulamenta a outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio do Estado.

Este decreto estabelece que o uso de recursos hídricos, do domínio do Estado de Santa Catarina, fica sujeito ao regime de outorga de direito, de acordo com o art. 4º da Lei nº 9.748 de 1994, com o objetivo de assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e disciplinar o exercício dos direitos de acesso à água, bem como garantir a prioridade ao abastecimento da população e a dessedentação de animais (art. 4º).

O mesmo decreto estatui que cabe ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos propor normas para o uso dos recursos hídricos, nos termos do art. 4º, inciso V, da Lei nº 9.022 de 1993, observando o Plano Estadual de Recursos Hídricos e os Planos de Bacias Hidrográficas, quando existentes (art. 2º). E que a outorga de direito de uso de recursos hídricos do domínio do Estado é ato administrativo, na modalidade de autorização, mediante o qual o órgão outorgante faculta ao outorgado o uso de recursos hídricos por prazo determinado, de, no máximo, 35 (trinta e cinco) anos, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato (art. 3º).

O decreto estabelece também que a outorga de direitos de usos dos recursos hídricos será de responsabilidade única e exclusiva da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável – SDS, ou sucedânea.

- **Decreto nº 4.871 de 2006**, que aprova a Tabela de Emolumentos para Análise e Expedição da Outorga de Direito de Uso da Água da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável – SDS.

De acordo com art. 1º, fica aprovada a Tabela de Emolumentos para Análise e Expedição da Outorga de Direito de Uso da Água de competência da SDS. Esta tabela será utilizada para o ressarcimento dos custos dos serviços de publicação, tramitação e análise técnica dos requerimentos de outorga, de acordo com os procedimentos e valores fixados pela Secretaria, na forma do regime orçamentário do Governo do Estado, como receitas diversas. Cabe enfatizar que estes emolumentos, aqui mencionados, não devem ser interpretados como uma cobrança pela outorga ou pelo uso dos recursos hídricos.

- **Decreto nº 2.648 de 1998**, que regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO.

O FEHIDRO, estabelecido pela Lei nº 9.748 de 1994 e regulamentado pelo Decreto nº 2.648/98, destina-se a dar suporte financeiro à Política Estadual de Recursos Hídricos. A finalidade geral do FEHIDRO é apoiar, em caráter supletivo, estudos, implementação e manutenção de projetos de aproveitamento e gestão dos recursos hídricos do Estado, numa

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 18
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

ótica de desenvolvimento sustentável, devendo contar para isso, principalmente, com recursos financeiros do orçamento geral do Estado.

- **Resolução CERH nº 001 de 2008**, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água de Santa Catarina e dá outras providências.

Esta resolução adota a classificação estabelecida pela Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, enquanto não aprovado o novo enquadramento dos corpos d'água superficiais do Estado de Santa Catarina, baseado em estudos técnicos específicos (art. 1º).

O art. 2º estabelece que a aprovação do novo enquadramento fica condicionada aos critérios estabelecidos na Resolução nº 12, de 19 de julho de 2000, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH ou legislação pertinente.

- **Resolução CERH nº 001 de 2002**, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que estabelece que os Comitês de Gerenciamento de Bacias hidrográficas serão criados nas bacias de "18 (dezoito) rios considerados principais em Santa Catarina".
- **Resolução CERH nº 003 de 1997**, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que aprova as normas gerais para composição, organização, competência e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

O art. 3º da Resolução estabelece que:

- os representantes dos poderes executivo e legislativo municipais serão escolhidos pelos respectivos poderes;
- os representantes dos diversos órgãos da administração federal e estadual serão indicados por órgãos ou entidades da administração centralizada e descentralizada, cujas atividades se relacionem com o gerenciamento ou uso dos recursos hídricos com atuação na bacia hidrográfica correspondente;
- os representantes dos usuários da água e da sociedade civil serão indicados por entidades sediadas na bacia hidrográfica, considerando o número de votos a que se refere o art. 2º da resolução e levando em consideração a representação de:
 - a) universidades, institutos de ensino superior e entidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
 - b) usuários das águas agrícolas, industriais e outros, representados por entidades associativas;
 - c) associações especializadas em recursos hídricos, entidades de classe, comunidades indígenas, associações comunitárias e outras associações não governamentais.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 19
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

- **Portaria SDS nº 25 de 2006**, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, que institui o Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos – CEURH/SC, como instrumento que permite ao usuário de águas catarinenses a regularização do seu uso.

O CEURH/SC contém as informações declaradas pelo usuário sobre: vazão utilizada, local de uso, corpo de água, tipo de empreendimento, atividade e outras informações referentes ao uso da água no local.

1.2.3. Meio Ambiente e Saneamento

- **Lei nº 11.445 de 2007**, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências.
- **Lei nº 13.517 de 2005**, que dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento e estabelece outras providências.

Esta lei apresenta conceitos, princípios, objetivos e composição da política, do plano, do sistema, do conselho e do fundo estadual de saneamento.

A Política Estadual de Saneamento tem por finalidade disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento no Estado, respeitada a autonomia dos Municípios (art. 1º).

- **Lei nº 5.793 de 1980**, de Santa Catarina, que dispõe sobre a proteção e melhoria da qualidade ambiental e dá outras providências.

Esta lei estabelece normas gerais, visando à proteção e melhoria da qualidade ambiental (art. 1º). De acordo com o art. 3º, as diretrizes para proteção e melhoria da qualidade ambiental serão formuladas em normas e planos administrativos, destinados a orientar a ação dos Governos dos Estados e dos Municípios.

- **Decreto nº 14.250 de 1981**, que regulamenta dispositivos da Lei Estadual nº 5.793 de 1980, referentes à Proteção e a Melhoria da Qualidade Ambiental.

O decreto classifica as águas interiores situadas no território do Estado, segundo usos preponderantes, em 4 (quatro) classes e define os padrões de qualidade que correspondem a cada uma delas. Define também os padrões de emissão de efluentes que poderão ser lançados nos corpos de água.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 20
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Comentário final

Cabe reiterar que os dispositivos legais ora lembrados fazem parte do arcabouço legal que deverá ser considerado ao longo de todo o processo de elaboração e de futura implementação, tanto do Plano Estratégico, motivo do presente estudo, como do próprio Plano de Recursos Hídricos da bacia. E que às instituições neles mencionadas compete assumir as funções que a legislação define.

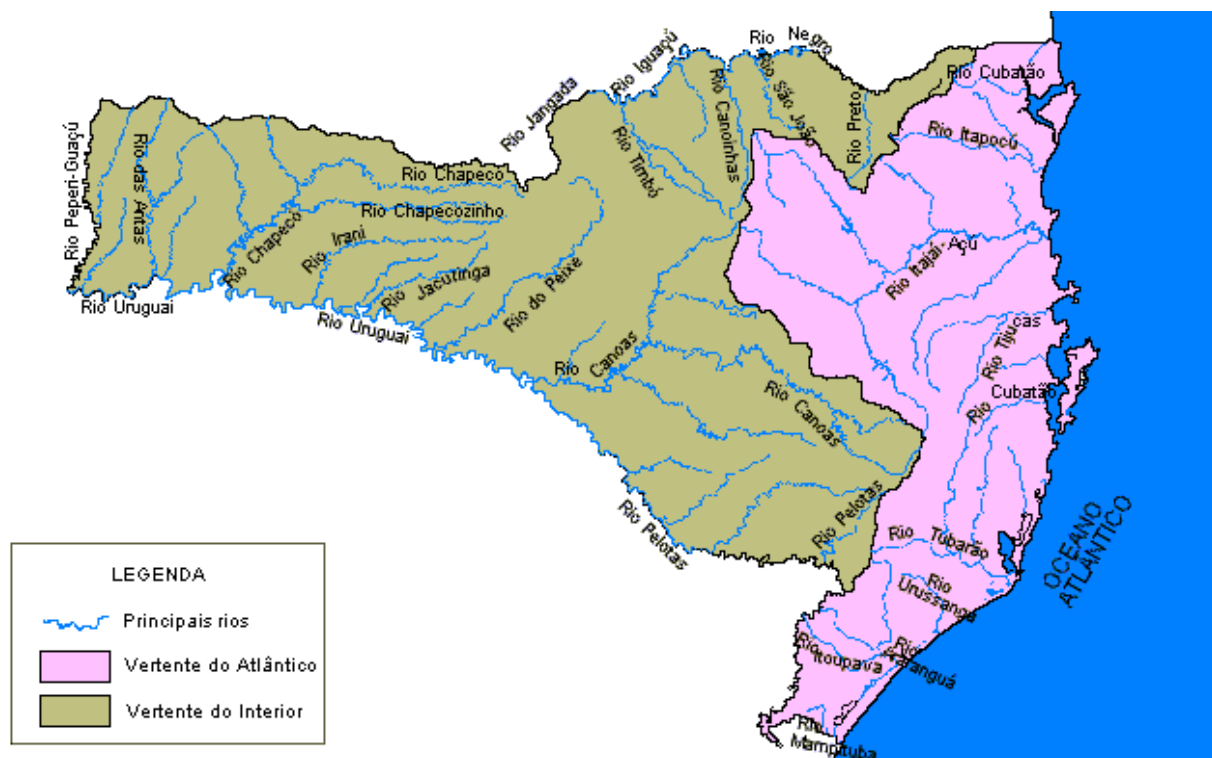
DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS		REVISÃO C
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		Página 21
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

2. ÁREA DE ESTUDO

2.1. Localização da Área

O Estado de Santa Catarina com área¹ de 95.068 km², representando 1,12% da superfície do território nacional, está localizado na região Sul do Brasil. Limita-se ao norte com o Estado do Paraná, ao sul com o Estado do Rio Grande do Sul, ao leste com o Oceano Atlântico e ao oeste com a República da Argentina.

A rede hidrográfica do Estado de Santa Catarina pode ser subdividida em dois grandes sistemas. Separados pela Serra Geral, o principal divisor de águas do Estado, delimitam-se dois sistemas independentes de drenagem no território estadual: o sistema da Vertente do Atlântico e o sistema da Vertente do Interior, ilustrados na Figura 2. Enquanto o sistema da Vertente do Atlântico drena suas águas para o Oceano Atlântico, o sistema da Vertente do Interior drena suas águas para a bacia do Prata, com abrangência na parte meridional do continente sul-americano.



Fonte: (SANTA CATARINA / SDM, 1997).

Figura 2 – Vertentes de drenagem do Estado de Santa Catarina

¹ Área considerada pelo “Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural” – PRAPEM/Microbacias 1 e 2, 2004. Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 22
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

De acordo com a Divisão Hidrográfica Nacional (Resolução do CNRH nº 32, de 15 de outubro de 2003), adotada pela Agência Nacional de Águas – ANA (Figura 3), as bacias hidrográficas dos rios catarinenses estão inseridas nas Regiões Hidrográficas do Paraná, do Uruguai e do Atlântico Sul. A Vertente (catarinense) do Atlântico está inserida na Região Hidrográfica (nacional) do Atlântico Sul e a Vertente (catarinense) do Interior está inserida nas Regiões Hidrográficas (nacionais) do Paraná e do Uruguai.



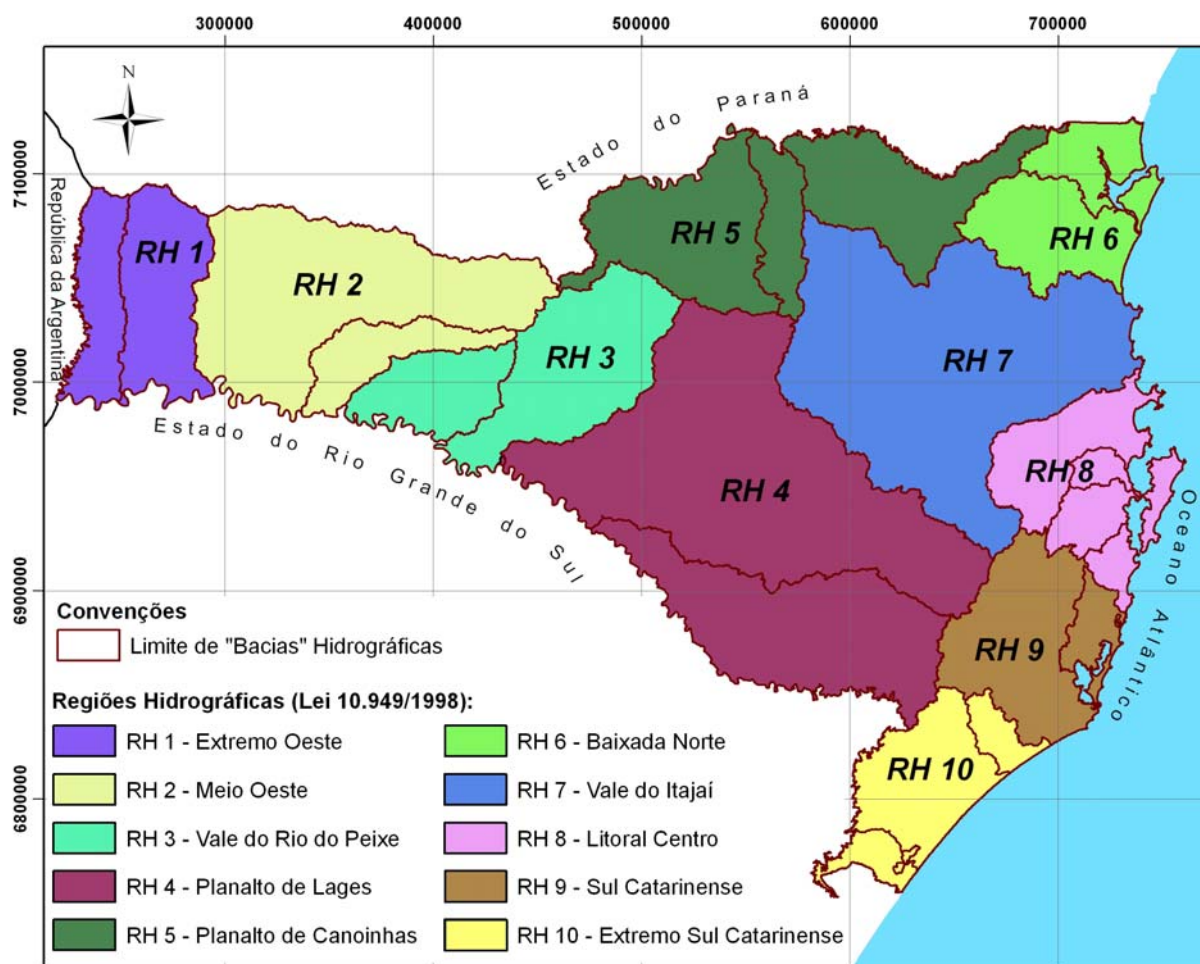
Fonte: (ANA, 2005).

Figura 3 – Divisão Hidrográfica Nacional, Resolução do CNRH nº 32/2003

Conforme destacado no item 1.2.2, no Estado de Santa Catarina a Lei nº 10.949 de 1998 (apresentada integralmente no Anexo 1) dispõe sobre a caracterização do Estado em Regiões Hidrográficas e institui, para efeito do planejamento, gestão e gerenciamento dos recursos hídricos catarinenses, dez Regiões Hidrográficas (Figura 4). Por sua vez, estas dez Regiões subdividem-se em vinte e três unidades denominadas “bacias” apresentadas na Figura 4. Relacionando esta regionalização hidrográfica estadual com a regionalização hidrográfica nacional (Resolução CNRH nº 32 de 2003), observa-se que:

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS		REVISÃO C
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		Página 23
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

- RH 1 - Extremo Oeste, RH 2 - Meio Oeste, RH 3 - Vale do Rio do Peixe e RH 4 - Planalto de Lages estão inseridas, conforme a divisão hidrográfica nacional, na Região Hidrográfica do Uruguai.
- RH 5 - Planalto de Canoinhas inserida na Região Hidrográfica do Paraná.
- RH 6 - Baixada Norte, RH 7 - Vale do Itajaí, RH 8 - Litoral Centro, RH 9 - Sul Catarinense e RH 10 - Extremo Sul Catarinense inseridas na Região Hidrográfica Atlântico Sul.



Fonte: Elaboração própria - MPB Engenharia.

Figura 4 – Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina e limites das "bacias" hidrográficas

Considerando o exposto acima, bem como as duas grandes vertentes de drenagem do Estado de Santa Catarina, é elaborada a seguir uma síntese desta configuração espacial e geográfica legal (Quadro 3).

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS		REVISÃO C
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		Página 24
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Quadro 3 – Vertentes, Regiões Hidrográficas (ANA), Regiões Hidrográficas (RH-SC) e “bacias” do Estado de Santa Catarina

	Vertente	Divisão Hidrográfica Nacional (ANA)	Região Hidrográfica (SC)	“Bacias” (SC)	
Estado de Santa Catarina	do Interior	Região Hidrográfica do Uruguai	RH 1 - Extremo Oeste	Peperi-Guaçu Antas	
			RH 2 - Meio Oeste	Chapecó Irani	
			RH 3 - Vale do rio do Peixe	Jacutinga Peixe	
			RH 4 - Planalto de Lages	Canoas Pelotas	
			Região Hidrográfica do Paraná	RH 5 - Planalto de Canoinhas	Iguaçu Canoinhas Negro
	do Atlântico	Região Hidrográfica Atlântico Sul	RH 6 - Baixada Norte	Cubatão Itapocu	
			RH 7 - Vale do Itajaí	Itajaí	
			RH 8 - Litoral Centro	Tijucas Biguaçu Cubatão do Sul Madre	
				RH 9 - Sul Catarinense	Tubarão D'Una
				RH 10 - Extremo Sul Catarinense	Urussanga Araranguá Mampituba

Fonte: Elaboração própria - MPB Engenharia.

Decorrente das informações descritas no Quadro 3, apresenta-se a área do presente estudo. A “Bacia Jacutinga”, integrante da Região Hidrográfica Vale do Rio do Peixe (RH 3), pertencente a Região Hidrográfica do Uruguai (Resolução do CNRH nº 32/2003, Figura 5), faz parte da área de drenagem do sistema da Vertente do Interior do Estado de Santa Catarina. No “Mapa das Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina” (SANTA CATARINA / SDM / SAR, 2000) é denominada “Bacia do Rio Jacutinga”. No TOR 066/2006, que deu origem ao presente estudo, é denominada “Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga”. Mais recentemente, atendendo solicitação de representantes da comunidade regional e integrantes do Comitê Jacutinga, aceita pela entidade Contratante – a SDS, conforme registrado no item 1.1.1, está sendo denominada “Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos”. Entretanto, considerando aspectos conceituais de hidrologia descritos no item 2.2, assim como outras observações já apresentadas no item 1.2.2 comentando a Lei 10.949 de 1998, esta “Bacia” será denominada, no âmbito

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS		REVISÃO C
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		Página 25
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

deste Plano Estratégico (TOR 066/2006), como “Sistema Hidrográfico de Planejamento de Recursos Hídricos Jacutinga – SHPRH Jacutinga”.



Fonte: (ANA, 2005).

Figura 5 – Região Hidrográfica do Uruguai (ANA)

O SHPRH Jacutinga corresponde a aproximadamente 31,34% da área da Região Hidrográfica do Vale do Rio do Peixe (RH 3) e a aproximadamente 2,6% da área do território catarinense².

Considerando as informações da base de dados atualmente incorporada no SADPLAN (SDS/DRHI) fornecida para a Contratada, e a sobreposição de dois planos de informações – Divisão Política (escala 1:250.000) e Bacias Hidrográficas (arquivo digital fornecido pela SDS/DRHI) - integram o SHPRH Jacutinga, dezessete municípios. Destaca-se que os limites físicos das bacias hidrográficas nem sempre coincidem com a divisão político-administrativa (limites municipais). Neste sentido, os dezessete municípios com área no SHPRH Jacutinga foram categorizados no presente estudo em três classes:

² Valores de áreas consideradas pelo “Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural” – PRAPEM/Microbacias 1 e 2, 2004. Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 26
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

- TI – **T**otalmente **I**nserido; cinco municípios totalmente inseridos na área do SHPRH Jacutinga;
- PSD – **P**arcialmente **I**nserido com **S**ede **D**entro; seis municípios parcialmente inseridos na área e com sede dentro da área do SHPRH Jacutinga;
- PSF – **P**arcialmente **I**nserido com **S**ede **F**ora; seis municípios parcialmente inseridos na área e com sede fora da área do SHPRH Jacutinga;

Mais informações e o detalhamento sobre a caracterização dos dezessete municípios estão apresentados no item 3.2.1.1.

2.2. Denominação da Área – Aspectos Conceituais

A terminologia “Bacia Jacutinga” está expressa na Lei Estadual nº 10.949 de 1998, que considera as Bacias Peixe e Jacutinga como formadoras da área denominada “Região Hidrográfica Vale do Rio do Peixe – RH 3”. A abrangência da “Bacia Jacutinga” está espacializada no “Mapa das Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina” (SANTA CATARINA / SDM / SAR, 2000) com o nome “Bacia do Rio Jacutinga”, remetendo a área de drenagem localizada entre a “Bacia do Rio Irani” (integrante da RH 2) e a “Bacia do Rio do Peixe” (integrante da RH 3).

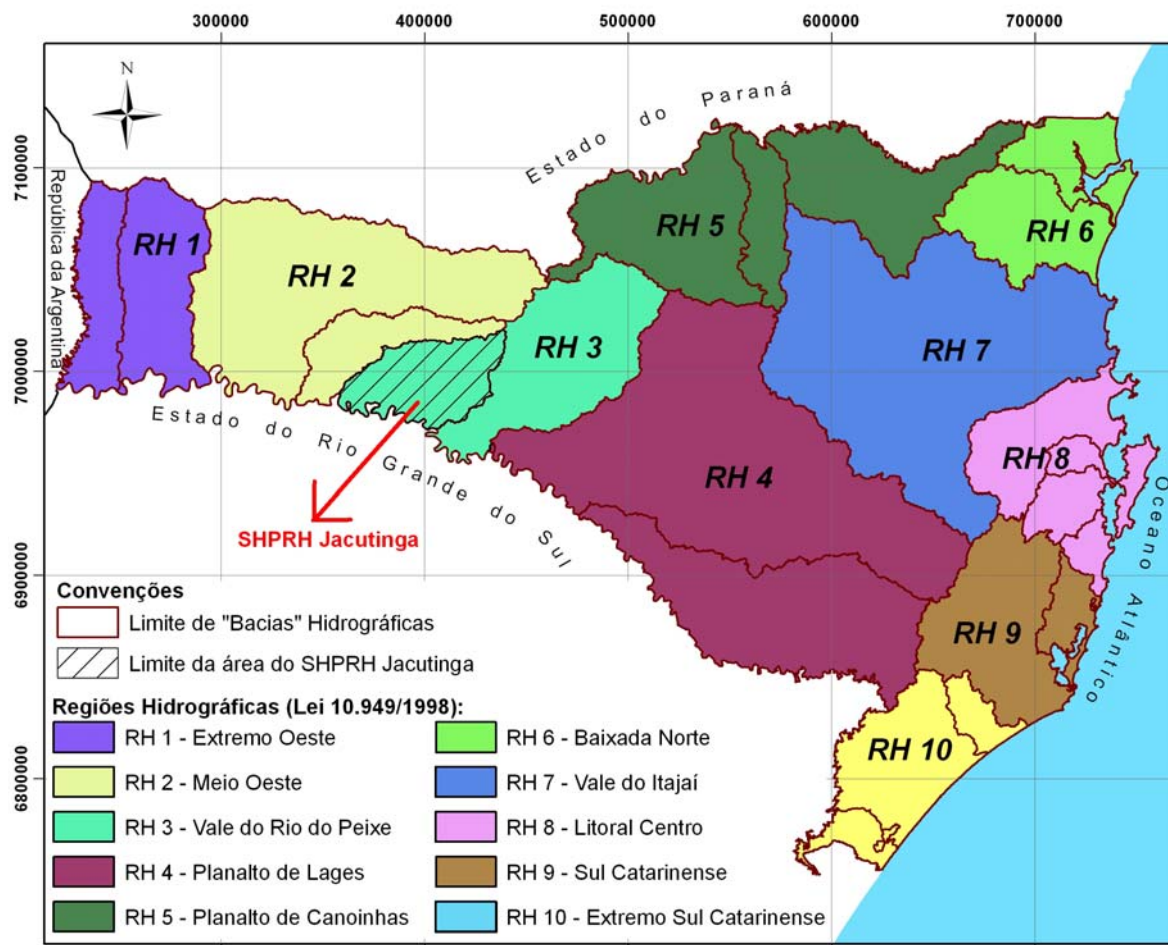
O documento relativo ao Termo de Referência para Elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga (TOR 066/2006), apesar de apresentar valores numéricos divergentes de área de drenagem com relação à Lei Estadual 10.949 de 1998, remete (localiza e caracteriza) como área de estudo para o Plano Estratégico a Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga. Esta Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga é aqui compreendida como a mesma área da “Bacia do Rio Jacutinga” definida no “Mapa das Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina” (SANTA CATARINA / SDM / SAR, 2000).

Definida oficialmente e entendida como Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga, a área territorial referente a esta unidade de planejamento, gestão e gerenciamento dos recursos hídricos, quando analisada considerando aspectos básicos da Hidrologia, apresenta-se aqui em desacordo com o conceito clássico de bacia hidrográfica, inclusive, com a definição dada no Art. 4º da própria Lei Estadual 10.949 de 1998 que textualmente diz: “Considerar-se-á **bacia hidrográfica** a área geográfica de contribuição de um determinado curso de água” (*grifo da Contratada*). A Contratada entende que a denominação “Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga” constitui-se, como registrado no item 1.2.2, num recurso simplesmente mnemotécnico e não hidrológico, pois não é possível caracterizar um único exutório para esta área.

Em face do exposto acima, visando evitar possíveis dicotomias conceituais, a Contratada optou por adotar para a área de trabalho em pauta, no âmbito dos estudos deste Plano Estratégico de Gestão Integrada, a denominação **Sistema Hidrográfico de Planejamento de Recursos**

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 27
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

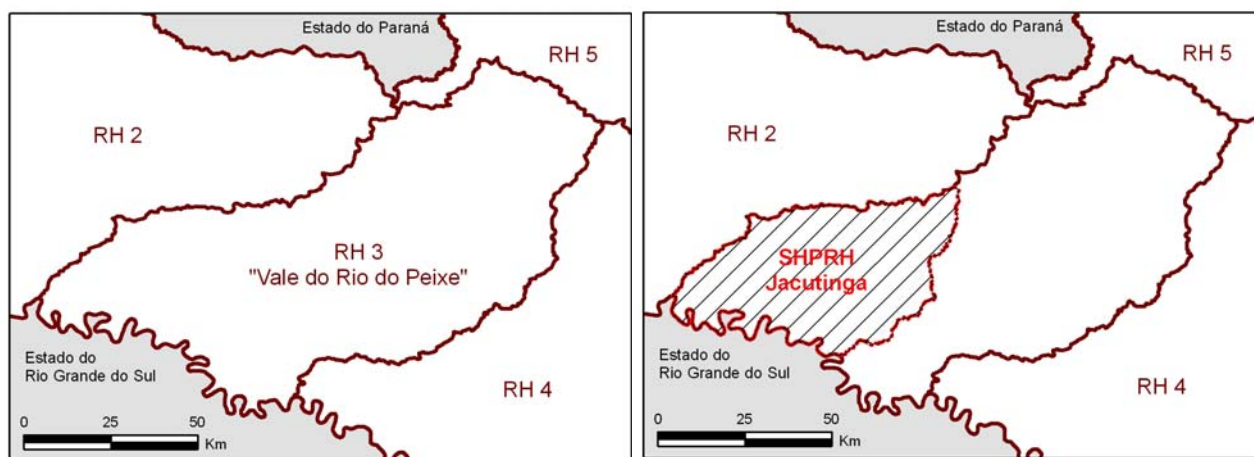
Hídricos Jacutinga – SHPRH Jacutinga, que é ilustrado no âmbito estadual na Figura 6 e no âmbito da RH 3 na Figura 7.



Fonte: Elaboração própria - MPB Engenharia.

Figura 6 – Localização do SHPRH Jacutinga no âmbito das Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 28
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			



Fonte: Elaboração própria - MPB Engenharia.

Figura 7 – Área do SHPRH Jacutinga na Região Hidrográfica do Vale do Rio do Peixe (RH 3)

Ao adotar esta denominação, teve-se em conta que um Sistema Hidrográfico pode ser considerado como o somatório das áreas de drenagem e correspondentes cursos fluviais de um conjunto de bacias hidrográficas circunvizinhas, que drenam suas águas para um mesmo corpo hídrico ou trecho de corpo hídrico. Ou seja, o Sistema Hidrográfico de Planejamento de Recursos Hídricos (SHPRH) contempla todas as áreas de drenagem circunvizinhas – independentemente do tamanho delas – que deságuam no mesmo trecho de corpo hídrico que o rio principal do conjunto considerado.

Desta forma o SHPRH Jacutinga é definido como o conjunto de bacias hidrográficas que compõem a área de estudo, incluindo todas as áreas de contribuições independentes circunvizinhas, que também deságuam no Rio Uruguai.

Cabe ainda salientar que o SHPRH Jacutinga corresponde integralmente a área delimitada no “Mapa das Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina” (SANTA CATARINA / SDM / SAR, 2000), com a denominação “Bacia do Rio Jacutinga”.

A nomenclatura “SHPRH Jacutinga” adotou-se respeitando a intenção implícita na nomenclatura da divisão hidrográfica do Estado, além de atender as orientações da Resolução CERH nº 001 de 2002, que considera o rio Jacutinga como um dos dezoito rios principais de Santa Catarina, fato este que fundamentou, conforme a dita Resolução, a criação, em 2003, de um Comitê de Gerenciamento nesta área: o Comitê Jacutinga.

Neste sentido, a denominação SHPRH Jacutinga, proposta e adotada no presente relatório, relaciona-se tanto com a divisão das Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina, quanto com a Resolução CERH nº 001 de 2002. Conforme será mostrado no item 3.2.5., a área de atuação do “Comitê Jacutinga” difere da área do SHPRH Jacutinga. Mas, se o referido Comitê o adotar, com as devidas providências legais e discussões regionais necessárias, o SHPRH Jacutinga passaria a ser não somente uma unidade de planejamento, mas também, a área de gerenciamento do próprio Comitê.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 29
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

2.3. Caracterização do Sistema Hidrográfico de Planejamento de Recursos Hídricos Jacutinga

O SHPRH Jacutinga é contribuinte do rio Uruguai, rio de domínio da União cujo curso d'água divide parte do território do Estado de Santa Catarina e do Estado do Rio Grande do Sul. Conforme o "Mapa das Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina" (SANTA CACATRINA / SDM / SAR, 2000), esta unidade de planejamento limita-se, ao norte e a oeste, com a bacia do rio Irani (integrante da Região Hidrográfica Meio Oeste – RH 2) e ao leste com a bacia do rio do Peixe (integrante da Região Hidrográfica Vale do Rio do Peixe – RH 3). Ao sul, o SHPRH Jacutinga é limitada pelo rio Uruguai.

Para a descrição da rede de drenagem do SHPRH Jacutinga foram utilizadas as informações da base cartográfica fornecida pela SDS/DRHI, nas escalas 1:50.000 e 1:100.000. De maneira auxiliar, a divisão intermunicipal (escala 1:250.000) complementou a caracterização do SHPRH Jacutinga que é apresentado no mapa temático do Anexo 2. Cabe lembrar que a base cartográfica, com a devida análise das informações nela contidas, deverá ser objeto de discussão no relatório da Etapa B.

A seguir, detalha-se o SHPRH Jacutinga e suas bacias hidrográficas, todas caracterizadas por desaguar no rio Uruguai, já citado anteriormente como rio de domínio da União. A área do SHPRH Jacutinga, de acordo com informações extraídas dos arquivos digitais da base cartográfica de dados da SDS/DRHI, é de aproximadamente 2.476 km², valor numérico próximo da área que consta no TOR 066/2006 que é de 2.447 km².

O SHPRH Jacutinga pode ser subdividido em sub-sistemas hidrográficos (Anexo 2), denominados aqui de "SUB" acompanhados do nome do curso d'água principal de cada área. São eles:

SUB1 – Rancho Grande, com área de drenagem de aproximadamente 503,8 km² é constituída pela bacia hidrográfica do Rancho Grande, que recebe contribuições das águas de alguns rios situados nos municípios de Jaborá, Concórdia, Ouro, Presidente Castelo Branco, Ipira, Peritiba e Alto Bela Vista. Constituem o SUB1 – Rancho Grande: Arroio São Miguel, Lajeado Águas Belas, Lajeado Pinhal, Lajeado dos Tatetos, Lajeado Nicolau, Arroio Caetano, Lajeado São Luís ou Elisário, Lajeado Dois-Irmãos, Rancho Grande, Lajeado Taquaral, Lajeado do Nicolau, Rio Rancho Grande e Lajeado São Pedro.

SUB2 – Suruvi, com área de drenagem aproximada de 84,5 km² este sub-sistema hidrográfico é constituído pela a bacia hidrográfica do rio Suruvi ou Lajeado Suruvi, que está totalmente inserido no município de Concórdia.

SUB3 – Queimados, constituído pela bacia hidrográfica do Rio dos Queimados (ou Lajeado Queimado) possui área de drenagem de 87,1 km². Está totalmente inserido no município de Concórdia.

SUB4 – Jacutinga, com área de drenagem aproximada de 1002,8 km² é o maior sub-sistema hidrográfico do SHPRH Jacutinga. São contribuintes da SUB4 – Jacutinga, rios nos municípios

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 30
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

de Água Doce, Arabutã, Catanduvras, Concórdia, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul e Vargem Bonita. As principais nascentes estão localizadas no município de Água Doce. O município de Catanduvras está totalmente inserido neste sub-sistema. Constituem o SUB4 - Jacutinga: Arroio Jundiáí, Arroio Vinte e Quatro de Fevereiro, Córrego Cedro, Córrego Lorenzatt, Lajeadozinho, Lajeado Catanduvras, Lajeado do Cascalho, Lajeado dos Pintos, Lajeado Frágoso, Lajeado Guarani, Lajeado Silvana ou Vitória, Lajeado Três Barras, Ribeirão Três Galhos, Ribeirão Tunalzinho, Rio Coração, Rio Jacutinga, Rio Moinho Velho e Rio Pingador.

SUB5 – Engano, com área de drenagem de 561,8 km² é constituído pela bacia hidrográfica do rio Engano (ou rio do Engano), que recebe contribuições das águas de rios situados nos municípios de Irani, Lindóia do Sul, Ipumirim, Arabutã, Seara e Itá, onde deságua no rio Uruguai. Constituem o SUB5 – Engano os cursos de água Arroio Barra Bonita, Arroio Serra, Lajeado Joana, Irani, Lajeado Baiano, Lajeado Borboleta, Lajeado Iracema, Lajeado Manso, Lajeado Polidoro, Lajeado Passo Fundo, Lajeado Frágosinho, Lajeado Rafael, Lajeado Surdo, Lajeado Cotovelo, Passo da Uva, Ribeirão do Portão, Lajeado do Cordeiro, Rio Azul e Rio Caçador.

SUB6 – Ariranhazinho, possui área de drenagem de 51,4 km² e é constituído pela bacia hidrográfica do arroio Ariranhazinho, cujas nascentes estão localizadas no município de Seara. A jusante, recebe ainda contribuições das águas de alguns rios situados nos municípios de Paial e Itá, sendo o arroio Ariranhazinho o divisor entre estes dois municípios.

SUB7 – Contribuições Independentes, totalizando uma área de drenagem de 183,9 km². É constituída por diversas pequenas bacias independentes, todas elas afluentes pela margem direita do rio Uruguai. Estão inclusos na área do SUB7, entre outros, o Lajeado Tamanduá, o Lajeado Paulino, a Sanga Jaragá e a Sanga Lava-pés. Além destas contribuições independentes, outras de menor área de drenagem, variando entre 1 km² e 20 km², cuja nomenclatura da hidrografia não consta na base cartográfica estão inclusas nos 183,9 km² de área deste sub-sistema (SUB7 – Contribuições Independentes) integrante do SHPRH Jacutinga. Considerando aspectos de planejamento e gestão de recursos hídricos, a área do SUB7, poderá ainda ser subdividida ou reagrupada.

Comentário

É importante salientar que, considerando a base cartográfica disponibilizada pela Contratante através da SDS/DRHI, a SHPRH Jacutinga não inclui a bacia do rio Ariranha. A ressalva é feita, pois, conforme será apresentado no item 3.2.5, a área de atuação do Comitê Jacutinga inclui esta bacia e, neste sentido, é previsível supor que poderá haver pedidos da comunidade regional para incluí-la no SHPRH em pauta.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 31
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

2.4. O Processo de Ocupação

Neste item, que contempla o Processo de Ocupação da área do SHPRH Jacutinga, apresenta-se um breve histórico que não tem a pretensão de um estudo exaustivo sobre o tema, onde se destacam apenas algumas questões que marcaram as transformações do espaço; os aspectos econômicos e culturais; e, os aspectos turísticos (de alguns) dos municípios. É apresentada, ao final deste item, uma breve avaliação da correlação entre o processo de ocupação e do uso dos recursos ambientais, em especial dos hídricos, na área.

2.4.1. Aspectos Históricos

O Brasil foi apenas um dos caminhos eleitos pelos povos europeus para abrigar imenso contingente humano de emigrantes. Os atuais Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo foram os mais distinguidos pelo derrame de etnias procedentes principalmente de países da Europa Central e Mediterrânea (Lago, 1988).

A ocupação do território catarinense deu-se em meados do século XVII com a vinda dos portugueses que se estabeleceram no litoral, tendo como principal atividade a pesca e mais tarde a caça de baleias. No século XVIII a expansão dos colonizadores do Estado de São Paulo, sobe o planalto brasileiro, que na rota sul, originou a ocupação do planalto catarinense, onde se instalou um núcleo criador de gado. No século XIX iniciou-se a vinda dos colonizadores alemães e italianos (principais colonizadores do estado de Santa Catarina), que ocuparam primeiro o litoral e depois, no início do século XX, o médio e extremo oeste catarinense (SANTA CATARINA / GAPLAN, 1986).

Segundo Lago (1988), a colonização do interior catarinense iniciou-se no século XIX pela região do Vale do Rio do Peixe, onde está inserido o SHPRH Jacutinga, em função da Estrada de Ferro, a qual se constituiu no símbolo do progresso. A possibilidade de fácil e rápida locomoção de pessoas e mercadorias, aliada à fertilidade das terras, foi utilizada pelos empresários da colonização, para atrair os migrantes oriundos do Rio Grande do Sul. As transformações do ambiente desta região começam a partir do processo de colonização e da derrubada da floresta. A devastação que reduziu em torno de 96% a cobertura vegetal original da região provocou uma grande transformação em hábitos e costumes dos homens, no meio-ambiente, nas práticas e conceitos de progresso.

No início da colonização, Lago (op.cit), a atual Região Hidrográfica do Vale do Rio do Peixe (RH3), onde está inserido o SHPRH Jacutinga, era descrita como: inexplorada, desconhecida e sem fronteiras definidas; assim como as demais do oeste catarinense, tanto ao oeste, na divisa com a Argentina, como ao norte, na divisa com o Estado do Paraná, as quais somente passam a figurar nos mapas quando se tornam úteis aos grandes proprietários locais. Foram terras que

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 32
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

só despertaram o interesse do Estado quando a Argentina reivindicou o território. A disputa, conhecida como Questão de Palmas ou “Misiones”, despertou o governo catarinense para a necessidade de ocupar um território tido como seu e questionado pelo país vizinho. Já nos tempos republicanos, esta questão veio a tona gerando um quadro dramático decorrente do processo de ocupação, que acabou por deflagrar o conflito social, político e econômico da chamada Questão do Contestado, como um dos temas épicos de Santa Catarina, que se desenrolou no período de 1912 a 1916.

No entanto, para ocupar era necessário povoar a região e para tanto, foram criadas, pelo Decreto Imperial nº 2.502, de 16 de novembro de 1859, duas colônias militares na área, Chopim e Chapecó efetivadas somente em 14 de março de 1882 (UFSC, 1997).

Esta necessidade de ocupar o território deu origem também ao Decreto Imperial nº 10.432, de 9 de novembro de 1889, que dava privilégios para a construção, uso e gozo de uma Estrada de Ferro. A concessão da Estrada de Ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul iniciou-se com o engenheiro João Teixeira Soares em 1890. Este abandonou o projeto em 1908, transferindo a concessão para uma empresa norte-americana, a Brasil Railway Company (*Brazil Development and Colonization Company*), que pertencia ao multimilionário Percival Farguhar, que além do direito de terminar a estrada, ganhou também o direito de explorar quinze quilômetros de cada lado da estrada. Esta estrada partiria de Itararé, na província de São Paulo, e terminaria em Santa Maria da Boca do Monte, na província do Rio Grande do Sul. Concluída a ponte provisória sobre o Rio Uruguai, em 17 de dezembro de 1910, a Estrada de Ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul foi solenemente inaugurada. Mas esta ponte foi levada pela enchente de maio de 1911 e a nova (metálica), somente ficou pronta em 1912 possibilitando o tráfego de trens entre os Estados do Sul. A conclusão da obra determinou o início dos serviços para a exploração e ocupação de terras no Paraná e em Santa Catarina (COMASSETO, 2009).

A colonização das terras dos trechos marginais aos trilhos, em território catarinense, foi iniciada em 1910, pela empresa norte americana Brasil Railway Company (*Brazil Development & Colonization Company*), marginando o Rio do Peixe em três quartos da sua extensão. Nesse período, grande parte da área do Alto Vale do Rio do Peixe, por onde passaria a ferrovia, era dividida em grandes fazendas, cujos proprietários já haviam requerido suas posses na segunda metade do século XIX (HISTEDBR, 2009).

Segundo Diário Catarinense (2009), “a Questão do Contestado tratava-se de uma região entre Paraná e Santa Catarina, disputada pelos dois estados, que vira cenário para a violência de um movimento religioso e social, reação de gente humilde em oposição às mudanças provocadas pelo processo de colonização da área e pela construção da ferrovia, anteriormente citada. Trabalhadores locais se opõem à ação de grandes fazendeiros e de empresas americanas que recebem doações de terras do governo brasileiro. As empresas, a Southern Brazil Lumber and Colonization, de madeira e colonização, e a Brasil Railway, ferroviária, são acusadas de expulsar trabalhadores rurais que ocupavam as terras. Os revoltosos do Contestado, apelido dado à região, são liderados pelo “monge” João Maria, que morre, e é substituído pelo “monge” José

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 33
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Maria. O “monge” reúne milhares de sertanejos que lançam na luta contra os senhores de terra e os dirigentes das empresas estrangeiras, estes recebendo o apoio de tropas dos governos estadual e federal. Nesta saga, na qual pela primeira vez a aviação militar foi usada, morrem cerca de 20 mil pessoas” (DIÁRIO CATARINENSE, 2009).

Segundo Santa Catarina (1986), a partir do Sul já se esboçavam no início da República (15 de novembro de 1889) as primeiras incursões de riograndenses pelo vale do Rio do Peixe, que aumentaram significativamente, após a conclusão da Estrada de Ferro já citada. A construtora desta ferrovia, negociou as suas terras com empresas colonizadoras, geralmente organizadas como firmas riograndenses e passaram a instalar os povos oriundos principalmente do Rio Grande do Sul. Em 1950 contavam-se cerca de 120 mil riograndenses no Estado. Conforme Santa Catarina (*op. cit.*), foi estimado que cerca de 300 mil pessoas se deslocaram do Rio Grande do Sul para Santa Catarina. Aos re-emigrados do Rio Grande do Sul se associaram também re-emigrados das regiões litorâneas de Santa Catarina, notadamente das antigas colônias alemãs e italianas. À época, isto se tornara possível pela tomada do trem na estação de Jaraguá, seguindo até Porto União, dali derivando para dentro do Meio Oeste de Santa Catarina. Para Lago (1988), com a instalação da República, as terras devolutas passaram aos Governos Estaduais, que as negociavam frequentemente em troca de serviços, tais como foram os da construção da referida Estrada de Ferro. Com isso, foi estimulada a colonização. As terras do além do Rio do Peixe se encontravam, do ponto de vista político, em mãos do Governo do Estado do Paraná, que as cedeu apenas em 1916, depois da definitiva concordância na questão dos limites.

Em relatos de Lago (*op. cit.*), também consta sob enfoque histórico, que a construção do trecho catarinense da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande foi um grande impulso para a colonização do Oeste de Santa Catarina, principalmente para a região do Vale do Rio do Peixe. Durante anos, a ferrovia foi o único meio de comunicação e transporte que ligava o Vale do Rio do Peixe ao restante do Brasil. Além dos passageiros, ela transportava as riquezas produzidas (madeiras e alimentos) e abastecia as comunidades com as mercadorias compradas nos grandes centros do País. Pela região, diariamente transitavam diversas linhas de trens (o direto e o misto), inclusive internacionais, ligando Buenos Aires ao Rio de Janeiro. A instalação dos migrantes de origem européia na região do Vale do Rio do Peixe e a colonização efetiva da região, provocaram neste período os maiores impactos ambientais no que se refere à devastação florestal. Essa devastação não era visto como destruidora, em sua real proporção, mas sim, como uma forma de desenvolver a região. A preservação de práticas sócio-culturais dos colonizadores foi re-negociada nesse novo espaço e a formação de enclaves étnicos, de suas práticas com índios, caboclos e migrantes de outras etnias, foram necessários para a sobrevivência de sua própria etnia. A exportação de madeira de Santa Catarina correspondia a um índice significativo das exportações do Estado no período compreendido entre o início da década de 1920 e o final dos anos 1930.

A partir da obra de Lago (*op. cit.*), pode-se dizer que, em 1940, transcorridos os 50 anos do prazo da concessão dada em 1890, o Governo Federal encampou a Estrada de Ferro, revertendo-a para a autarquia Rede de Viação Paraná - Santa Catarina (RVPSC), a qual em

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 34
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS			
- ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

1957, somadas a outras autarquias, veio a constituir a Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), com 100% das ações pertencentes à União. A partir de 1960, com a abertura de estradas rodoviárias, as locomotivas a vapor, sem competitividade, foram sendo substituídas. O movimento de trens declinou na Ferrovia do Contestado, a ponto de, já nos anos 70, ser paralisado totalmente o transporte de passageiros. Sem faturamento, a Ferrovia do Contestado entrou em processo de deterioração.

2.4.2. Cenário Atual

Com base nos relatos anteriores, constata-se que na área do SHPRH Jacutinga a população é formada por diversas etnias, sendo as predominantes as descendentes de alemães e italianos, seguidos de caboclos, poloneses, austríacos, russos, ucranianos e libaneses.

Segundo SANTA CATARINA / SDS (2007), a economia da região do SHPRH Jacutinga está baseada na agroindústria do setor de aves e suínos. No setor agrícola destaca-se a produção de hortifrutigranjeiros, de fumo, juntamente com a produção de grãos em menor escala. No setor agropecuário destaca-se a produção de gado leiteiro.

O município de Concórdia possui aproximadamente 70.000 habitantes, conforme contagem do IBGE em 2007, predominantemente descendente de italianos e alemães. É uma região importante em função de seu potencial sócio-econômico, particularmente em relação às atividades produtivas desenvolvidas nos setores agrícolas, pecuário, agroindustrial e ambiental. O suporte empresarial é alto em função das agroindústrias localizadas nessa região. São empresas de experiência internacional, comprometidas com as exigências dos padrões de qualidade de seus produtos. Empresas como a Sadia, Ceval e Coopercentral, estabelecidas no oeste catarinense, desenvolveram um cluster de serviços qualificados. Há, ainda, empresas de médio porte, cooperativas de produção e consumo, pequenas indústrias familiares, pecuária de leite e corte, citricultura e piscicultura (PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, 2009).

Seara, o segundo município mais populoso da área do SHPRH Jacutinga, tem o seu suporte financeiro baseado nas atividades da sua maior indústria, a Seara Alimentos S.A. A cidade apresenta boa rede hoteleira e gastronômica, especializada em comida italiana. Encravada num vale entre Chapecó e Concórdia, Seara é um típico município de montanha, o que o torna atrativa turisticamente. O Museu Entomológico Fritz Plaumann, considerado o maior da América Latina e um dos maiores do mundo, possui 80.000 exemplares de insetos, sendo 1.700 descobertos pelo próprio Fritz Plaumann (PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA, 2009).

Memória viva da Guerra do Contestado, o município de Irani é rico em atrações históricas, culturais, gastronômicas, rurais e ecológicas. Colonizado por italianos, alemães e caboclos, tem na agricultura sua principal atividade econômica, com destaque para a produção de milho, soja, arroz, trigo, feijão e fumo. A indústria madeireira, moveleira, metalúrgica são as outras atividades econômicas desenvolvidas no município (GUIA CATARINENSE, 2009).

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 35
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Integrante das terras contestadas, primeiro internamente pelas Províncias de Paraná e Santa Catarina, que se desmembraram de São Paulo (1853), o município de Catanduvras começou a ser colonizado no início do século XX, quando da construção da estrada de ferro próximo ao Rio do Peixe, que possibilitou o desenvolvimento da agricultura de subsistência. A população colonizadora era composta basicamente de pessoas de origem italiana e em menor número de alemães e poloneses. Sua denominação originou-se de Catanduba, espécie de vegetação existente na região na época em que foi iniciada a colonização. O município é grande produtor de erva-mate e a cidade, que promove de dois em dois anos a Festa do Chimarrão, é considerada a capital catarinense do chimarrão. Na sua pujante economia, Catanduvras registra com orgulho a presença do Grupo Perdigão, com a maior fábrica em produção de rações e a maior granja de aves em produção de ovos da América Latina. A Sadia, com uma granja de matrizes de aves, com grande desenvolvimento genético, também está presente no município (PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVRAS, 2009).

Colonizada por italianos no início do século XX, Ipumirim caracteriza-se pela grande quantidade de minifúndios. São cerca de 1.500, muitos deles abertos para o turismo rural. As principais atividades econômicas são a agropecuária e a indústria madeireira. A estrutura turística da cidade ainda é tímida, mas há hotéis confortáveis e bons restaurantes, com destaque para a comida italiana. A cidade tem mais de 3.000.000 de árvores plantadas em áreas de reflorestamento, com previsão de plantio de mais 400.000 por ano (SANTUR, 2009).

Arabutã, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Presidente Castelo Branco e Vargem Bonita são os demais municípios com sedes situadas no SHPRH Jacutinga.

2.4.3. Aspectos Turísticos

Para a identificação e levantamento das festividades locais foram consultados sítios das prefeituras municipais e o sítio da Santur (SANTUR, 2009). Outros aspectos turísticos e culturais também foram pesquisados, sendo que uma lista completa com todos os eventos, detalhando: município, dia, local, entidade organizadora, telefone/fax, e-mail e site da entidade promotora; é apresentada no Anexo 3.

Em geral, são características dos municípios deste sistema hidrográfico (SHPRH Jacutinga) os costumes e tradições dos colonizadores, como o hábito diário do chimarrão, as danças gauchescas e os rodeios crioulos; a cultura italiana e alemã também são marcantes sendo percebidas nos jantares e festas periódicas em grande parte dos municípios. Algumas destas festas tradicionais são: o Kerb Fest (em Arabutã); o Jantar Italiano, a Festa do Chimarrão e o Baile de Kerb (em Catanduvras); a Itá Kerb Fest, a Festa do Leitão Assado, a Festa Italiana, o Festival Italiano e a Festa do Dourado (no Município de Itá); a Festa Catarinense da Carne Suína, a Festa Municipal da Polenta, a Festa do Vinho Colonial, a Festa Catarinense da Suinocultura, o Baile do Chopp (na Linha São Rafael), o Baile do Chopp (na Linha São Pedro), o Seara Kerb Fest (festividades do Município de Seara); a Festa de Integração entre as

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 36
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Comunidades (FEMIC), a Festa do Leitão Assado à Alto Bela Vista, o Baile de Kerb, o Kerb de rua e a Jericada (em Alto Bela Vista); a Kerb, o Encontro de Etnias e a Noite da Lanternas (em Ipira); a Noite do Queijo e do Vinho, a Festa do Colono e a Festa do Leitão (no Município de Ouro); o Baile do Chopp e do Peixe Frito (em Paial); a Festa do Frango Verde e Festa do Colono e Motorista (no Município de Peritiba).

As festas religiosas são eventos tradicionais na região, podem ser destacadas para o SHPRH Jacutinga a: Festa de Santo Antônio, Festa de São Cristóvão e Festa de Nossa Senhora Aparecida (no Município de Catanduvas); Festa de Santo Antônio (em Concórdia); Festa do Padroeiro São Pedro e Festa de São Roque (na cidade de Itá); Festa de São Cristóvão e Festa de São Roque (no Município de Água Doce). Também promovem o turismo, estando vinculados aos aspectos culturais, os festivais de música, os bailes e os rodeios crioulos, promovidos na maioria das vezes pelos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) presentes em grande parte dos municípios do SHPRH Jacutinga.

As feiras e exposições, bem como os eventos esportivos, promovem a cultura e a economia local, podendo ser destacados:

- Em Concórdia: TECNOESTE – Show Tecnológico Rural (promovido pela Escola Agrotécnica Federal de Concórdia), Expo Concórdia, Suileite, Festa Regional dos Apreciadores da Carne de Ovino, Fenal (Festa Nacional do Leitão Assado) e Festival Del Formagio e Del Vino.
- Em Itá: Travessia do Lago de Itá, Travessia do Lago da UHI e, Circuito de Maratonas Aquática-Represa de Itá.
- Em Irani: Expo Irani.
- Em Seara: EFAICS (Exposição Feira Agropecuária Comercial e Industrial de Seara).
- Em Água Doce: Feira do Gado Geral e Expofeira.
- Em Paial: Etapa Regional de Barco a Remo.

2.4.4. O Processo de Ocupação e sua Relação com o Uso dos Recursos Hídricos

Em decorrência da ocupação histórica e da disponibilidade dos recursos naturais, pode-se caracterizar o Estado de Santa Catarina da seguinte forma: Região Sul (atividades industriais e minerais, com destaque para a produção de cerâmica e a extração de carvão); Região Nordeste (concentração industrial, com predominância do complexo eletro metal mecânico); Região do Vale do Itajaí (destaque para a área industrial, principalmente na produção têxtil); Região Norte e Planalto (produção bovina, extração de madeira e agricultura); Região Oeste (produção agropecuária, com concentração de parque agro-industrial, associado a industrialização de aves e suínos); e Região do Litoral (pesca, concentração de serviços públicos estaduais e federais e grande desenvolvimento da indústria do turismo). (SANTA CATARINA / GAPLAN, 1986).

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 37
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Em SANTA CATARINA / SDS (2007), é abordado o perfil produtivo da economia estadual, destacando os diferentes padrões produtivos nas distintas bacias hidrográficas. É assinalada a importância de se avaliar os diferentes perfis de desempenho econômico, das condições de vida da população e do grau de pressão antrópica que se disseminam por esses espaços, sinalizando seu potencial de sustentabilidade, com relação ao uso dos recursos hídricos.

Em processos de planejamento em geral, qualquer que seja a unidade de referência, por exemplo bacias hidrográficas, é exigido um grande número de dados, informações e conhecimento, capazes de exprimir os reflexos sobre os recursos ambientais, de forma a se poder indicar suas vulnerabilidades e ameaças.

Nesta ótica, entende-se que o conhecimento das formas e os padrões de utilização dos recursos naturais e a sua sustentabilidade diante das trajetórias do processo de ocupação que dominam uma bacia hidrográfica, possibilitará orientar o processo de tomada de decisões no traçado das estratégias mais adequadas de abordagem e encaminhamento dos conflitos ou problemas identificados.

Para o caso da bacia hidrográfica do Rio Jacutinga (SHPRH Jacutinga), esse conhecimento irá sinalizar os conflitos relacionados às demandas dos recursos hídricos por parte da população urbana e rural, da indústria, da atividade agropecuária. Também será possível indicar as áreas mais susceptíveis aos processos de poluição e de contaminação das águas e as áreas que requerem prioridade no estabelecimento de mecanismos de gestão.

Segundo a revisão já apresentada anteriormente, a ocupação do espaço geográfico da RH 3, que inclui o SHPRH Jacutinga, passou por sucessivos estágios, destacando-se aqueles grupos que formaram a base do crescimento socioeconômico da região. Em função desta evolução natural, alguns setores se destacam por sua forte interferência e no uso dos recursos naturais, em especial os hídricos, para o seu processo de desenvolvimento.

Segundo o estudo SANTA CATARINA / SDS (2007), no ano de 2000, foi estimado que aproximadamente 2/3 da população catarinense, equivalente a 3.511 mil habitantes, estava concentrada nas bacias da Vertente Atlântica, e o restante, 1.845 mil habitantes, residia nas bacias da Vertente do Interior. Também de um modo geral, nas Regiões Hidrográficas da Vertente do Interior observam-se taxas de urbanização moderadas, em média 68%, valores inferiores à do Estado (78,7%).

De acordo com o mesmo estudo (*op. cit*), de maneira geral, ambas as vertentes supracitadas passaram por ciclos descendentes nos períodos considerados. Em especial, nas bacias da *Vertente do Interior*, as taxas médias anuais de crescimento demográfico, nos períodos 1980/1991 e 1991/2000, foram de 1,12 e 0,70% ao ano, respectivamente. Na faixa litorânea, o crescimento populacional passou de 2,71% para 2,51% ao ano, nos dois períodos sucessivamente. Essa condição também é visível nas taxas do Estado de Santa Catarina, que nos mesmos períodos passou de 2,1% para 1,8% ao ano. Em outras palavras, trata-se de um processo consolidado que tende a seguir uma trajetória sem grandes variações, acomodando-se de maneira geral em patamares próximos aos padrões vegetativos.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 38
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Segundo o mesmo estudo (*p. cit*), o crescimento populacional das Regiões Hidrográficas- em dois períodos censitários (1980/1991 e 1991/2000) - foi modesto na *Vertente do Interior*, em especial na RH 3 Vale do Rio do Peixe, onde se encontra a bacia do rio Jacutinga (SHPRH Jacutinga); nesta, a taxa foi negativa no período 1991-2000.

Em contrapartida, considerando dados referentes à 2000/2007 (IBGE, 2008), verifica-se que houve crescimento populacional na Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga (SHPRH Jacutinga), com uma taxa anual de 3,70%, sendo que houve um acréscimo na população urbana e um decréscimo na rural, em relação ao período 1991/2000. No Quadro 4 são apresentadas dados da população.

Quadro 4 – Dados de População do SHPRH Jacutinga

Bacia Hidrográfica	População 2007				Área da Bacia (km ²)	Taxa de Urbanização 2007 (%)	Densidade Demográfica (hab/Km ²)	Taxa Cresc. Anual* 80/91 (%)	Taxa Cresc. Anual* 91/00 (%)	Taxa Cresc. Anual** 00/07 (%)
	Urbana	Rural	Total	Representação estadual (%)						
Rio Jacutinga (SHPRH Jacutinga)	89.119	39.941	129.060	2,2	2.475	69	52,15	1,62	-0,04	0,46

(*) Taxa de crescimento anual da RH 3 – Vale do Rio do Peixe

(**) Taxa de crescimento anual da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga (SHPRH Jacutinga)

Fonte: Adaptado de SDS, 2007.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 40
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Neste aspecto, em função das taxas de crescimento, acima referidas, conclui-se que o aumento da demanda por água para atender a população do SHPRH Jacutinga nas áreas urbanas deve ser um elemento a ser considerado nas estratégias futuras.

Por outro lado, conforme SANTA CATARINA / SDS (2007), as atividades econômicas em Santa Catarina destacam-se no cenário nacional, sendo relevantes seu parque industrial, as atividades agrícolas, a avicultura e a suinocultura, não somente para o mercado interno, mas também com papel importante na geração de divisas provenientes de diversas cadeias de transformação de produtos. Com esse perfil, há distintos padrões econômicos e matrizes produtivas predominando em suas bacias hidrográficas, cada qual apoiado em processos produtivos mais ou menos intensos no uso de recursos hídricos, com coeficientes de consumo diferenciados, além de implicar alteração, também diferenciadas, na capacidade de assimilação de cargas poluidoras dos rios.

Segundo o mesmo estudo (*op. cit.*), o Estado de Santa Catarina possui um parque industrial relevante, com mais de 15 mil indústrias instaladas, a maioria delas microempresas e de pequeno porte, mas também contando com grandes indústrias. Os segmentos industriais são variados, compreendendo os ramos: têxtil, alimentos, bebidas, pescado, frigoríficos, máquinas e equipamentos, papel, fecularia, curtume, metalurgia, tintas e solventes, produtos de limpeza, malharia, cerâmica e laticínios. Distribuídas por quase todo o território do Estado, essas indústrias, a depender do ramo e de sua concentração territorial, são grandes consumidoras de água, com repercussões relevantes principalmente no caso das bacias com menor disponibilidade hídrica.

Santa Catarina detém papel relevante no cenário nacional quanto à produção de aves. Dados do IBGE (2007) assinala um total próximo a 160 milhões de cabeças no Estado, incluindo galinhas, galos, frangos e pintos. Sua produção de frangos, correspondente a cerca de 20% do total do país, cresceu, entre 1998 e 2003, 6% a.a. (de 4,5 para 6,0 milhões de toneladas), segundo dados do ICEPA/SC. Entretanto, embora importante, esse crescimento foi menor que a média nacional, que vem se mantendo em patamares superiores a 10% a.a., dados os estímulos representados pela exportação.

Conforme SANTA CATARINA / SDS (2007), no contexto do território estadual, a avicultura é mais expressiva nas Regiões Hidrográficas do Vale do Rio do Peixe (RH 3), onde está inserido o SHPRH Jacutinga e Meio Oeste (RH 2). Relata o documento, que apesar das dificuldades econômicas enfrentadas por muitos avicultores e pequenas e médias indústrias, as perspectivas no curto prazo apontam para a expansão da produção de frangos, porém, em percentuais mais modestos que os de anos anteriores.

Segundo publicação da FIESC (2002), Santa Catarina era, no ano 2000, o maior produtor de suínos do Brasil, responsável por 24% da produção do país e 60% da exportação nacional. Seara Alimentos, Sadia, Chapecó, Perdigão estão entre as principais empresas exportadoras. Em termos regionais, 75% da produção concentra-se no Oeste catarinense (EMBRAPA). De 1998 a 2002, a taxa de crescimento da produção de carne suína no Estado foi de 3% a.a. O crescimento no ano de 2002 foi moderadamente inferior ao do País, pois a atividade vem se

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 41
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

expandindo mais rapidamente no Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso e Goiás. Apesar do bom desempenho das exportações, que representaram 54% das vendas do País em 2002, os preços recebidos pelos suinocultores estiveram em queda entre 2001 e 2002, levando a crise econômica do setor e a um represamento da produção nesse período.

Nos relatos de SANTA CATARINA / SDS (2007) encontramos descrito que, nos últimos anos, houve uma redução na contribuição da fatia pequenos produtores no total da produção, devido à especialização crescente do setor. Cita o documento, que a situação atual da atividade, representada pelo pequeno interesse na compra de reprodutores, baixo desempenho das vendas de equipamentos, crescimento do endividamento dos suinocultores e pouca mobilidade das vendas no mercado interno, sinaliza para uma queda da produção nos próximos anos.

Segundo o estudo SANTA CATARINA / SDS (2007), de maneira geral, a área do SHPRH Jacutinga a atividade econômica está baseada na agroindústria, na criação de bovinos e de mate, orientada para mercados regionais. Relata o documento que na região onde está a bacia do Rio Jacutinga (SHPRH Jacutinga), também apresenta um grande número de municípios pouco produtores, predominando economias frágeis e rendimento a desejar. Apresenta distribuição espacial semelhante as demais bacias da região do meio oeste e oeste catarinense, porém são mais freqüentes os municípios com alta e média pressão pelo uso das terras, e, com saneamento em equacionamento.

No estudo SANTA CATARINA / SDS (op. cit) é assinalado que, tendo em vista a importância de se avaliar de forma destacada a dimensão ambiental dos recursos hídricos no contexto das bacias hidrográficas, devem ser acrescentados indicadores relativos ao seu consumo, dando especial ênfase à demanda industrial, por entender-se que a mesma, além do respectivo consumo de recursos hídricos e lançamento de cargas poluentes nos corpos d'água, pode sinalizar outros fenômenos, associados à degradação ambiental das bacias hidrográficas analisadas. Como exemplo, podem ser citados impactos encadeados à própria produção industrial que, na ausência de uma boa gestão, quer do próprio setor, quer do ponto de vista institucional, tendem a potencializar repercussões desfavoráveis à ambiência da bacia, tais como: emissões atmosféricas, geração de resíduos sólidos, e uso desordenado do solo.

Também o estudo (op. cit) destaca que a bacia do Rio Jacutinga, tem uma atuação institucional relativamente bem estruturada na gestão do meio ambiente na grande maioria de seus municípios.

Cabe ressaltar aqui, novamente, que esta bacia possui já um Comitê de Gerenciamento de Recursos Hídricos, o que comprova a afirmativa acima.

As informações mais detalhadas sobre todas as demandas por recursos hídricos deverão ser aferidas com mais propriedade na Etapa B, com os levantamentos obtidos a partir do cadastro de usuários (CEURH) da SDS.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 42
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

3. DIAGNÓSTICO DA DINÂMICA SOCIAL DA ÁREA DO SHPRH JACUTINGA

Conforme já apresentado no Plano de Trabalho Ajustado, a Etapa A, denominada Estratégia para o Envolvimento da Sociedade na Elaboração do Plano, tem como objetivo “articular o envolvimento da sociedade na elaboração dos Estudos” que conduzirão ao Plano Estratégico de Gestão Integrada. Ou seja, para a construção do Plano Estratégico é previsto um processo participativo de forma que este tenha em conta não somente aspectos do olhar técnico e ambiental, mas, também do olhar social. E, por outra parte, enriquecer e legitimar o Plano incorporando nele o conhecimento empírico e a memória viva dos moradores da região. Fundamental para este processo é que a sociedade esteja permanentemente informada a respeito dos objetivos dos estudos, dos correspondentes avanços e das possibilidades de participar.

Por tratar-se de um Plano Estratégico, deverão ser analisadas todas as potencialidades identificadas no processo de participação social, visando aproveitá-las seja na formulação, seja na etapa posterior da implementação do plano. E, ao mesmo tempo, é através do processo de participação social que deverão ser identificadas as carências e as eventuais forças de resistência ou não cooperativas, aspectos estes que deverão ser adequadamente tratados visando atenuá-los ou, se possível, eliminá-los. Também é objetivo deste trabalho buscar a integração das ações de planejamento e gestão da bacia hidrográfica com as ações próprias dos Planos de Desenvolvimento de Microbacias Hidrográficas (PDMH) atualmente em curso em 68 microbacias com território na área do SHPRH Jacutinga; e com as ações próprias de Unidades de Conservação, do PRAPEM. O resultado final previsto é a elaboração e início de implementação gradativa do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos (ou ainda PEGI do SHPRH Jacutinga).

Em síntese, conforme já apresentado no Plano de Trabalho Ajustado, esta Etapa A, deve auxiliar nos levantamentos para o conhecimento da dinâmica social da área do SHPRH Jacutinga. Neste sentido, o Diagnóstico da Dinâmica Social da Bacia (do SHPRH Jacutinga), com a identificação dos principais atores sociais e das instituições relacionadas com o gerenciamento dos recursos hídricos e o Plano de Divulgação com os correspondentes Encontros Regionais constitui-se num elemento básico para a elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da “Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos”, neste relatório denominada de “Sistema Hidrográfico de Planejamento de Recursos Hídricos Jacutinga – SHPRH Jacutinga”, denominação anteriormente descrita e justificada.

No que se refere à identificação de atores sociais e institucionais intervenientes na área do SHPRH Jacutinga, foi realizada uma ampla pesquisa procurando-se destacar aqueles com atuação relevante e que possam ser elementos multiplicadores do processo de envolvimento da sociedade na construção do Plano Estratégico.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 43
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Inicialmente, para fins de realização das primeiras reuniões previstas no Plano de Divulgação do Plano Estratégico (ver item 3.3.) foi necessário um levantamento preliminar dos principais atores sociais e institucionais atuantes na região de estudo aproveitando, basicamente, as informações existentes e disponíveis na SDS/DRHI. Este levantamento foi posteriormente enriquecido – conforme previsto no próprio Plano de Divulgação – com o auxílio dos participantes nas primeiras reuniões regionais e com pesquisas complementares da Contratada com base em fontes secundárias. Os resultados são apresentados nos itens 3.1 e 3.2 que seguem.

3.1. Identificação de Atores Sociais Atuantes no SHPRH Jacutinga: Grupos Sociais e Econômicos Organizados

Foram identificados mais de 50 novos atores sociais, com enfoque sobre os usuários de água, caracterizando formas de atuação, capacidade de liderança, abrangência espacial e tipos de atuação, com destaque aos usos e proteção dos recursos hídricos. Trata-se de atores sociais que, adequadamente organizados, tem grande potencial de parceria para a construção do PEGI do SHPRH Jacutinga, bem como para o fortalecimento do “Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos” visando com que o mesmo, possa atuar na discussão pública e abrangente do Plano Estratégico.

Com a sistematização destas informações, na sequência, é apresentada a relação dos atores atuantes no SHPRH Jacutinga, conforme sua categorização social. No Anexo 4, é apresentado uma lista com os contatos (endereços, telefones e *e-mails*) dos atores sociais atuantes no SHPRH Jacutinga, identificados nesta etapa. É parte integrante deste Anexo a relação: de grupos sociais e econômicos (Sindicatos, Associações, Cooperativas e Movimento Social); de instituições relacionadas com o gerenciamento de recursos hídricos (instituições de âmbito municipal, intermunicipal, estadual e federal); das Organizações Não-Governamentais; dos representantes do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do rio Jacutinga e seus contíguos; e, das instituições de ensino de nível superior.

3.1.1. Sindicatos

- Sindicatos dos Trabalhadores Rurais

A partir de consulta ao sítio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina foram identificados os sindicatos dos trabalhadores rurais (Anexo 4) existentes nos municípios de: Água Doce, Arabutã, Alto Bela Vista, Catanduvas, Concórdia, Ipira, Itá,

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 44
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Ipumirim, Irani, Jaborá, Lindóia do Sul, Ouro, Paial, Peritiba, Presidente Castelo Branco, Seara e Vargem Bonita (FETAESC, 2009).

- **Sindicatos Rurais**

A partir de consulta ao sítio da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina foram identificados os sindicatos rurais (Anexo 4) existentes nos municípios de: Água Doce, Catanduvas, Concórdia, Ipumirim, Irani, Itá, Peritiba e Seara (FAESC, 2008).

- **Sindicatos Industriais**

Sindicato da indústria do mate no Município de Catanduvas; Sindicato das indústrias da construção e do mobiliário de Concórdia; Sindicato das indústrias de artefatos de cimento e pré-moldados de Concórdia; Sindicato das indústrias de panificação e confeitaria, produtos de cacau, balas, massas alimentícias, biscoito, doces e conservas alimentícias de Concórdia; Sindicato das indústrias do vestuário de Concórdia; Sindicato das indústrias gráficas de Concórdia; Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo, no Município de Concórdia; e Sindicato das indústrias metalúrgicas, mecânicas e do material elétrico da região do Alto Uruguai Catarinense. (FIESC, 2009).

3.1.2. Associações Comerciais e Industriais

Dentre as associações comerciais e industriais com atuação na área do SHPRH Jacutinga (Anexo 4) foram identificadas as seguintes:

- Associação Catarinense de Empresas Florestais (ACR), no Município de Lages;
- Associação comercial e Industrial de Concórdia (ACIC), no Município de Concórdia;
- Associação comercial e Industrial de Seara (ACIS), no Município de Seara;

3.1.3. Cooperativas Agrícolas

Dentre os atores sociais atuantes na área do SHPRH Jacutinga estão as cooperativas agrícolas. O Quadro 5 a seguir apresenta estas cooperativas e os correspondentes municípios de atuação identificados.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 45
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Quadro 5 – Cooperativas na área do SHPRH Jacutinga

Cooperativa	Município
AGROMILK - Cooperativa Central Agromilk Ltda	Concórdia
COOPAC - Cooperativa de Produção Alimentícia de Concórdia	Concórdia
COOPER AMAUC - Cooperativa Agropecuária do Alto Uruguai Catarinense	Concórdia
Cooperativa Mista do Meio Oeste Catarinense Ltda	Seara
COOPERAVISO - Cooperativa Regional Produtores de Aves e Suínos Ltda	Ouro
COOPERSUI - Cooperativa Agropecuária e de Alimentos Sui Light	Seara
COOTAN - Cooperativa Agropecuária Tangará	Água Doce
COPAFAC - Cooperativa de Produção Agroindustrial Concórdia	Concórdia
COPÉRDIA - Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia Ltda	Alto Bela Vista, Arabutã, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Itá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Presidente Castelo Branco
COTREVALE - Cooperativa de Trabalho e Produção Vale Fértil	Ipumirim, Irani, Vargem Bonita

3.1.4. Associações Profissionais

Foram identificadas as seguintes associações profissionais com atuação na área do SHPRH Jacutinga (Anexo 4):

- Associação dos Biólogos de Concórdia (ABIOC), no Município de Concórdia;
- Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Concórdia e Microrregião (AECOM), no Município de Concórdia; e,

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 46
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

- Associação Regional dos Engenheiros Agrônomos de Concórdia (AGROCON), no Município de Concórdia.

3.1.5. Movimento Social

O Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB - é um movimento popular cujo objetivo é reunir, discutir, esclarecer e organizar os atingidos direta e indiretamente pelas barragens. O Movimento tem pautado suas ações na restrição aos planos que impõem a construção de grandes barragens sejam elas estatais, privadas, financiadas ou não por agências internacionais. O MAB incentiva a busca e luta por alternativas para a geração e distribuição de energia; que modifiquem a atual matriz energética brasileira, pois segundo este movimento, somente será possível através de uma real democratização da política energética e de seu compromisso com um projeto de sociedade socialmente justo e ecologicamente responsável (MAB, 2009).

Criado em 1989 em Goiânia (GO), o MAB definiu-se como contrário à execução do Plano 2010, da Eletrobrás, que prevê a construção de cerca de cem hidrelétricas no país. Um dos primeiros movimentos foi contra a instalação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Itá, localizada na área do SHPRH Jacutinga. O reservatório desta Usina inundou aproximadamente 103 km² de terras, atingindo um total de onze municípios. A secretaria nacional do MAB tem sua sede na cidade de São Paulo/SP (MAB, 2009).

3.2. Caracterização das Instituições relacionadas com o Gerenciamento de Recursos Hídricos

Neste item são apresentadas as Instituições com ações relevantes para a Gestão dos Recursos Hídricos na área do SHPRH Jacutinga, tanto por sua atuação direta no Comitê, conforme prevê a Lei Estadual de Recursos Hídricos, como por seu potencial de agente apoiador e multiplicador das ações de planejamento. Descrevem-se brevemente as atribuições e correspondente participação no processo de gestão de recursos hídricos.

As instituições setoriais e multi-setoriais, especialmente aquelas com atuação regional, intermunicipal, apresentam como potencialidade, em relação aos propósitos do Plano da Bacia, a capacidade de articulação de ações coordenadas em prol do uso sustentável dos recursos hídricos. Como deficiência, ou melhor, como fator limitador, em todas elas, pode mencionar-se o fato do horizonte do planejamento ser limitado, em termos práticos, ao máximo de 4 anos. Isto é consequência da tradição brasileira que não separa ações de estado de ações de governo

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 47
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

priorizando estas últimas. Assim, as prioridades e políticas de ação das instituições setoriais e multisetoriais tendem a ser fortemente influenciadas pelas mudanças que acontecem a cada quatro anos, por ser este o período de mandato das administrações federal, estadual e municipal; e dos legislativos municipais que, no caso em pauta, têm maior relevância relativa que os equivalentes estaduais e federais. Ressalta-se a ação iniciada a partir de 2003 pela administração estadual catarinense, com a criação das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional que visam, entre outros objetivos, fortalecer o planejamento e as ações de estado, as quais devem ter horizontes de médio e longo prazo, independentemente das transições de governo a cada quatro anos. Salienta-se, também, que é a partir da materialização da Divulgação do Plano de Divulgação do Plano Estratégico, através de suas componentes de Comunicação e Mobilização Social, que serão captadas as potencialidades e limitações específicas de cada instituição.

3.2.1. Instituições de âmbito municipal e intermunicipal

3.2.1.1. Municípios

Na área de abrangência do SHPRH Jacutinga estão inseridos, parcial ou totalmente, 17 municípios, localizados no meio oeste catarinense. O Quadro 6 apresenta a relação desses municípios e suas respectivas populações segundo contagem efetuada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2007, bem como descreve a situação de cada município na área do SHPRH Jacutinga: TI (totalmente inserido na área do SHPRH Jacutinga), PSD (parcialmente inserido com sede na área do SHPRH Jacutinga) e PSF (parcialmente inserido com sede fora da área do SHPRH Jacutinga). Na Figura 8 é apresentada esta espacialização.

Quadro 6 – Municípios inseridos na área do SHPRH Jacutinga

Município	Situação na área do SHPRH Jacutinga	Percentual de inserção ⁽¹⁾ na área do SHPRH Jacutinga	População (hab) ⁽²⁾ (IBGE, 2007)
Água Doce	PSF	1%	6.756
Alto Bela Vista	PSF	16%	2.021
Arabutã	TI	100%	3.962
Catanduvás	TI	100%	8.733
Concórdia	TI	100%	67.249
Ipira	PSF	7%	4.705

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS		REVISÃO C
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

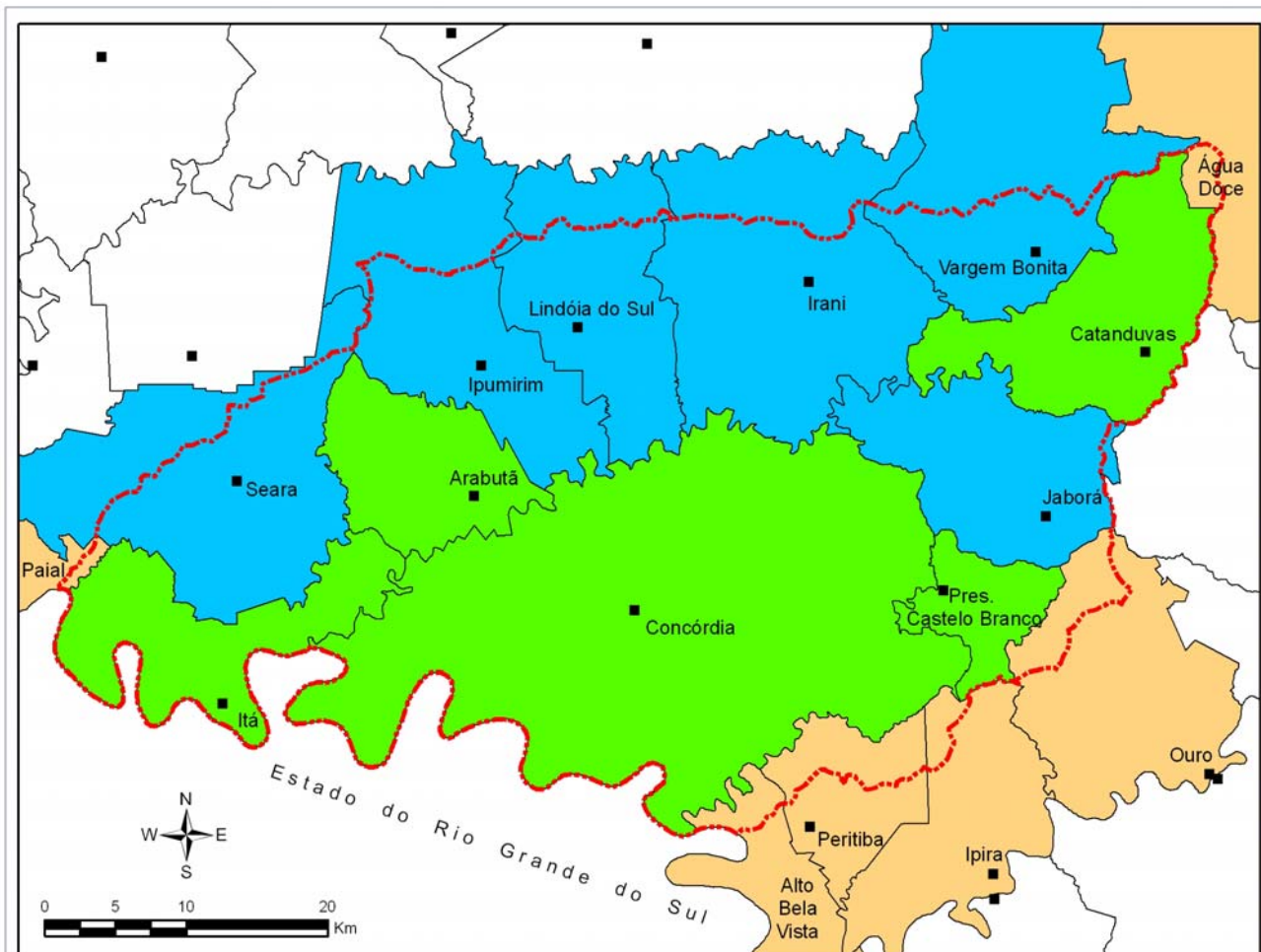
Município	Situação na área do SHPRH Jacutinga	Percentual de inserção ⁽¹⁾ na área do SHPRH Jacutinga	População (hab) ⁽²⁾ (IBGE, 2007)
Ipumirim	PSD	62%	7.118
Irani	PSD	73%	9.313
Itá	TI	100%	6.417
Jaborá	PSD	98%	4.032
Lindóia do Sul	PSD	76%	4.560
Ouro	PSF	16%	7.095
Paial	PSF	5%	1.821
Peritiba	PSF	44%	2.944
Presidente Castelo Branco	TI	100%	1.757
Seara	PSD	60%	17.121
Vargem Bonita	PSD	33%	4.321

Fonte: Elaboração própria - MPB Engenharia.




⁽¹⁾ Percentual de área dos municípios inserido no SHPRH Jacutinga obtido pelo cruzamento matricial (raster) dos Planos de Informações "divisão intermunicipal" (escala 1:250.000) com o "limite do SHPRH Jacutinga" (sem escala).

⁽²⁾ Contagem da População, com data referência em 1º de abril de 2007. (IBGE, 2008). Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/>>




O Anexo 4, além de apresentar endereço, telefone e *e-mail* de cada prefeitura dos 17 municípios, lista os prefeitos eleitos para as gestões 2005 – 2008 e 2009 – 2012.



Convenções:

-  Abrangência do SHPRH Jacutinga
-  Sede Municipal
-  Divisa Intermunicipal

Situação dos Municípios:

-  TI - Município Totalmente Inserido na área do SHPRH Jacutinga
-  PSD - Município Parcialmente Inserido com sede dentro do SHPRH Jacutinga
-  PSF - Município Parcialmente Inserido com sede fora do SHPRH Jacutinga

Fonte: Elaboração própria - MPB Engenharia.

Figura 8 – Abrangência Municipal na área do SHPRH Jacutinga

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 50
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

3.2.1.2. Associações de Municípios

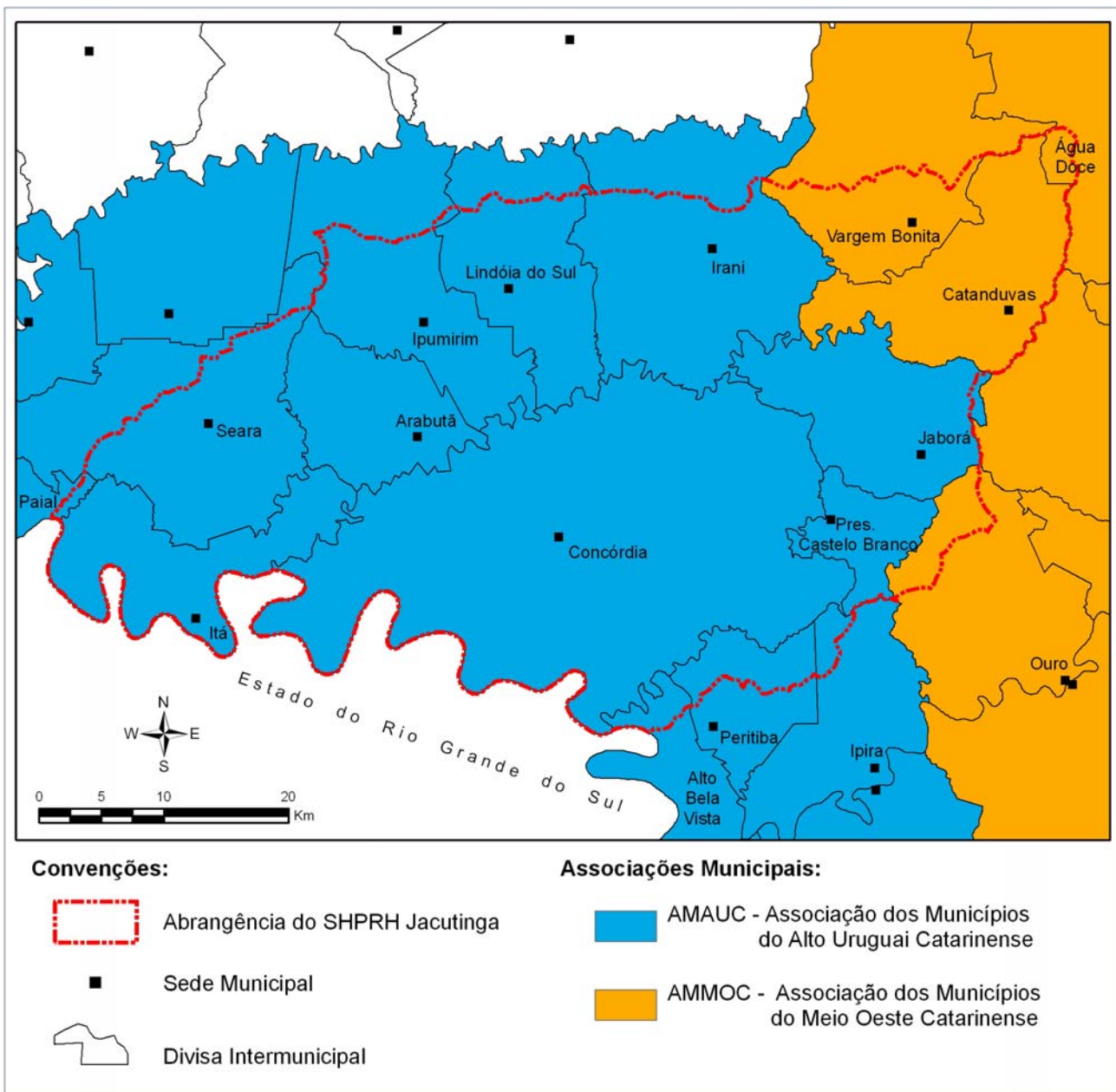
As associações de municípios, dentro do processo de gestão de recursos hídricos, assumem um papel de significativa importância, pois são articuladores potenciais para a preservação e conservação deste recurso natural. A capacidade de articulação e ação efetiva dos municípios participantes representa uma *potencialidade* que deve ser direcionada para ações conjuntas, programas e projetos para proteção dos mananciais hídricos, bem como para a promoção de campanhas de educação ambiental e estabelecimento de parcerias entre as organizações locais como forma de promover e fortalecer a participação da população no processo.

Associações atuantes na área do SHPRH Jacutinga:

Os 17 municípios, total ou parcialmente inseridos na área do SHPRH Jacutinga, estão distribuídos, em duas Associações de Municípios, conforme apresentado no Quadro 7, no Anexo 4 e na Figura 9 a seguir.

Quadro 7 – Associações de Municípios atuantes na área do SHPRH Jacutinga

Associação de Municípios	Município Sede	Municípios com área no SHPRH Jacutinga
AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense	Concórdia	Arabutã, Alto Bela Vista, Concórdia, Ipira, Irani, Itá, Ipumirim, Jaborá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Presidente Castelo Branco, Seara
AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense	Joaçaba	Água Doce, Catanduvas, Ouro, Vargem Bonita



Fonte: Elaboração própria - MPB Engenharia.

Figura 9 – Abrangência das Associações de Municípios na área do SHPRH Jacutinga

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 52
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

3.2.1.3. Consórcio Intermunicipal

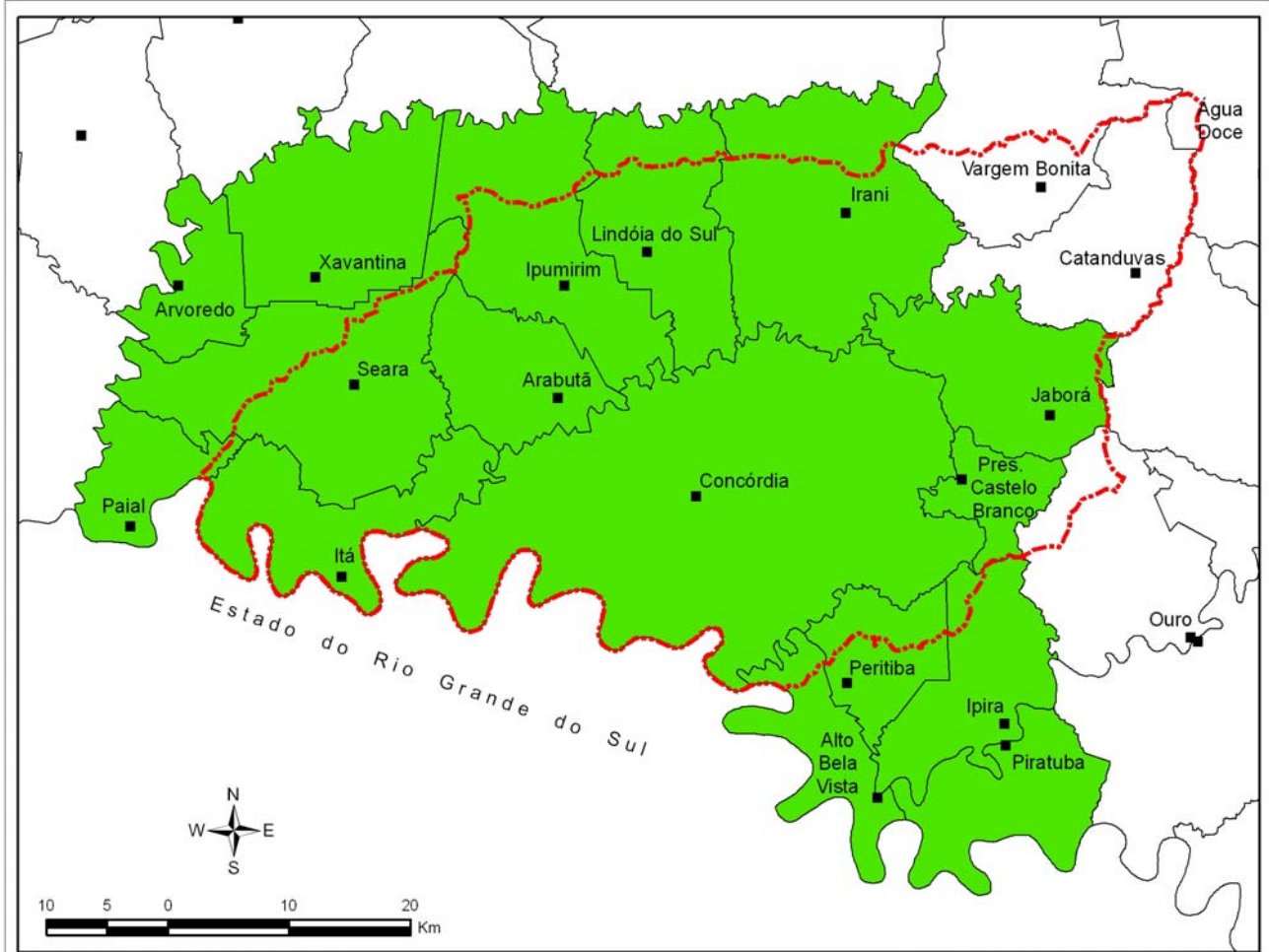
Na região da área do SHPRH Jacutinga tem sido desenvolvida uma interessante experiência de gestão ambiental participativa através do *Consórcio Lambari - Consórcio Intermunicipal de Gestão Ambiental Participativa do Alto Uruguai Catarinense*. Fundado oficialmente em junho de 2001, é constituído através de uma sociedade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, de duração indeterminada, tendo como sede e foro o município de Concórdia.

O Consórcio tem como objetivo desenvolver programas de gestão ambiental participativa em nível de bacias hidrográficas, visando à melhoria das condições ambientais da região, da qualidade de vida da população e o do desenvolvimento econômico e social dos municípios. Participam do Consórcio Lambari os municípios que integram a Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC): Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Seara e Xavantina (ver Figura 10), podendo somar-se a eles os demais municípios vizinhos que integram as bacias hidrográficas da região, que tiverem interesse em participar do projeto. Além das Administrações Municipais e das Câmaras de Vereadores, participam do Consórcio a Sociedade Civil Organizada, compreendendo escolas, universidades, associações comunitárias, clubes de serviços, cooperativas, sindicatos, igrejas, ONGs, entidades e associações de classes, empresas públicas e privadas.

Considerando a gama de atores sociais que congregam o Consórcio Lambari representando várias entidades atuantes nesta região, bem como a abrangência territorial deste Consórcio, é importante aqui destacar como possível parceiro na construção e implementação do PEGI da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos. Destaca-se ainda, especificamente, de acordo com a Figura 10, com potencial para o desenvolvimento de ações integradas, principalmente nas áreas das chamadas “contribuições contíguas”, ou seja, nas pequenas áreas de drenagem que deságuam diretamente na margem direita do rio Uruguai, não inclusas muitas vezes em estudos de bacias hidrográficas.

Alguns dos projetos desenvolvidos pelo Consórcio Lambari:

- “Projeto Beira Rio”: Proteção de Nascentes e Recuperação da Mata Ciliar em Três Microbacias do Rio Engano;
- Projetos de Educação Ambiental: “O Meio Ambiente em Cena” e “Composteiras nas Escolas”;
- Programa de Educação Ambiental: “Conhecer e fazer para preservar”;
- “Programa Regional de Educação e Interpretação Ambiental”;
- “Levantamento Fitossociológico da Mata Ciliar do Rio Jacutinga”.



Convenções:

- Abrangência do SHPRH Jacutinga
- Sede Municipal
- Divisa Intermunicipal

Consórcio Intermunicipal de Gestão Ambiental Participativa do Alto Uruguai Catarinense - Consórcio Lambari:

- Municípios integrantes do Consórcio Lambari

Fonte: Elaboração própria - MPB Engenharia.

Figura 10 – Abrangência do Consórcio Lambari

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 54
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

3.2.1.4. Associações de Câmaras Municipais

Analogamente às associações de municípios, decididas basicamente pelos correspondentes poderes executivos, verifica-se também na região, a existência de uma associação de vereadores ou associação de câmaras municipais. Esta associação também tem grande potencial de participação, especialmente no referente à discussão e legitimação sócio-política do Plano Estratégico. No Anexo 4 consta o endereço da Associação e no Quadro 8, a seguir, constam as Câmaras Municipais filiadas a AVAUC, atuante na região do SHPRH Jacutinga.

Quadro 8 – Associação de Câmaras Municipais inserida na área do SHPRH Jacutinga

Associação de Câmaras Municipais	Câmaras filiadas com a área no SHPRH Jacutinga
AVAUC - Associação dos Vereadores do Alto Uruguai Catarinense	Arabutã, Alto Bela Vista, Concórdia, Ipira, Irani, Itá, Ipumirim, Jaborá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Presidente Castelo Branco, Seara

3.2.1.5. Sistemas de Abastecimento de Água Municipal e Intermunicipal

Quatro municípios da área do SHPRH Jacutinga possuem abastecimento de água através de Associações (Conselho Comunitário), Prefeitura Municipal, Sociedades e Serviços Intermunicipais de Água e Esgoto (SIMAE, 2009).

No município de Arabutã o sistema de abastecimento de água é feito pela Sociedade Abastecimento de Nova Germânia, empresa privada atuante desde 1972 que capta água de um poço artesiano e atende aproximadamente 420 famílias.

Em Alto Bela Vista o sistema de abastecimento de água é feito pelo Conselho Comunitário do Município através da captação de água subterrânea de três poços artesianos, atendendo aproximadamente 220 famílias.

No município de Paial o sistema de abastecimento de água é feito pela Prefeitura Municipal através da captação de águas subterrâneas em seis poços artesianos, sendo prevista a perfuração de outros quatro poços. O sistema de abastecimento de água atende aproximadamente 200 famílias.

No município de Ouro o sistema de abastecimento de água é feito pelo SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro. De acordo com informações obtidas junto ao sítio (www.classificadosmercosul.com.br/simaecao/historic.htm) desta autarquia, a capacidade total da estação de tratamento de água é de 90 l/s, operando com

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 55
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

aproximadamente 75 l/s e tendo como principal manancial o rio do Peixe (na bacia hidrográfica do rio do Peixe), operando ainda com sistemas de poços artesianos, em localidades isoladas do interior.

3.2.2. Instituições de Âmbito Estadual

3.2.2.1. Secretaria de Estado Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS

No ano de 2003, foi feita a integração da antiga Secretaria da Família com a Secretaria do Meio Ambiente, formando a então denominada Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente – SDS.

Com a reforma administrativa ocorrida em 2005, através da Lei Complementar nº 284 de 28 de fevereiro de 2005, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente foi transformada em **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável**, permanecendo a sigla **SDS**.

Na terceira reforma administrativa através da Lei Complementar nº 381 de 7 de maio de 2007, é alterada a competência e o nome da SDS, transformando-a em **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável**, mantendo a sigla **SDS** (SDS, 2009).

Cabe destacar que as principais atribuições da SDS se encontram contempladas no item 1.2.2.

Na Figura 11 encontra-se o Organograma da SDS.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS		REVISÃO C
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		Página 56
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			



Fonte: (SDS, 2006).

Figura 11 – Organograma da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 57
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

3.2.2.2. Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, foi estabelecido através da Lei nº 6.739 de 1985 com as funções de órgão de deliberação coletiva no Estado de Santa Catarina.

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos é o órgão superior do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, responsável pelo estabelecimento de diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos, proposição de diretrizes para o Plano Estadual de Recursos Hídricos e normas sobre o uso das águas e, ainda, estabelecimento de normas para a instituição de Comitês de Bacia. O órgão central, representado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), responsável pelo Meio Ambiente, é responsável pela execução da Política Estadual de Recursos Hídricos e coordenação a implantação dos Planos de Recursos Hídricos (CERH, 2009).

3.2.2.3. Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional – SDR´s

As Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional objetivam a democratização das ações e a transparência e visam ao amplo engajamento e a participação das comunidades de cada microrregião, com a regionalização do orçamento, do planejamento, da fiscalização e das ações.

As Secretarias atuam como agências oficiais de desenvolvimento. Os Conselhos - compostos pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, os Prefeitos e Presidentes das Câmaras de Vereadores da região de abrangência e dois representantes, por município, membros da sociedade civil, que representem os segmentos culturais, políticos, ambientais, econômicos e sociais – constituem um Fórum permanente de debates sobre a aplicação do orçamento regionalizado, a escala de prioridade das ações e a integração Estado/Município/Universidade/Comunidade no planejamento e execução de metas.

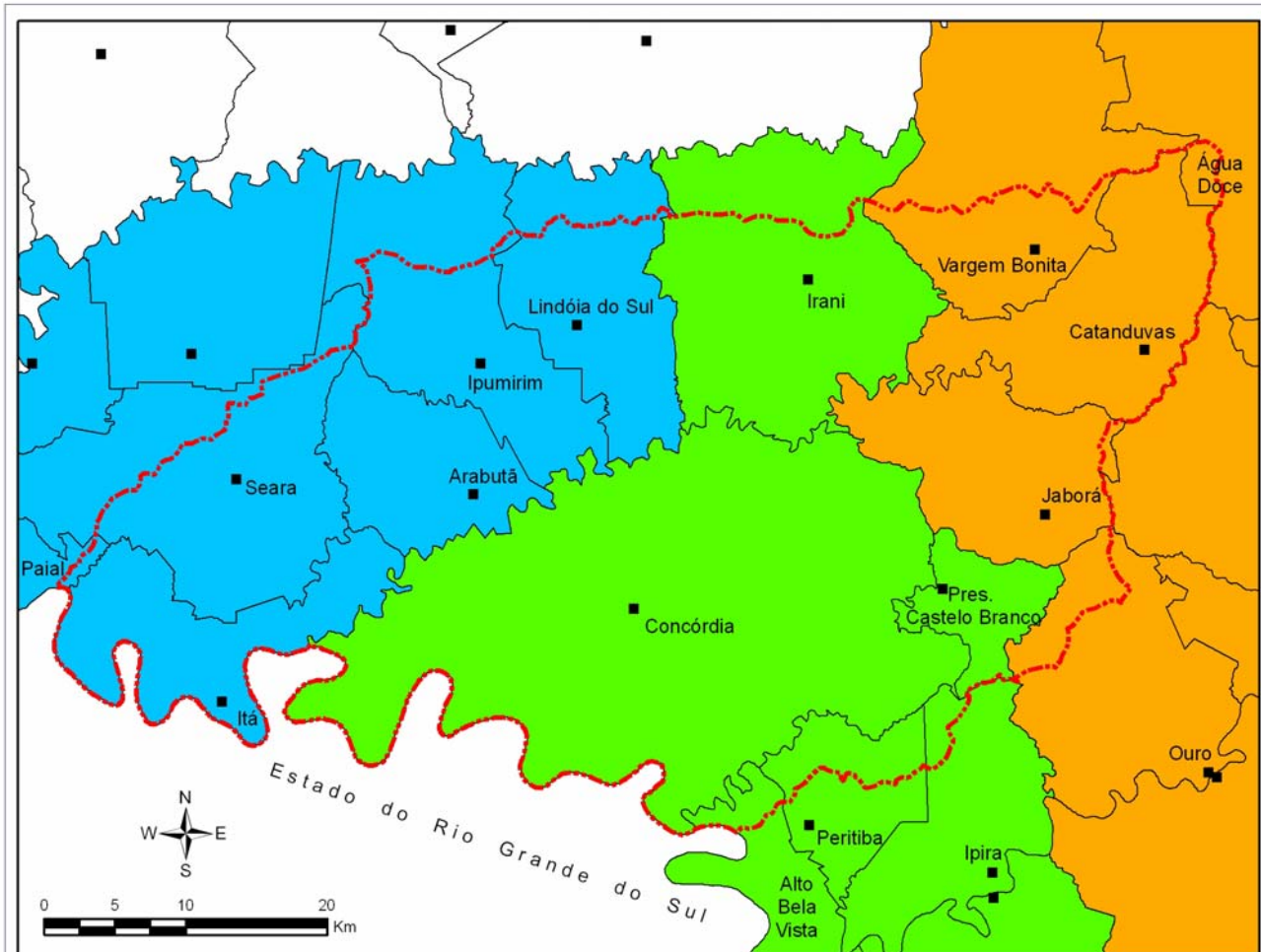
Fazem parte, da organização estrutural das Secretarias, as gerências regionais: da Educação; da Saúde; da Assistência Social; do Desenvolvimento Econômico Sustentável e Agricultura; da Infra-estrutura; da Cultura, Turismo e Esporte; e, a Gerência de Projetos Especiais. Maior ênfase no processo de construção do PEGI da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos são as três Gerências Regionais do Desenvolvimento Econômico Sustentável e Agricultura, nos municípios de Concórdia, Seara e Joaçaba (SDR, 2009).

As Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, atuantes na área do SHPRH Jacutinga, com identificação dos correspondentes municípios sede e municípios de abrangência, estão apresentadas no Quadro 9 e na Figura 12 a seguir:




DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS		REVISÃO C
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Quadro 9 – SDR´s inseridas no SHPRH Jacutinga

SDR	Sede	Municípios do SHPRH Jacutinga na SDR
SDR de Concórdia	Concórdia	Alto Bela Vista, Concórdia, Ipira, Irani, Peritiba, Presidente Castelo Branco
SDR de Joaçaba	Joaçaba	Água Doce, Catanduvras, Jaborá, Ouro, Vargem Bonita
SDR de Seara	Seara	Arabutã, Itá, Ipumirim, Lindóia do Sul, Paial, Seara



Convenções:

-  Abrangência do SHPRH Jacutinga
-  Sede Municipal
-  Divisa Intermunicipal

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - SDR:

-  SDR Concórdia
-  SDR Joaçaba
-  SDR Seara

Fonte: Elaboração própria - MPB Engenharia.

Figura 12 – Abrangência das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR´s) na área do SHPRH Jacutinga

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 60
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

3.2.2.4. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A – EPAGRI

Com o objetivo de promover a preservação, recuperação, conservação e utilização sustentável dos recursos naturais, a Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A) busca a competitividade da agricultura catarinense frente a mercados globalizados, adequando os produtos às exigências dos consumidores. É também objetivo da empresa promover a melhoria da qualidade de vida do meio rural e pesqueiro.

A estrutura organizacional da Epagri compreende, no nível político-estratégico, a sede administrativa, integrada pelos órgãos deliberativos e de fiscalização, a diretoria executiva, as gerências estaduais e as assessorias, competindo-lhes a formulação de políticas, diretrizes, estratégias e o estabelecimento de prioridades; análise da gestão econômico-financeira; coordenação, avaliação, suporte institucional e articulação interinstitucional. No nível tático-operacional, compete às Gerências Regionais – compostas por unidades de pesquisa, centros de treinamento, campos experimentais e escritórios municipais – o cumprimento das políticas, diretrizes, estratégias e prioridades; formulação e execução de projetos; administração dos recursos humanos, materiais e financeiros; articulação e suporte intra-regional; participação nos planos municipais de desenvolvimento rural e na articulação local (EPAGRI, 2009).

As Gerências Regionais atuantes na área do SHPRH Jacutinga e os correspondentes escritórios municipais estão apresentados no Quadro 10. A Figura 13 exhibe a abrangência de cada Gerência.

Quadro 10 – Gerências Regionais da Epagri atuantes na área do SHPRH Jacutinga

Gerências	Escritórios Municipais na área do SHPRH Jacutinga
Gerência Regional de Concórdia	Alto Bela Vista, Arabutã, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Presidente Castelo Branco, Seara
Gerência Regional de Joaçaba	Água Doce, Catanduvras, Jaborá, Ouro, Vargem Bonita

Destaque especial, no âmbito da SAR/Epagri, é o desenvolvimento do Programa PRAPEM/MICROBACIAS 2, considerado um projeto inovador porque há a participação efetiva das comunidades, sendo que cada microbacia hidrográfica possui uma Associação de Desenvolvimento da Microbacia (ADM) formalizada com Diretoria, Estatuto, CNPJ, Conta Bancária e com Plano de Desenvolvimento da Microbacia Hidrográfica (PDMH) elaborado pelas comunidades locais. Nestes planos estão definidas as missões, os valores e as ações de curto, médio e longo prazo. As famílias, pela primeira vez, têm voz ativa e poder de decisão. Jovens, mulheres, homens e idosos definem o PDMH a qual pertencem e planejam propostas de melhorias comunitárias, grupais ou individuais. São as famílias organizadas que gerenciam e

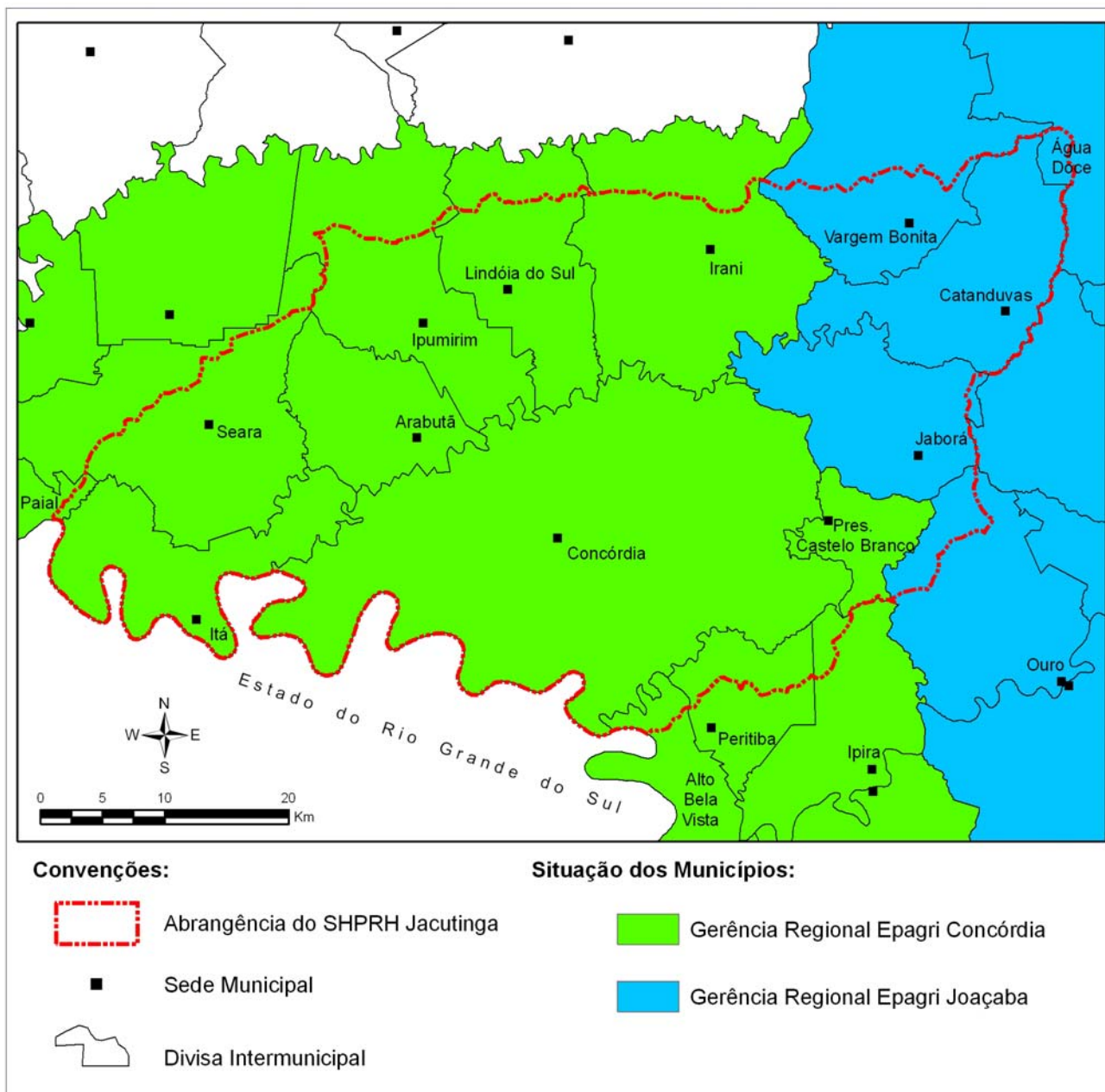
DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 61
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

decidem o que fazer nas áreas ambiental, social e econômica. Como proposta final, estes estudos apresentam um conjunto de prioridades nos grandes blocos de atuação, ou seja: na área ambiental, social e de renda.

Neste sentido, os Planos de Desenvolvimento de Microbacias Hidrográficas – PDMH, elaborados e que estão em elaboração em várias microbacias hidrográficas da área de estudo, serão fonte de pesquisa e alvo de discussão visando à incorporação dos resultados destes no Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos.

No Anexo 4 estão listados os endereços, telefones e *e-mails* das Gerências Regionais da Epagri na área do SHPRH Jacutinga, citando seus respectivos escritórios municipais. Importante ainda o destaque para a existência dos Escritórios Municipais da Epagri em todos os municípios catarinenses, inclusive na área do SHPRH Jacutinga, que podem garantir uma representação no mínimo, em nível municipal nas discussões para construção do PEGI da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 62
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			



Fonte: Elaboração própria - MPB Engenharia.

Figura 13 – Abrangência das Gerências Regionais da Epagri na área do SHPRH Jacutinga

No âmbito do Projeto Microbacias 2, foi criada a Secretaria Executiva Estadual, com sede em Florianópolis e também as unidades regionais chamadas de Secretarias Executivas Regionais. Na área do SHPRH Jacutinga, três SERs desenvolvem suas atividades e estão estabelecidas, com sedes: em Concórdia, Joaçaba e Seara.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 63
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Como já citado anteriormente e como parte das ações desenvolvidas pelo Projeto Microbacias, as Associações de Desenvolvimento das Microbacias (ADMs) representam os interesses das famílias inseridas em cada microbacia. Para sua legalização, cada ADM deve contar com a adesão de no mínimo 70% do total de famílias. A constituição da ADM é condição necessária para viabilização de recursos do Plano de Desenvolvimento da Microbacia. A ADM é quem aprova o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microbacia e as respectivas propostas comunitárias, grupais ou individuais, assumindo a co-responsabilidade na gestão, execução, monitoramento, avaliação e fiscalização das ações (AMEOSC, 2009).

O Plano de Desenvolvimento é o resultado do processo de planejamento participativo, flexível e contínuo, adaptado à realidade da comunidade. Construído pelas famílias participantes, com apoio de entidades executoras e parceiras do projeto e assessorado pelos técnicos facilitadores e extencionistas, o plano inclui prioridades definidas pelos moradores da microbacia ou comunidade indígena e representa os mais diversos problemas, necessidades e potencialidades da região (AMEOSC, 2009).

No Quadro 11 encontram-se as ADM's com atuação na área do SHPRH Jacutinga.

No Anexo 4 estão listados os endereços, telefones e *e-mails* das Secretarias Executivas Regionais.

Quadro 11 – ADM's inseridas na área do SHPRH Jacutinga

Município	Inserção no SHPRH Jacutinga	Microbacia	Plano	ADM
Ipira	PSF	São Luiz	ok	Arroio São Luiz
Ipira	PSF	Lajeado dos Porcos	ok	Lajeado dos Porcos
Ipira	PSF	Arroio Lambedor	ok	Arroio Lambedor
Ipumirim	PSD	Lajeado Varanal	sem plano	Complexo Hidrológico Lajeado Varanal

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS		REVISÃO C
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		Página 64
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Município	Inserção no SHPRH Jacutinga	Microbacia	Plano	ADM
Ipumirim	PSD	Rio Bonito	sem plano	Complexo Hidrológico Rio Bonito
Ipumirim	PSD	Bom Sucesso	ok	Bom Sucesso
Ipumirim	PSD	Linha Áurea	sem plano	Linha Áurea
Ipumirim	PSD	Jacutinga	ok	Jacutinga
Ipumirim	PSD	Serrinha	sem plano	Serrinha
Irani	PSD	Rio Engano	ok	Rio Engano
Irani	PSD	Baixo Lajeado Meio	ok	Complexo Hidrológico Baixo Lajeado do Meio
Irani	PSD	Lajeado Procópio	ok	Complexo Hidrológico Lajeado Procópio
Irani	PSD	Alto Lajeado do Meio	ok	Alto Lajeado do Meio
Irani	PSD	Rio Moinho Velho	ok	Complexo Hidrológico Rio Moinho Velho
Itá	TI	Lajeado Borboleta	ok	Lajeado Borboleta

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS		REVISÃO C
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		Página 65
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Município	Inserção no SHPRH Jacutinga	Microbacia	Plano	ADM
Itá	TI	Lajeado Lava-pés	ok	Lajeado Lava Pés
Itá	TI	Lajeado São Francisco	ok	Complexo Hidrológico São Francisco
Jaborá	TI	São Miguel	sem plano	Rio São Miguel
Jaborá	TI	Lajeado Andrade	ok	Rio Lajeado Andrade
Jaborá	TI	Jacutinga	sem plano	Rio Jacutinga
Lindóia do Sul	PSD	Do Azul	sem plano	Complexo Hidrológico do Azul
Lindóia do Sul	PSD	Lajeado Surdo	sem plano	Complexo Hidrológico Lajeado Surdo
Lindóia do Sul	PSD	Lajeado dos Pinheiros	sem plano	Complexo Hidrológico Lajeado dos Pinheiros
Lindóia do Sul	PSD	Sanga Castelahano	sem plano	Complexo Hidrológico Sanga Castelahano
Lindóia do Sul	PSD	Lajeado Acídio	sem plano	Complexo Hidrológico Lajeado Acídio

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002		
EMPREENDEDOR	SDS		REVISÃO C	Página 66
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA			
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -				

Município	Inserção no SHPRH Jacutinga	Microbacia	Plano	ADM
Ouro	PSF	Lajeado Caçador	ok	Rio Caçador
Ouro	PSF	Rio Doze Passos	ok	Rio Doze Passos
Ouro	PSF	Rio Rancho Grande	ok	Rio Rancho Grande
Paial	PSF	Rio José Albino	sem plano	Rio José Albino
Paial	PSF	Rio Paial	sem plano	Rio Paial
Peritiba	PSF	Lajeado 37 Passos	sem plano	37 Passos
Peritiba	PSF	Arroio do Meio	sem plano	Arroio do Meio
Presidente Castelo Branco	PSD	Lajeado 2 Irmãos	ok	Lajeado 2 Irmãos
Presidente Castelo Branco	PSD	Lajeado Imigra	ok	Lajeado Imigra
Seara	PSD	Nova Teutônia	ok	Nova Teutônia
Seara	PSD	Arroio Jacutinga	ok	Arroio Jacutinga
Seara	PSD	Lajeado Forquilha	sem plano	Lajeado Forquilha

**PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS
- ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -**

Município	Inserção no SHPRH Jacutinga	Microbacia	Plano	ADM
Seara	PSD	Lajeado Trinta e Seis	sem plano	Lajeado Trinta e Seis
Seara	PSD	Baixo Rio Caçador	sem plano	Baixo Rio Caçador
Seara	PSD	Alto Rio Caçador	ok	Alto Rio Caçador
Seara	PSD	Lajeado Leão	ok	Lajeado Leão
Vargem Bonita	PSD	Rio Tunalzinho	ok	Rio Tunalzinho
Vargem Bonita	PSD	Rio Coração	ok	Rio Coração

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 68
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

3.2.2.5. Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC

Empresa de economia mista, criada em 28/02/1979 pela Lei nº 5.516 e fundada em 27/11/1979, transformada em empresa pública em 06/09/2005 tem como missão melhorar a qualidade de vida da sociedade catarinense, promovendo a saúde pública e o desenvolvimento integrado e sustentável dos setores agropecuário, florestal e pesqueiro, através de ações voltadas ao apoio da produção e comercialização, controle de qualidade e saneamento ambiental.

Serviços prestados: Saúde animal, fomento da produção animal, classificação de produtos de origem vegetal, armazenagem, engenharia rural e inspeção de produtos de origem animal (CIDASC, 2008).

Está organizada em Administrações Regionais das quais, as que atuam na área do SHPRH Jacutinga e correspondentes municípios de abrangência, estão apresentadas no Quadro 12. No Anexo 4 estão listadas as Administrações Regionais da CIDASC na área do SHPRH Jacutinga.

Quadro 12 – Administrações Regionais da CIDASC inseridas na área do SHPRH Jacutinga

Administrações Regionais da CIDASC	Municípios de Abrangência na área do SHPRH Jacutinga
Regional de Concórdia	Alto Bela Vista, Ipira, Irani, Lindóia do Sul, Peritiba, Presidente Castelo Branco, Arabutã, Concórdia, Ipumirim, Itá, Paial, Piratuba, Seara
Regional de Joaçaba	Água Doce, Jaborá, Ouro, Vargem Bonita

3.2.2.6. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN é uma empresa de capital misto, criada em 1970 e que tem como missão abastecer de água para consumo humano e prover o estado de sistemas de saneamento básico. A empresa está presente em 205 municípios catarinenses e 01 paranaense, atuando diretamente nesses dois setores.

A empresa atende uma população de 2,3 milhões de habitantes com distribuição de água tratada e 319 mil com coleta, tratamento destino final de esgoto sanitário (CASAN, 2009).

Dos 17 municípios com sede na área do SHPRH Jacutinga, a CASAN atende 13 municípios através das agências regionais, agências e distritos operacionais vinculadas à SPO - Superintendência Regional de Negócios Planalto/Oeste (Quadro 13).

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS		REVISÃO C
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		Página 69
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Quadro 13 – Abrangência da CASAN na área do SHPRH Jacutinga



No anexo 4 estão listados os contatos (endereço, telefone e *e-mail*) da superintendência regional, das agências regionais e das agências da CASAN na área do SHPRH Jacutinga.

3.2.2.7. FATMA – Fundação do Meio Ambiente

A FATMA é o órgão ambiental da esfera estadual do Governo do Estado de Santa Catarina. Atua com uma sede administrativa, localizada em Florianópolis, e 14 coordenadorias regionais, e um Posto Avançado de controle Ambiental (PACAM), no Estado. Criada em 1975, a FATMA tem como missão maior garantir a preservação dos recursos naturais do Estado. Isto é buscado através: da gestão de oito Unidades de Conservação Estaduais, da Fiscalização Ambiental, do Licenciamento Ambiental, do Programa de Prevenção e Atendimento a Acidentes com Cargas Perigosas e de Estudos e Pesquisas Ambientais e da pesquisa da Balneabilidade.

A ação da FATMA na área correspondente ao SHPRH Jacutinga compete à Coordenadoria de Desenvolvimento Ambiental (CODAM) com sede em Joaçaba.

De acordo com informações disponíveis na *homepage* desta instituição, no link "Projetos" são listados Programas e Convênios. São cinco os programas: Bacias Hidrográficas; Programa AMAUC - Consórcio Lambari; Programas de Proteção e Recuperação Ambiental; Programa de Prevenção e Atendimento a Acidentes com Cargas Perigosas; e, Programa Água Limpa.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 70
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Para viabilizar projetos especiais, de grande amplitude e efeitos diretos sobre as comunidades e economias envolvidas, e que também requerem tecnologia de ponta, a FATMA mantém convênio com entidades internacionais (FATMA, 2008), a saber:

- GTZ - Agência Alemã de Cooperação Técnica: Cooperação Técnica para o Gerenciamento dos Recursos Hídricos em Santa Catarina;
- KfW - *Kreditanstalt für Wiederaufbau*: Cooperação Financeira Alemã. Proteção da Mata Atlântica em Santa Catarina - Consolidar e fortalecer as Unidades de Conservação - UC's;
- GEF - Fundo para o Meio Ambiente: Conservação da biodiversidade e restauração dos ecossistemas de importância global do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, com a participação de atores sociais locais. Este Projeto prevê atividades de fiscalização, educação ambiental e elaboração do Plano de Manejo, entre outras;
- PNMA II - Programa Nacional de Meio Ambiente: Ativo ambiental - desenvolver atividades de recuperação ambiental decorrentes dos despejos de dejetos suínos, nas Bacias do Frágoso e Coruja/Bonito, com a realização do Licenciamento e do Monitoramento Ambiental; e,
- Microbacias II – Corredores Ecológicos: Este Projeto objetiva a implantação de corredores ecológicos em áreas de florestas de araucária, a regulamentação de leis de conservação e gestão ambiental (SEUC e ICMS - Ecológico), e a consolidação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro com ações de educação ambiental e de fiscalização.

Especificamente, referente à área do SHPRH Jacutinga, vale citar em termos de Programas, o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, Programa AMAUC – Consórcio Lambari, firmado em 29 de junho de 2004, buscando adequar as propriedades suinícolas à Legislação Ambiental e Sanitária, amenizando o impacto causado pelos dejetos de suínos. E, em termos de Educação Ambiental, a Unidade de Conservação “Parque Estadual Fritz Plaumann”, criado pelo Decreto nº 797, de 24 de setembro de 2003, localizada no município de Concórdia. O Parque é a primeira e única unidade de conservação da floresta estacional decidual no Estado de Santa Catarina (FATMA, 2009). De acordo com o sítio da FATMA, abrange uma área de 740 hectares e foi criado como medida de compensação ambiental pelo aproveitamento hidrelétrico da Usina de Itá na bacia hidrográfica do rio Uruguai. No sítio desta instituição está disponível para consulta o “Plano de Manejo” desta Unidade de Conservação, documento valioso e que deverá ser considerado na Etapa B (Consolidação das Informações sobre Recursos Hídricos).

3.2.2.8. Vigilância Sanitária

A Vigilância Sanitária (VISA) é responsável por promover e proteger a saúde e prevenir a doença por meio de estratégias e ações de educação e fiscalização. Tem como missão

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 71
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

promover e proteger a saúde da população por meio de ações integradas e articuladas de coordenação, normatização, capacitação, educação, informação apoio técnico, fiscalização, supervisão e avaliação em Vigilância Sanitária.

O serviço de Vigilância Sanitária está vinculado ao serviço de saúde. No caso do Brasil, é o SUS – Sistema Único de Saúde. O SUS foi criado pela Lei Federal 8.080. No artigo 7 dessa Lei estão descritos os princípios e as diretrizes do SUS, que são os mesmos que regem o trabalho da Vigilância Sanitária.

Cabe aos municípios a execução de todas as atividades de Vigilância Sanitária, desde que assegurados nas leis federais (Portaria nº 2.473, de 29 de dezembro de 2003) e estaduais. Esse é o processo chamado de municipalização das ações da VISA. O Estado e a União podem atuar em caráter complementar quando houver risco epidemiológico, necessidade profissional e tecnológica (VISA, 2009).

Regionais Estaduais da Vigilância Sanitária atuantes na área do SHPRH Jacutinga: Concórdia (6ª Regional), Joaçaba (7ª Regional) e Seara (33ª Regional).

No Anexo 4 estão listados os contatos das três Regionais da Vigilância Sanitária atuantes na área do SHPRH Jacutinga.

3.2.3. Instituições de Âmbito Federal

3.2.3.1. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa

Vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Embrapa foi criada em 26 de abril de 1973. Sua missão é viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do espaço rural, com foco no agronegócio, por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias (EMBRAPA, 2009).

A Embrapa atua na região do SHPRH Jacutinga através da unidade descentralizada Embrapa Suínos e Aves, cuja sede está localizada no município de Concórdia.

3.2.3.2. Instituições Federais sem Escritórios Regionais na área do SHPRH Jacutinga

Embora sem escritórios regionais na área do SHPRH Jacutinga, são relacionadas a seguir, instituições federais de grande relevância tanto no potencial de contribuição para a formulação do Plano Estratégico, como na construção e implementação do próprio Plano de Recursos Hídricos da Bacia. São as seguintes:

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 72
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Agência Nacional de Águas (ANA)

É o órgão gestor dos recursos hídricos de domínio da União. No caso do SHPRH Jacutinga, o rio principal, isto é, o Rio Jacutinga, é afluente do Rio Uruguai – pela margem direita – que por ser um rio de domínio da União é gerido pela ANA. A necessidade de compatibilizar as ações em nível da área do SHPRH Jacutinga com as ações em nível da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai justificam, por si só, a inclusão desta instituição dentre as relevantes para o gerenciamento dos recursos hídricos da área do SHPRH Jacutinga (ANA, 2009).

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

Embora não tenha competência direta sobre o gerenciamento dos recursos hídricos, compete a ela a concessão dos direitos de exploração dos potenciais hidrelétricos em qualquer curso de água, mesmo nos de domínio estadual, com prévia consulta de disponibilidade hídrica ao correspondente órgão gestor. A mesma necessidade de articulação e integração de ações entre entidades federais e regionais justifica a inclusão desta instituição (ANEEL, 2009).

Ministério do Meio Ambiente (MMA) / Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU)

A SRHU do MMA compete, dentre outras funções, propor políticas, planos e normas e definir estratégias nos temas relacionados com a gestão integrada do uso múltiplo sustentável dos recursos hídricos. Compete, também, desenvolver ações de apoio aos Estados na implementação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos; desenvolver ações de apoio à constituição dos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas; promover, em articulação com órgãos e entidades estaduais, os estudos técnicos relacionados aos recursos hídricos e propor o encaminhamento de soluções (MMA, 2008).

Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM)

É o atual Serviço Geológico Nacional, mais conhecido pela sua antiga sigla CPRM, correspondente à empresa de economia mista de sua criação em 1969, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Em 1994 foi transformada em empresa pública. É responsável pelo Programa Geologia do Brasil, do Governo Federal, inserido no Plano Plurianual 2004-2007. Executa levantamentos geológicos, geofísicos, hidrogeológicos, avaliação dos recursos minerais do Brasil, gestão da informação geológica e análises químicas e minerais. Monitora, também, redes hidrológicas de responsabilidade da Agência Nacional de Águas – ANA (CPRM, 2009).

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 73
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)

Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, autarquia federal, criada pela Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal e circunscrição em todo o Território Nacional.

O DNPM tem por finalidade promover o planejamento e o fomento da exploração mineral e do aproveitamento dos recursos minerais e superintender as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o Território Nacional, na forma do que dispõem o Código de Mineração; o Código de Águas Minerais; os respectivos regulamentos e a legislação que os complementam (DNPM, 2009).

3.2.3.3. Conselhos Profissionais

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Santa Catarina - CREA

O CREA/SC, assim como todos os outros CREAs distribuídos pelo Brasil, está vinculado ao CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que é a instância superior de regulamentação das profissões abrangidas. Cabe ao CONFEA garantir a unidade de ação e a normatização de todos os CREAs, exercendo funções de supervisão financeira e administrativa sobre eles. Forma-se assim, o Sistema CONFEA/CREAs. Dentro desse contexto, o CREA-SC oferece suporte para que engenheiros, arquitetos, agrônomos, geólogos, geógrafos, meteorologistas, técnicos industriais, técnicos agrícolas e tecnólogos absorvam rapidamente as evoluções no setor da tecnologia. Para atender Santa Catarina, o CREA possui 20 Inspetorias Regionais, 8 Escritórios de Representação Regional e 4 Postos de Atendimento (CREA, 2009).

A Inspetoria Regional do CREA-SC atuante na área do SHPRH Jacutinga encontra-se situada no município de Concórdia.

Conselho Regional de Química - CRQ

O Conselho Regional de Química – CRQ tem atuação em todo Brasil e é composto por 20 conselhos regionais. Dentro desse contexto, o CRQ-13ª Região, Jurisdição Santa Catarina, com sede no município de Florianópolis, tem por objetivo oferecer apoio técnico aos químicos (CRQ, 2009).

O CRQ atuante na área do SHPRH Jacutinga é atendido pela Delegacia Regional Oeste, na cidade de Chapecó.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 74
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Conselho Regional de Biologia - CRBio

A Lei 6.684, de 3 de setembro de 1979, regulamentou as profissões e atividades do biólogo e biomédico, criando os Conselhos Federal e Regional de Biologia e Biomedicina, com a finalidade de fiscalizar o exercício das profissões definidas pela lei. Em 30 de agosto de 1982, através da Lei 7.017, foram desmembrados os Conselhos Federal e Regional de Biomedicina e Biologia. O Decreto 88.438, de 1983, dispôs e referendou a regulamentação do exercício da profissão de biólogo, especificando as atribuições dos Conselhos Regionais.

Em Santa Catarina é atendida pela Delegacia de Santa Catarina do Conselho Regional de Biologia 3ª Região (CRBio3). A Delegacia de Santa Catarina do CRBio3 tem atuação na área do SHPRH Jacutinga, com sede no município de Florianópolis (CRBio, 2009).

No Anexo 4 constam dados complementares sobre os três conselhos profissionais citados.

3.2.4. Organizações de Natureza Não Governamental – ONG's

As Organizações Não Governamentais (ou também chamadas de organizações não governamentais sem fins lucrativos), também conhecidas pelo acrônimo ONG, são associações do terceiro sector, da sociedade civil, que se declaram com finalidades públicas e sem fins lucrativos, que desenvolvem ações em diferentes áreas e que, geralmente, mobilizam a opinião pública e o apoio da população para modificar determinados aspectos da sociedade.

Estas organizações podem ainda complementar o trabalho do Estado, realizando ações onde ele não consegue chegar, podendo receber financiamentos e doações do mesmo, e também de entidades privadas, para tal fim.

Abaixo estão listadas as ONG's de natureza ambiental encontradas na área do SHPRH Jacutinga:

- Equipe Co-gestora do Parque Estadual Fritz Plaumann (ECOPEF), com sede no município de Concórdia;
- União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia (UMAMC), no município de Concórdia.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 75
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

3.2.5. Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus Contíguos

Conforme já registrado anteriormente – item 1.2.2, os Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica do Estado de Santa Catarina são órgãos colegiados para a gestão de recursos hídricos com atribuições normativas, consultivas e deliberativas de atuação na bacia ou sub-bacia hidrográfica de sua abrangência, integrados por 40% de representantes dos usuários da água; 40% de representantes da população da bacia, através dos poderes executivo e legislativo municipais, de parlamentares da região e de organizações e entidades da sociedade civil; e 20% para representantes dos diversos órgãos da administração estadual e federal atuantes na bacia. São destinados a atuar como “parlamento das águas”, posto que são os fóruns de decisão no âmbito de cada Bacia Hidrográfica.

Nos Regimentos Internos dos Comitês Catarinenses de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, aprovados mediante Decretos do Poder Executivo Estadual, destacam-se os seguintes objetivos:

- I - promover o gerenciamento descentralizado, participativo e integrado da Bacia Hidrográfica, sem dissociação dos aspectos quantitativos e qualitativos, dos recursos hídricos em sua área de atuação;
- II - promover a integração de ações na defesa contra eventos hidrológicos críticos, que ofereçam riscos à saúde e à segurança públicas, assim como prejuízos econômicos e sociais;
- III - adotar a Bacia Hidrográfica como unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento;
- IV - reconhecer o recurso hídrico como um bem público, de valor econômico, cuja utilização deve ser cobrada, observados os aspectos de quantidade, qualidade e as peculiaridades da Bacia hidrográfica;
- V - combater e prevenir as causas e efeitos adversos da poluição, das inundações, das estiagens, da erosão do solo e do assoreamento dos corpos de água nas áreas urbanas e rurais;
- VI - compatibilizar o gerenciamento dos recursos hídricos com o desenvolvimento regional e com a proteção do meio ambiente;
- VII - promover a maximização dos benefícios econômicos e sociais resultantes do aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos assegurando o uso prioritário para o abastecimento das populações;
- VIII - estimular a proteção das águas contra ações que possam comprometer o uso atual e futuro.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 76
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Com relação à área de planejamento em estudo (SHPRH Jacutinga), através do Decreto Estadual nº 652, de 3 de setembro de 2003, foi criado o “Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e suas bacias hidrográficas contíguas – Comitê Jacutinga” e também aprovado o seu Regimento Interno.

Uma breve análise, mas aqui pertinente, é feita a seguir para o caso específico deste Comitê, relacionando alguns dos tópicos genericamente comentados no item 1.2.2. É uma análise feita considerando a Lei nº 10.949 de 1998 e o Decreto nº 652 de 2003, de Santa Catarina, além do Regimento Interno do “Comitê Jacutinga”, bem como a abrangência da “Bacia do Rio Jacutinga” que está espacializada no “Mapa das Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina” (SANTA CATARINA SDM / SAR, 2000). Deste conjunto é importante destacar:

- Segundo o Art. 3º do Decreto nº 652 de 2003, os municípios integrantes do Comitê Jacutinga são: Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Presidente Castelo Branco, Seara, Xavantina, Água Doce, Catanduvas e Vargem Bonita.

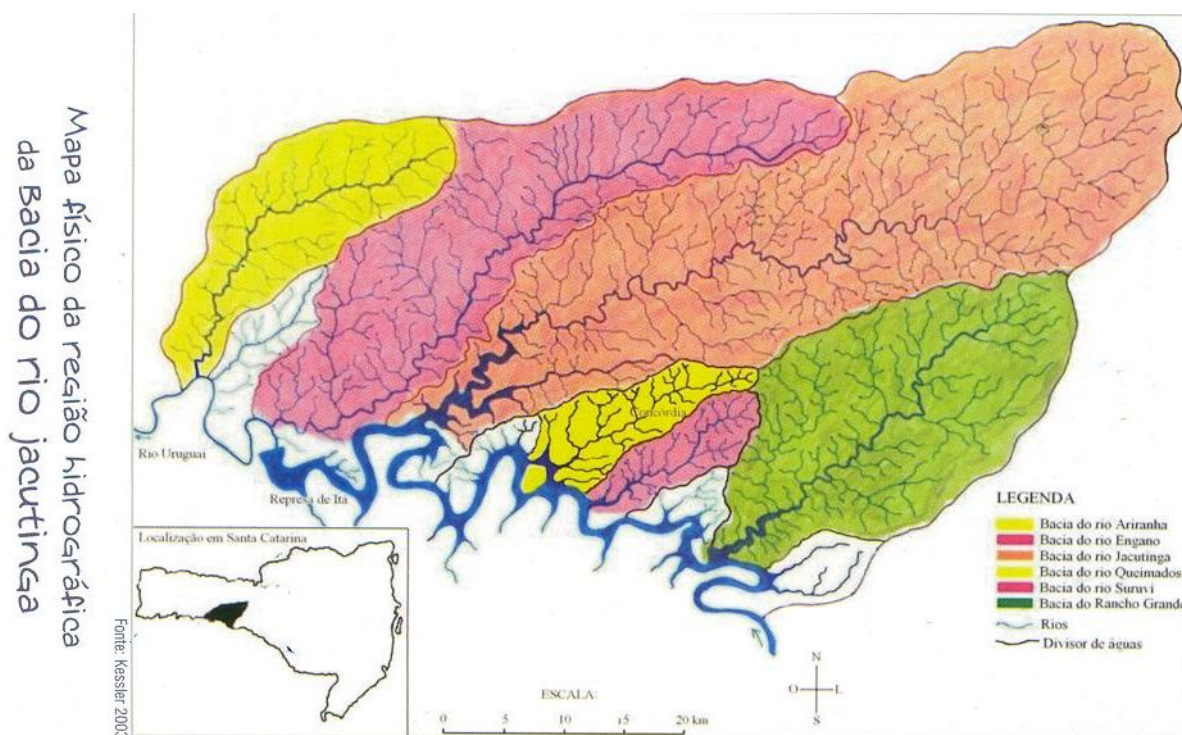
- Confrontando a relação de municípios supra citada com a listagem de municípios inseridos na área do SHPRH Jacutinga, obtida pela sobreposição das divisas intermunicipais com o limite da “Bacia do Rio Jacutinga” conforme o “Mapa das Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina” depreende-se que a área de abrangência do “Comitê Jacutinga” é próxima, mas não coincidente com a área de abrangência da “Bacia do Rio Jacutinga”. A comparação permite perceber que o “Comitê Jacutinga” não abrange o Município de **Ouro**, onde estão localizadas dezenas de nascentes formadoras do rio Rancho Grande, como o Arroio Caetano e o próprio rio Rancho Grande (de acordo com a base cartográfica na escala 1:50.000). Portanto, esta omissão, agora percebida, é um aspecto relevante para discussão no âmbito da gestão e planejamento dos recursos hídricos, principalmente no referente à SUB1 – Rancho Grande. Por outro lado, o comitê em pauta abrange os municípios de Arvoredo e Xavantina, que não tem território na área do SHPRH Jacutinga. Este fato, também agora constatado, é importante de ser esclarecido para evitar eventuais sobreposições na gestão e planejamento dos usos de recursos hídricos no território dos municípios de Arvoredo e Xavantina, com o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Irani previsto na Resolução CERH nº 001 de 2002.

- O Art. 2º do Decreto nº 652 de 2003 estabelece que “A área de atuação do Comitê Jacutinga compreende a área da bacia hidrográfica do Rio Jacutinga e seus tributários e, ainda, as bacias hidrográficas contíguas dos rios Ariranha, Engano, Dos Queimados, Rancho Grande e Suruvi. A mesma área de atuação consta no Art. 1º do Regimento Interno do “Comitê Jacutinga” – Parágrafo Único.

- Ao incluir na área de atuação do “Comitê Jacutinga” a bacia do rio Ariranha, este comitê passa a gerenciar os recursos hídricos de uma bacia hidrográfica cuja localização, de acordo com a espacialização do “Mapa das Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina” (SANTA CATARINA, *op. cit.*) insere-se na denominada “Bacia Hidrográfica do Rio Irani”, integrante da Região Hidrográfica RH 2 – Meio Oeste.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 77
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

- Observa-se ainda que na área de atuação do "Comitê Jacutinga" não estão contempladas: i) a Bacia Hidrográfica do Rio Ariranhazinho; e, ii) as áreas de contribuições independentes de drenagem que deságuam diretamente no rio Uruguai. Fatos estes que estão implícitos na ilustração do folder de divulgação do Comitê, intitulado "Água! Uma questão para resolver. Um lugar para discutir: o Comitê", apresentada na Figura 14.



Fonte: Adaptado de Comitê Jacutinga, *folder* de divulgação "Água! Uma questão para resolver. Um lugar para discutir: o Comitê" (sem data).

Figura 14 – Ilustração da região hidrográfica da Bacia do Rio Jacutinga

Ainda com relação ao material apresentado no Anexo 1, Anexo 5 e Anexo 6 (respectivamente, Lei Estadual nº 10.949 de 1998, Decreto Estadual nº 652 de 2003 e Regimento Interno do "Comitê Jacutinga"), mencionam-se as variações de nomenclatura:

- na Lei nº 10.949 de 1998: "Bacia Jacutinga";
- no Decreto nº 652 de 2003: "Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e suas bacias hidrográficas contíguas – Comitê Jacutinga";
- no Regimento Interno: "Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do rio Jacutinga e das Bacias Hidrográficas Contíguas" e "Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos".

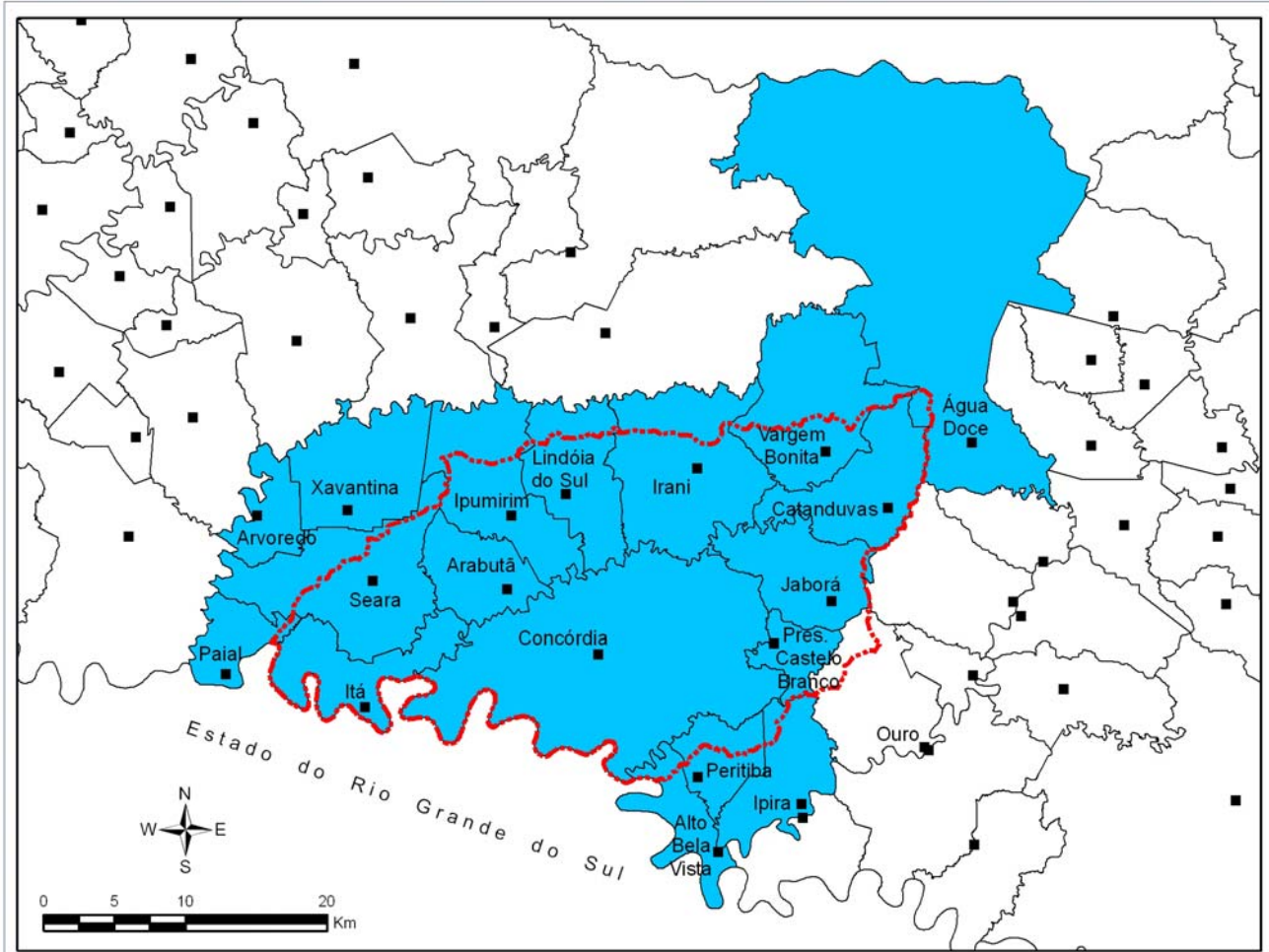
DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 78
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Ou seja, além dos aspectos da abrangência de atuação do “Comitê Jacutinga”, seja com relação aos municípios, seja com relação às bacias hidrográficas contíguas, somam-se ainda questões de nomenclatura, que também contribuíram para adoção da denominação SHPRH Jacutinga para a área de planejamento do presente estudo, evitando possíveis incorreções quanto à sua efetiva área de abrangência. Se esta área, assim definida, após discussões participativas da comunidade regional e com as devidas providências legais, for adotada pelo Comitê, passaria a ser, simultaneamente, uma área de planejamento e gerenciamento de recursos hídricos.




A Figura 15, ilustra os municípios abrangidos pelo “Comitê Jacutinga”, conforme o Art. 3º do Decreto nº 652 de 2003.

A lista com os contatos do Comitê Jacutinga é apresentada no Anexo 4, contemplando inclusive a listagem dos representantes de usuários de água, da população da bacia (sociedade civil) e de órgãos e entidades governamentais integrantes do “Comitê Jacutinga”, com respectivos endereços, telefones e *e-mail* obtidos.

PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS
- ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -



Convenções:

-  Abrangência do SHPRH Jacutinga
-  Sede Municipal
-  Divisa Intermunicipal

Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e suas Bacias Hidrográficas Contíguas - Comitê Jacutinga - Decreto 652/2003
Municípios integrantes do Comitê

 Município integrante do Comitê Jacutinga

Fonte: Elaboração própria - MPB Engenharia.

Figura 15 – Abrangência do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e suas Bacias Hidrográficas Contíguas

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 80
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

3.2.6. Instituições de Ensino de Nível Superior

A importância que a temática ambiental ganha a cada dia na vida da sociedade é incontestável e, aumenta ainda mais com as ações dos governos, empresas, universidades, ONGs, ou seja, as instituições sociais e a coletividade. A tendência em considerar a questão ambiental em sua transversalidade com todas as áreas de atividade humana cada vez mais se reflete nas universidades e centros de pesquisa. Portanto, as instituições de pesquisa e ensino superior requerem, assim, pela sua função social, de refletir a realidade, a existência de capital humano devidamente capacitado para bem informar e esclarecer a sociedade. Devem ser seus objetivos produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida.

Destaca-se assim, a importância destas instituições como apoio para a mobilização social e, também, como geradoras e multiplicadoras de informações técnicas que possibilitem ao “Comitê Jacutinga”, uma melhor forma de gestão dos recursos hídricos da área do SHPRH Jacutinga.

Universidades e Faculdades atuantes na área do SHPRH Jacutinga:

No Quadro 14 a seguir estão relacionadas as universidades e faculdades existentes na região do SHPRH Jacutinga e os municípios onde estas entidades atuam.

Quadro 14 – Instituições de Ensino Superior inseridas na área do SHPRH Jacutinga

Instituição de Ensino Superior	Municípios de atuação na área do SHPRH Jacutinga
EAFC - Escola Agrotécnica Federal de Concórdia	Concórdia
FACC - Faculdade Concórdia	Concórdia
FATTEP - Faculdade de Tecnologia Pedro Rogério	Concórdia
SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) - Faculdade de Tecnologia	Concórdia
SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) - Faculdade de Tecnologia	Concórdia
UnC - Universidade do Contestado	Concórdia

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 81
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

3.3. Plano de Divulgação do Plano Estratégico – Aspectos conceituais e metodológicos

O envolvimento dos atores sociais da área do SHPRH Jacutinga é previsto através de duas vertentes principais: um Programa de Mobilização Social e, associado a este, um Programa de Comunicação Social. Através destes mecanismos, espera-se por um lado, como forma de sensibilização, dar conhecimento para a sociedade das ações em curso e, por outro, recolher os ensinamentos e contribuições para a construção efetiva de um Plano Estratégico que represente as aspirações da sociedade da área do SHPRH Jacutinga. O conjunto destas atividades, sistematizadas espacial e temporalmente, constituem o Plano de Divulgação do PEGI.

Na Figura 16, é apresentado o fluxograma de integração de ações estratégicas para o envolvimento dos atores sociais, e as ações identificadas nos Planos de Desenvolvimento das Microbacias Hidrográficas – PDMHs (PRAPEM/MICROBACIAS 2) com suas respectivas Associações de Microbacias – ADMs.

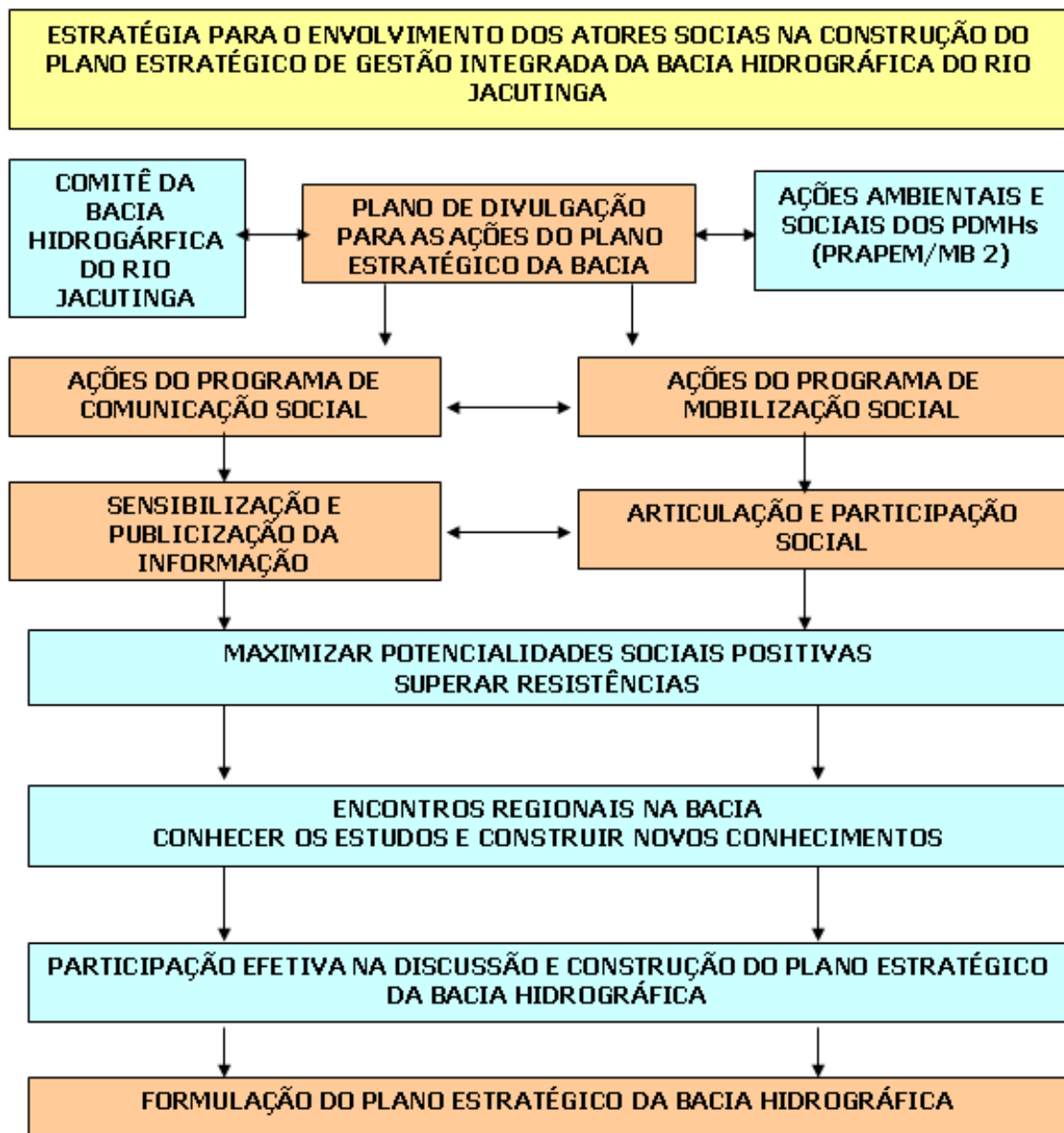


Figura 16 – Fluxograma de integração de ações estratégicas para o envolvimento dos atores sociais

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 83
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

3.3.1. Programa de Mobilização Social

Através do Programa de Mobilização Social, espera-se promover e incentivar a participação de todos os setores da sociedade organizada, contextualizada na área do SHPRH Jacutinga, visando buscar a validação social dos estudos técnicos contratados pela SDS/DRHI para o Plano Estratégico de Gestão Integrada da referida Bacia Hidrográfica, através da Consultora MPB Engenharia. Também se espera promover a qualificação das discussões e a validação dos estudos através do envolvimento dos atores sociais na elaboração e construção do Plano Estratégico da Bacia, de forma que este reflita os anseios e expectativas locais.

A utilização de processos metodológicos que serão construídos de acordo com as dinâmicas locais e regionais - para mobilização permitirá: tornar disponíveis, na sociedade local, os conhecimentos dos estudos técnicos desenvolvidos, através da construção de meios de divulgação e de eventos participativos na área do SHPRH Jacutinga; difundir a importância e os meios de participação social neste processo para a validação das ações e programas propostos neste estudo; obter a participação local efetiva do poder público, dos usuários dos recursos hídricos e da sociedade civil organizada, nos eventos promovidos para a discussão e validação de resultados; realizar e organizar os eventos, buscando ter o máximo da participação dos setores da sociedade local para a validação dos estudos, além das eventuais contribuições acrescentadas visando sua validação final e incorporação efetiva no Plano Estratégico da Bacia.

Metodologicamente, o processo de mobilização da sociedade deverá promover a participação efetiva da sociedade de forma a estabelecer uma chamada de consciência para uma atitude ou mudança em relação ao foco estabelecido, e transformar estas aspirações em disposição para uma ação efetivamente construtiva.

Desta forma, utilizando-se da experiência desenvolvida pela equipe técnica da Contratada em outros estudos semelhantes e, também, das referências no âmbito dos estudos preliminares para a elaboração do PERH/SC; a metodologia adaptada para este programa, que segue as etapas utilizadas em mobilização social para este tipo de Encontros Regionais, busca desenvolver na sociedade local o senso crítico como forma de articular a qualidade dos trabalhos para o melhor desenvolvimento do Plano Estratégico, em elaboração. A participação efetiva dos setores e atores sociais envolvidos da sociedade local é de extrema valia.

Neste sentido, tendo como referência as experiências anteriores, que obtiveram um significativo resultado em termos qualitativos e quantitativos, o plano de mobilização é constituído de dois grandes conjuntos para sua construção.

Primeiramente, o levantamento dos principais elementos para a mobilização, contemplando a preparação e identificação dos elementos preliminares para a elaboração de uma estratégia de condução da mobilização através de contatos, de identificação, de sistematização dos atores envolvidos e de articulações para a participação social.

Em segundo, o conjunto de ações que deverão ser efetivadas no decorrer da elaboração e desenvolvimento do Plano Estratégico da Bacia Hidrográfica, onde o foco principal está

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 84
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

centrado nos Encontros locais com os atores sociais. Estão previstos quatro Encontros Regionais de integração entre a comunidade da Bacia e das microbacias.

É previsto que as ações do programa de mobilização se desenvolvam desde a preparação necessária para os Encontros Regionais até a conclusão do relatório final do Plano Estratégico. A metodologia de execução das atividades está distribuída em quatro fases detalhadas a seguir:

1ª Fase: Preparação e construção do contexto para o desenvolvimento do programa de mobilização

- Identificar e reconhecer institucionalmente os atores locais a serem mobilizados;
- Buscar informações sobre a organização e participação das comunidades e órgãos públicos e privados, bem como, a estrutura e movimentos sociais atuantes no contexto da área em estudo;
- Identificar e reconhecer a problemática e os discursos que envolvem o Estudo; e,
- Identificar e mapear os facilitadores e multiplicadores locais.

Esta etapa de diagnóstico inclui a avaliação da existência e o nível qualitativo de organização da sociedade da área do SHPRH Jacutinga. Inclui, portanto, a identificação preliminar dos principais atores sociais de atuação nesta área, de forma que estes reflitam os anseios e expectativas locais.

Comentário

Conforme já registrado no início deste capítulo, o levantamento preliminar dos principais atores sociais e institucionais atuantes na região de estudo foi posteriormente enriquecido com o auxílio dos participantes no I Encontro Regional e com pesquisas complementares da Contratada com base em fontes secundárias. Os resultados foram apresentados nos itens 3.1 e 3.2.

2ª Fase: Reconhecimento, Contatos e Articulações para o Processo Participativo

- Discutir inicialmente sobre os aspectos referentes ao processo de mobilização social para a Participação e articulação para os Encontros Regionais;
- Buscar parcerias locais para a promoção do processo de participação e envolvimento da sociedade local organizada;
- Realizar contatos diretos (*e-mails*, telefone e durante o I Encontro) com atores locais já detectados anteriormente. Ampliação local da lista de contatos;
- Identificar e articular com facilitadores locais;

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 85
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

- Divulgar os Encontros Regionais nos meios de comunicação que abrangem a área em estudo;
- Apresentar os resultados preliminares dos trabalhos desenvolvidos como forma de sensibilizar e envolver os participantes através da exposição de situações locais observadas (folhetos e folders); e,
- Agendar preliminarmente as datas e locais para os Encontros a serem realizados.

3ª Fase: Organização dos Eventos Participativos

- Articular e promover o processo de mobilização social para a realização dos Encontros junto aos setores e atores participantes do processo;
- Divulgar, através dos meios de comunicação (rádio, internet, jornais, convites, etc) local e regional, da realização dos Encontros previstos; e,
- Planejar e organizar a infra-estrutura física e os espaços para a realização dos quatro Encontros previstos no Plano de Trabalho Ajustado para elaboração do Plano Estratégico do SRPRH Jacutinga.

4ª fase – Realização dos Eventos Participativos – Encontros

- I Encontro - Comitê da Bacia Hidrográfica, Sociedade Civil, Poder Público e Usuários da Água.

Objetivo: dar conhecimento aos diferentes atores sociais da área do SHPRH Jacutinga, do escopo básico do Plano Estratégico da Bacia a ser desenvolvido; discutir as diferentes formas e meios de participação para agregar as contribuições dos atores sociais na construção do Plano Estratégico da Bacia, bem como a identificação de novos atores a serem envolvidos no processo de mobilização. Foi previsto que para este I Encontro a mobilização dos atores sociais ficasse sob responsabilidade da SDS/DRHI, com o apoio da Contratada.

- II Encontro - Comitê da Bacia Hidrográfica, Sociedade Civil, Poder Público e Usuários da Água.

Caberá a equipe da contratada preparar a reunião e mobilizar os atores da área do SHPRH Jacutinga para participar e discutir os estudos elaborados na fase do diagnóstico e prognóstico realizados para a construção do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos. Nesta oportunidade serão agregadas as contribuições dos atores sociais na construção desta Etapa do Plano Estratégico.

- III Encontro - Comitê da Bacia Hidrográfica, Sociedade Civil, Poder Público e Usuários da Água.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 86
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Caberá a equipe da contratada preparar a reunião e mobilizar os atores da área do SHPRH Jacutinga para participar e discutir os estudos elaborados para a compatibilização de demandas e disponibilidades hídricas para a construção do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos. Nesta oportunidade serão agregadas as contribuições dos atores sociais na construção desta Etapa do Plano Estratégico.

- IV Encontro - Comitê da Bacia Hidrográfica, Sociedade Civil, Poder Público e Usuários da Água.

Caberá a equipe da Contratada, preparar a reunião e mobilizar os atores da área do SHPRH Jacutinga para participar e discutir a proposta final do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos. Nesta oportunidade serão agregadas as contribuições dos atores sociais na construção do documento final do Plano Estratégico, em especial de sua Fase C.

3.3.2. Programa de Comunicação Social

É objetivo do Programa de Comunicação, em apoio e integração com o Programa de Mobilização Social, criar as interfaces de relacionamento com formadores de opinião, entidades de classe, e, por extensão, com toda a sociedade, unindo as três áreas da Comunicação Social: Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas.

Metodologicamente, o Programa de Comunicação Social se desenvolverá em apoio, sincronia e integração com o Programa de Mobilização Social, visando divulgar estrategicamente os resultados técnicos; incentivar à participação dos setores públicos, dos usuários dos recursos naturais e da sociedade civil organizada da área do SHPRH Jacutinga nos Encontros previstos pelo Plano de Trabalho; bem como, a produzir os elementos visuais complementares aos trabalhos de mobilização, para a promoção de seus objetivos. São utilizados elementos jornalísticos, através de serviços de assessoria de imprensa, e produções gráficas, através da confecção de elementos visuais, para impressão ou utilização virtual. Cabe ao Programa de Comunicação Social realizar as ações que envolvem a Assessoria de Imprensa.

Para atender aos objetivos de comunicação o Programa de Comunicação contém os seguintes elementos básicos: ações de divulgação que venham atendam às necessidades de *marketing* junto a *mailings* específicos e aos diversos meios de comunicação (internet, rádios, jornais, entrevistas, dentre outros), no sentido de oferecer soluções em estratégias de comunicação junto aos públicos de interesse, para que estes conheçam as ações que serão implementadas ao longo das etapas do Plano Estratégico, desde o planejamento, diagnóstico até sua formulação final.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 87
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Com o enfoque de mídia serão elaborados *folders* e documentos; *releases* informativos para serem veiculados nas rádios e jornais da região e Capital, com base no andamento do trabalho e das reuniões; e, *banners* com conteúdo técnico e ilustrativo. Também serão realizadas entrevistas com atores representativos do processo e que possam auxiliar nas ações de sensibilização e mobilização.

A metodologia para implementação do Programa de Comunicação se desenvolverá em quatro fases, a seguir descritas.

Fase I

- Elaboração de um primeiro *release* para a imprensa e outros meios de comunicação, dando ciência das ações estratégicas a serem implementadas no que diz respeito ao uso dos recursos hídricos da área do SHPRH Jacutinga;
- Produção de um *folder* com a descrição do que será o Plano de Trabalho para o I Encontro entre as partes envolvidas previsto no Programa de Mobilização Social.
- Entrevistar uma autoridade da Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável para dar uma idéia geral do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica, ou seja – o que é o Plano, no que consiste, os objetivos, os estudos e serviços que compõem a elaboração do Plano Estratégico, como se dará o envolvimento e a participação da sociedade, dentre outros aspectos;
- Produzir *banner* técnico para a área do SHPRH Jacutinga – a título de identificação e ilustração, com um resumo (amostragem) do que será o trabalho para ser utilizado nas reuniões da respectiva área;
- Elaboração de convites para o Encontro;
- Divulgação do Encontro nos meios de comunicação.

Fase II

- Produzir e imprimir *folder* (1.000 exemplares), com os resultados da Etapa B – diagnóstico e prognósticos – contendo as ações de planejamento e gestão da bacia hidrográfica, levantamentos, objetivos propostos e as estratégias que deverão compor as demais etapas do trabalho; a serem distribuídos previamente e no evento;
- Agendar e realizar entrevistas com autoridades locais e na Capital;
- Elaborar convites para o II Encontro Regional previsto no Programa de Mobilização Social;
- Elaborar *release* para divulgação;

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 88
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

- Apoiar na distribuição prévia do folder e do material informativo acima descrito, para discussão posterior no II Encontro Regional.

Fase III

- Elaborar e produzir documento síntese para ser distribuído previamente e durante a reunião, mostrando os resultados dos levantamentos, demandas, estudos de recursos hídricos na área do SHPRH Jacutinga, identificação dos conflitos, possíveis soluções para a compatibilização de alternativas e as estratégias para a etapa final, a serem distribuídos previamente e no evento;
- Agendar e realizar entrevistas com autoridades locais e na Capital;
- Elaborar convites para o III Encontro Regional previsto no Programa de Mobilização Social;
- Elaborar *release* para divulgação;
- Apoiar a distribuição do documento síntese e do material informativo acima descrito, para discussão no III Encontro Regional.

Fase IV

- Produzir e imprimir folder (1.000 exemplares), com os resultados do produto final, contendo as diretrizes de gestão dos recursos hídricos da área do SHPRH Jacutinga, a serem distribuídos previamente e no evento;
- Agendar e realizar entrevistas com autoridades locais e da Capital;
- Elaborar convites para o IV Encontro Regional previsto no Programa de Mobilização Social;
- Elaborar *release* para divulgação;
- Apoiar a distribuição prévia do material informativo acima descrito, para discussão no IV Encontro Regional.

É previsto que nas fases II, III e IV, aconteçam viagens, com antecedência, até os locais das reuniões, para contatos com a imprensa local, autoridades, Comitê de Gerenciamento da Bacia e outros atores sociais, a fim de colher material para a elaboração dos *releases* e para organizar a divulgação junto aos meios de comunicação e a divulgação direta entre os atores sociais, com ênfase nos integrantes do Comitê de Gerenciamento da Bacia.

Cronograma de Atividades

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 89
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

A cronologia das atividades do programa mobilização social e comunicação social seguirá o que está proposto no Plano de Trabalho Ajustado para a elaboração do PEGI da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos. Na Figura 17, é apresentado o cronograma das atividades do Plano de Divulgação, onde são identificadas suas interfaces e contempla a cronologia de integração de ações estratégicas destes programas (mobilização e comunicação social) para o envolvimento dos atores sociais da área do SHPRH Jacutinga.

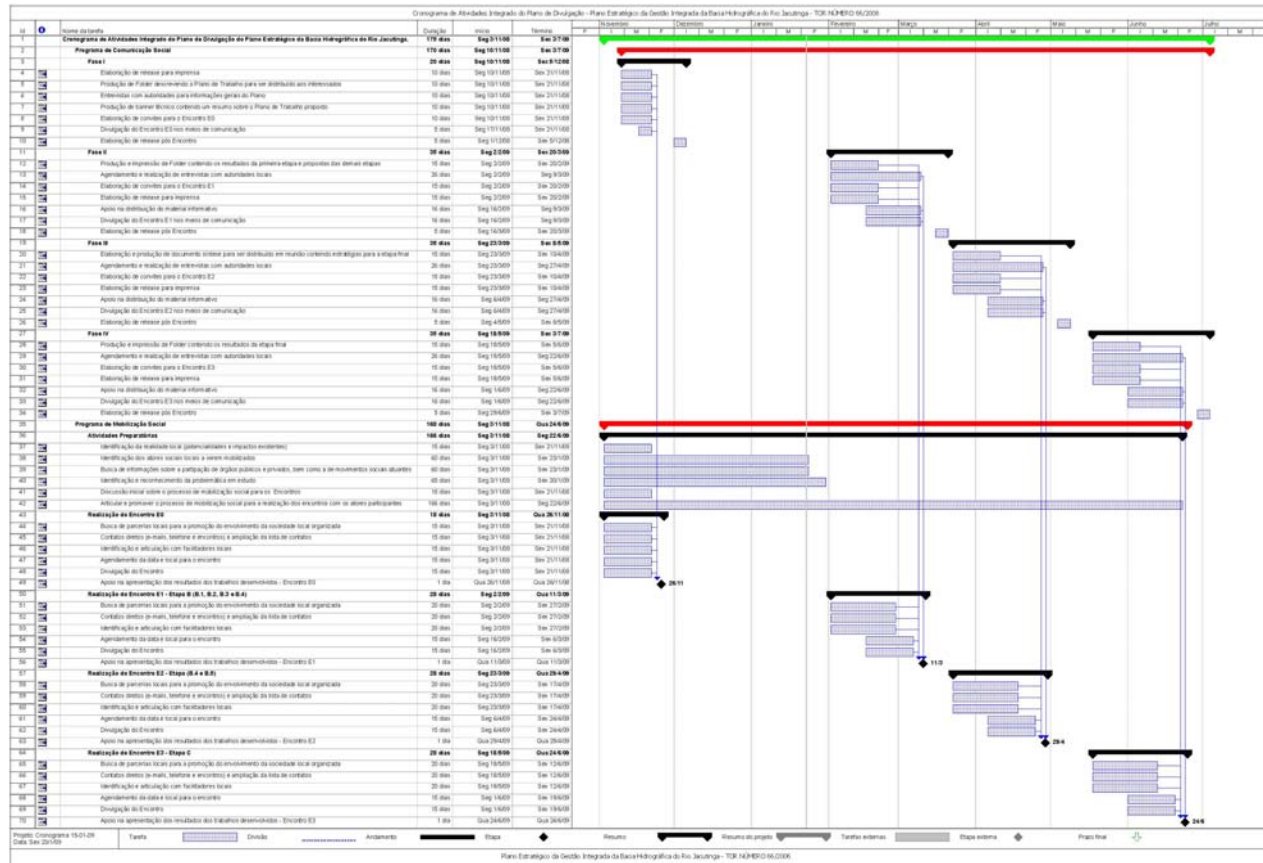


Figura 17 – Cronograma de atividades do Plano de Divulgação e do Plano de Mobilização Social

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 91
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

3.4. Plano de Divulgação do Plano Estratégico – Ações Desenvolvidas

No âmbito da proposta metodológica do Plano de Divulgação, um conjunto de atividades foi executado e é parte integrante deste relatório da Etapa A, conforme descrição a seguir.

3.4.1. Do Programa de Mobilização Social

Como atividades preparatórias para a elaboração dos estudos foram realizadas as ações de mobilização para o I Encontro Regional; envolvendo a Contratada e a Diretoria de Recursos Hídricos – SDS/DRHI, com representantes políticos, de entidades de classes e associação de usuários da Bacia Hidrográfica, tendo como finalidade a apresentação da Empresa Contratada para os estudos e o respectivo escopo do Plano de Trabalho a ser desenvolvido para a construção do Plano Estratégico de Gestão Integrada da SHPRH Jacutinga. A SDS/DRHI, com apoio da Consultora executou as ações de mobilização para a realização deste I Encontro Regional, realizado em 26 de novembro de 2008.

A SDS/DRHI em viagem preparatória promoveu as articulações necessárias para a viabilização da parte física, organizacional e o temário da reunião. Desta forma foi efetivada a realização do I Encontro Regional previsto no Plano de Trabalho.

Para este Encontro foram preparados e distribuídos convites com o objetivo de divulgar a data, local e horário para o “I Encontro Regional sobre a Elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga”, com apoio da Contratada, sendo que os contatos e as entregas dos materiais elaborados ficaram sob a responsabilidade da SDS/DRHI.

Durante o I Encontro foram entregues aos participantes, pastas contendo a pauta deste Encontro, o *folder*, material informativo e de divulgação e, bloco de rascunho.

I Encontro Regional

O I Encontro Regional que está relatado no item 3.5, foi realizado no período vespertino. Previamente, no período matutino, também foi realizada, uma reunião com os integrantes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga. As listas de presença encontram-se no Anexo 6, assim como o registro fotográfico apresentado no Anexo 7.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 92
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

3.4.2. Do Programa de Comunicação Social

As ações constantes da Fase I, da proposta metodológica, foram realizadas nesta Etapa A do Plano Estratégico e fazem parte deste relatório. Foram realizadas as seguintes atividades:

- Confecção de convite, *folder* e *banner* (ver Anexo 9), produzidos para a etapa inicial do processo

Foi elaborado um convite com o objetivo de divulgar a data, local e horário para o I Encontro Regional sobre a Elaboração do Plano estratégico de Gestão integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga, com apoio da consultora e a entrega foi feita pela DRHI/SDS.

No *banner* produzido estão descritas as três etapas seqüenciais para a elaboração do Plano: Etapa A – Estratégia para o envolvimento da sociedade; Etapa B – Diagnóstico e Prognóstico dos Recursos Hídricos; Etapa C – Elaboração do Plano Estratégico da Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica e um mapa contendo a bacia hidrográfica. O folder apresentou, além de uma breve descrição das três etapas citadas, o objetivo do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e os aspectos da mobilização e da comunicação social.

- Pauta da Reunião e Encontro

Foi elaborada uma pauta de reunião, que ocorreu no período matutino e, uma para o Encontro realizado no período vespertino, ambas apresentadas no Anexo 10.

- Produção de documento veiculado na mídia escrita e falada (ver Anexo 11)

No dia 23/11/08 foi veiculado no Jornal Diário Catarinense uma reportagem divulgando a realização do I Encontro.

- Realização de contatos com a mídia

O trabalho de divulgação das primeiras reuniões (E-0) constou do envio de *releases* e de telefonemas para cada editor de veículo, cujos nomes constam abaixo. Utilizou-se, ainda, os serviços de Assessorias de Imprensa (Alvo de Comunicação, em Florianópolis), além do Rural do Sul On Line, jornal eletrônico enviado para mais de 15.000 leitores.

- Jornal Diário Catarinense de 23/11 (domingo) – 1ª Edição (a que segue para a região oeste de SC). A matéria foi publicada na página 44 (Editoria Geral), com a chamada: "Reuniões começam na próxima semana em três regiões de SC" e com o título: "Saúde de rios será tema de Encontros";

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 93
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

- Rádio Rural AM de Concórdia, contato com editor José Roberto – em 26/11, confirmação da notícia do Encontro (Jacutinga), às 14h, em Concórdia e chamada para a reunião de Timbó, no dia 27/11, em Porto União.

Relação dos Veículos:

Florianópolis

- Rádio Antena 1 /Guarujá AM 1420 – Editor: Carlos Damião Fone: (48) 2108-5522
- RBS – Chefe de Reportagem: Luciene Abdo Fone: (48) 3216-2500
- Record – SC no Ar (Jacutinga) – Editor: Paulo Hoeller Fone: (48) 3212-4100
- SBT – Diretora de Jornalismo: Beth Bieging Fone: (48) 3231-9700
- DC – Editor Geral: Cláudio Thomas Fone: (48) 3216-3501
- Notícias do Dia – Editor Chefe: Mauro geres Fone: (48) 3251-1434
- Alvo de Comunicação Assessoria de Imprensa – Diretora: Karyna Pereira Fone: (48) 3035-5503

Concórdia

RÁDIO RURAL AM 840

Editor: José Roberto jornalismo@radiatorural.com.br

JORNAL MÍDIA MAIS

Fone: (49) 34420010 | midiamais@midiamais.jor.br

JORNAL O IMPARCIAL

Fone: (49) 34448447 | imparcial@datacenter.psi.br

RÁDIO 96,3 FM

Fone: (49) 34423838 | luciomar@radiatorural.com.br

RÁDIO RURAL AM

Fone: (49) 34423838 | juliano@radiatorural.com.br

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 94
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

3.5. Realização do I Encontro Regional – Relatos

Conforme previsto no Plano de Trabalho, foi realizado na data de 26 de novembro de 2008, o I Encontro Regional que teve como objetivo dar ciência aos atores sociais mobilizados do Plano de Trabalho para a elaboração do Plano Estratégico da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos. Entre o público alvo previsto estiveram representantes políticos e de entidades de classes e associação de usuários da Bacia hidrográfica.

Como atividade preliminar, a SDS, através da DRHI, na data de 26 de novembro de 2008, no período matutino, promoveu um primeiro contato com atores sociais participantes do Comitê, visando organizar e estruturar a base de trabalho para a realização do I Encontro Regional.

O Encontro contou com apoio de ferramentas de comunicação e mobilização social, e teve como meta principal a apresentação, aos participantes, da estrutura do Plano Estratégico da Bacia, seus objetivos e forma de realização, conforme o Plano de Trabalho, bem como, na medida do possível, a promoção de atualização e identificação de outros atores sociais da Bacia.

A SDS/DRHI, conforme previsto no Plano de Trabalho, foi a responsável pela mobilização dos atores sociais para o I Encontro Regional e contou com o apoio da Contratada. Foram encaminhados convites aos atores sociais identificados e utilizados recursos de mídia falada e escrita.

3.5.1. Relato da Reunião com o Comitê do Rio Jacutinga e seus contíguos

Assunto: Elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e articulação para a mobilização social.

Local: Sala de Reunião da ACCS - Associação Catarinense de Criadores de Suínos

Rua do Comércio nº 655, Concórdia, SC - 26/11/2008

Relatoria da Reunião

Estiveram presentes 12 (doze) participantes na reunião com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos, destes, 5 (cinco) eram da Sociedade Civil, 6 (seis) do Poder Público e 1 (um) usuário de Água.

Em termos percentuais a representação da participação dos setores foi a seguinte:

- 41,7 % Sociedade Civil;

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 95
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

- 50,0 % Poder Público; e,
- 8,3 % Usuários.

A participação local nesta primeira reunião contou com integrantes do Comitê de Bacia e também representantes do Consórcio Lambari, Universidade do Contestado, Prefeitura Municipal de Ipumirim, Sadia, Epagri, Embrapa e Cidasc.

A reunião teve início às 08h45min, sendo aberta pelo Coordenador do Componente Gestão Ambiental e Coordenador do Subcomponente Apoio a Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas - Projeto PRAPEM / Microbacias 2, Eng. Guilherme Xavier de Miranda Júnior. O Engenheiro Miranda justificou a ausência dos representantes da empresa de consultoria Ecolibra Consultoria e Comunicação Ambiental, empresa contratada para execução do “Cadastro de Usuários de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga”. Após a consulta aos presentes, pelo coordenador, foi autorizada a presença e participação na reunião, dos representantes da empresa MPB Engenharia, prevista inicialmente para as 10 horas. Foi realizada uma breve apresentação de todos os presentes (nome, formação e entidade representante).

Os técnicos da SDS/DRHI, conforme programação, explanaram sobre os seguintes assuntos:

- O que é o Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia do Rio Jacutinga;
- O motivo que levou a realizar o Plano Estratégico;
- Objetivos do Plano;
- Conteúdo do Plano;
- Prazos de vigência do contrato para a realização do Plano;
- Participação do Comitê no processo de construção do Plano;
- Formação de uma comissão do Comitê para o acompanhamento do Plano;
- Produtos esperados;
- Papel da SDS/DRHI nas atividades a serem realizadas; e,
- Papel do Comitê nas etapas de elaboração do Plano.

Na continuidade ocorreu a apresentação da empresa MPB Engenharia, realizada pelo coordenador geral do projeto, Eng. Ciro Loureiro Rocha, contemplando:

- Apresentação da MPB Engenharia: Coordenação, equipe técnica, equipe de comunicação e mobilização;
- Apresentação do Plano de Trabalho da MPB para os presentes;
- Etapas em andamento e as previstas;

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 96
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

- Cronograma de atividades; e,
- Agenda de trabalho – definição dos Encontros na Bacia Hidrográfica (locais e datas).

Após, foi aberto espaço para questionamentos, discussões, sugestões e contribuições locais diante do conteúdo apresentado pelos técnicos da SDS/DRHI e MPB Engenharia.

O primeiro aspecto levantado foi com relação ao nome “Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga” sendo proposto incluir a terminologia “e seus contíguos”, visando não vincular tal plano especificamente a uma bacia, a do Rio Jacutinga.

Alguns questionamentos e preocupações foram levantados, entre os quais: o atraso com relação à previsão inicial para execução do “Plano Estratégico”; a necessidade de diferenciação de diagnóstico ambiental em relação ao diagnóstico de recursos hídricos em construção; aspectos sobre o prazo para execução do Plano Estratégico; a continuidade de ações após a conclusão do documento oficial do Plano Estratégico; a participação efetiva da sociedade no processo de elaboração do Plano; ao funcionamento da Comissão de Acompanhamento; entre outros.

Foram, ainda, discutidos aspectos relacionados ao Termo de Referência, que lista o trabalho de Corredores Ecológicos (sem abrangência na área desta bacia hidrográfica), bem como do esclarecimento das estratégias a serem utilizadas para o envolvimento da sociedade.

O tema que mais preocupou os presentes na reunião está relacionado ao envolvimento da sociedade local no processo de construção do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica. Foram salientadas as fragilidades do Comitê, sendo apontadas, neste sentido, a falta de visibilidade e (re)conhecimento das funções do Comitê de Bacia por parcela significativa da sociedade local e regional, principalmente dos usuários de água, em geral como aspecto dificultador. Esse aspecto deverá ser considerado e trabalhado pela empresa executora.

Outra preocupação é com a aplicabilidade do Plano Estratégico. Para que este não seja “mais um trabalho de gaveta”, foi sugerido fortalecer ações que, paralelamente, valorizem o Comitê de Bacia, visando facilitar a implementação das ações estratégicas que serão propostas.

Foi explicitado em diversos momentos que o trabalho de consultoria possui início, meio e fim, sendo previsto contratualmente para um prazo de nove meses de ações pela empresa consultora.

Ao abordar a construção local do Plano da Microbacia do Rio Queimado, atualmente em execução, foi discutida a área de abrangência do Plano Estratégico que inclui não apenas as principais sub-bacias (rio Engano, rio Jacutinga, rio Queimados, rio Suruvi e Rancho Grande), mas também unidades hidrográficas independentes.

Foram indagadas as responsabilidades da empresa executora na mobilização social dos atores da Bacia Hidrográfica no processo de elaboração do Plano e, em específico, para o “I Encontro sobre a elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 97
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Jacutinga". A preocupação é que não seja mais uma tarefa exclusiva para o Comitê, mas sim uma parceria entre SDS/DRHI, Comitê e MPB Engenharia.

Os encaminhamentos acordados foram:

- A comunicação entre SDS/DRHI, MPB Engenharia, Comissão de Acompanhamento e Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Jacutinga e seus contíguos, dar-se-á prioritariamente de forma virtual, na medida do possível. E sempre que se justificar será realizado Encontros, Visitas e Reuniões locais para esclarecimentos de aspectos relativos à construção do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos;
- As datas previstas no cronograma de trabalho estão, *a priori*, mantidas, mas deverão ser objeto de discussão e validação junto à Comissão de Acompanhamento e ao Comitê de Gerenciamento da Bacia;
- Será agilizada a formalização da Comissão de Acompanhamento junto à SDS/DRHI; e,
- Serão inseridos novos interessados para compor a Comissão de Acompanhamento visando ampliar o número de representantes dos setores diretamente envolvidos.

Avaliação da Reunião

A reunião de trabalho foi pró-ativa e atendeu a expectativa inicial, com representatividade dos três setores (Sociedade Civil, Poder Público e Usuários de Água). A participação esteve limitada a atores locais do município de Concórdia e Ipumirim. Apesar desses atores representarem entidades e instituições de abrangência regional, percebe-se a necessidade de incorporação de um maior número de técnicos dos vários outros municípios que integram a Bacia Hidrográfica. O setor com menos representantes foi o de usuários de água, muito provavelmente pelo histórico da baixa adesão de participação deste setor nas discussões sobre o tema, apesar da sua importância. Em termos quantitativos, deve-se considerar o fato que centenas de famílias trabalham no sistema integrado da empresa que estava presente e representa o setor de usuários. Por outro lado, salienta-se o fato do pouco conhecimento do assunto e provavelmente algumas incertezas com relação a questões, como por exemplo, a implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, em especial, a outorga de direito e a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

As estratégias de ação, para sensibilização e mobilização social, por parte da MPB Engenharia, remetem a duas categorias: i) das entidades, órgãos e instituições; e, ii) dos municípios. Apesar de já existir um grupo de trabalho denominado "Comissão de Acompanhamento", há necessidade de reconhecimento e oficialização deste grupo de trabalho, devendo ser ampliado o número de representantes de outros municípios, se possível com novas organizações e entidades.

A formalização através de reunião do Colegiado e Resolução de Aprovação da Comissão de Acompanhamento do Plano Estratégico é ação prioritária, assim como o fortalecimento da parceria entre as partes envolvidas (SDS/DRHI, MPB Engenharia, Comissão de

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 98
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Acompanhamento do Plano Estratégico, Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos) visando o planejamento e execução das etapas seguintes, de construção participativa do Plano Estratégico junto a sociedade local/regional.

3.5.2. Relato do I Encontro Regional sobre a elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos

Assunto: Elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e articulação para a mobilização social.

Local: Sala de Reunião da ACCS - Associação Catarinense de Criadores de Suínos
Rua do Comércio nº 655, Concórdia, SC - 26/11/2008

Relatoria do Encontro Regional

O “I Encontro sobre a elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos” contou com 35 participantes, sendo 13 (treze) representantes da Sociedade Civil, 17 (dezessete) do Poder Público e 5 (cinco) do setor de Usuários de Água.

Em termos percentuais a representação da participação dos setores foi a seguinte:

- 37,1 % Sociedade Civil;
- 48,6 % Poder Público; e,
- 14,3 % Usuários.

Os municípios que estiveram representados de forma direta (entidades, instituições e pessoa física) foram: Arabutã, Concórdia, Ipumirim, Irani, Itá, Seara e Peritiba.

O Encontro teve início às 14h25min, sendo aberto pelo técnico da SDS/DRHI, Eng. César Rodolfo Seibt. Na seqüência ocorreu apresentação do representante da SDS/DRHI sobre Planejamento de Recursos Hídricos, a cargo do Eng. Guilherme Xavier de Miranda Júnior, Coordenador do Componente Gestão Ambiental e Coordenador do Subcomponente Apoio a Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas - Projeto PRAPEM / Microbacias 2. Esta apresentação da SDS/DRHI consta no Anexo 12.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 99
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Na seqüência foi realizada a apresentação do áudio visual organizado pela Empresa MPB Engenharia (apresentado no Anexo 13), através do coordenador geral do projeto, Eng. Ciro Loureiro Rocha, contemplando: a composição da equipe técnica, da equipe de comunicação e mobilização social que atuarão na construção do Plano Estratégico; a apresentação do Plano de Trabalho; as etapas em andamento; o cronograma de atividades e a agenda de trabalho.

Concluída a apresentação da SDS/DRHI e da MPB Engenharia, foi aberto espaço para esclarecimento de dúvidas e questionamentos dos participantes. Os aspectos levantados pelo público presente foram com relação: à existência de diversos diagnósticos da região e ao cadastramento de usuários de recursos hídricos. Sobre o diagnóstico foi conceituado e exemplificado pelo representante da SDS/DRHI, Eng. Guilherme Xavier de Miranda Júnior, a diferenciação entre diagnóstico ambiental e diagnóstico de recursos de hídricos, enfatizando ainda que, no presente projeto, a identificação das demandas hídricas será efetuada a partir de dados primários, obtidos através do cadastro de usuários da água. As dúvidas quanto ao cadastramento de usuários de água foram: quem deve se cadastrar, até quando se cadastrar, onde se cadastrar, o que acontecerá com quem não se cadastrar? Também foram esclarecidos aspectos referentes à outorga do direito de uso dos recursos hídricos. O Anexo 14 apresenta a recuperação de áudio do encontro, no qual estão transcritas alguns pontos importantes destacados pelo Eng. Guilherme Xavier de Miranda Júnior, representante da SDS/DRHI, pelo Eng. Ciro Loureiro Rocha, coordenador geral do projeto, e pelo Presidente do Comitê do Rio Jacutinga, Gilmar Antônio Rosa.

Avaliação do Encontro Regional

O espaço físico utilizado para a realização do evento conta com excelente infra-estrutura, fornecendo ótimas condições para o desenvolvimento das atividades propostas.

A linguagem utilizada nas apresentações demonstrou-se adequada com relação ao objetivo deste I Encontro Regional, sendo que as principais dúvidas foram relacionadas ao cadastramento de usuários de recursos hídricos e não propriamente ao conteúdo apresentado pela SDS/DRHI e pela MPB Engenharia.

A representatividade dos municípios foi limitada a sete dos dezessete municípios com área na bacia hidrográfica, devendo futuramente ser avaliadas as estratégias de divulgação e mobilização empregadas nesta etapa, visando integrar participantes dos municípios não representados diretamente neste I Encontro Regional.

Igualmente ao ocorrido no período matutino, na reunião com os integrantes do Comitê Jacutinga, o setor com menor número de representantes foi o de usuários de água. Muito provavelmente pelo histórico da baixa adesão de participação deste setor nas discussões sobre o tema, apesar da sua importância. Entretanto, deve-se ter em mente que um número significativo de usuários individuais, entre eles os agricultores, podem se considerar representados; já que são filiados a sistemas de produção integrada, que esteve presente. Representantes de Cooperativas Agrícolas e Frigoríficos e de Empresas consumidoras de água,

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 100
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

também participaram das discussões sobre o tema recursos hídricos, no âmbito do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e seus contíguos.

A nominata da Comissão de Acompanhamento do Plano Estratégico foi ampliada de maneira voluntária pelos participantes do Encontro. Tal comissão é aqui compreendida como bem estruturada nesta fase inicial, bastando ainda incorporar representantes de outros municípios da bacia hidrográfica.

A formalização da Comissão de Acompanhamento do Plano Estratégico, através de reunião do Colegiado e Resolução de Aprovação, é ação prioritária estando prevista para o mês de dezembro de 2008, segundo os integrantes do Colegiado presente no Encontro.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 101
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

4. CONCLUSÕES

Em função dos estudos e levantamentos desenvolvidos nesta Etapa A, onde foram feitas análises detalhadas de vários planos de informações com sucessivos avanços de acuidade, chega-se a um elenco de constatações que já podem indicar algumas ações, por parte da instituição gestora de recursos hídricos no Estado, no sentido de permitir elementos e conceitos uniformes, de forma que os processos de planejamento das bacias hidrográficas possam fluir dentro de uma lógica coerente e equilibrada.

A partir destas constatações, apresenta-se a seguir, um conjunto de conclusões, mesmo que preliminares, mas que certamente somam-se para o aperfeiçoamento dos processos de planejamento de recursos hídricos no Estado de Santa Catarina. Dentre elas destaca-se que:

- a adoção de uma terminologia conceitual, que não induza a erros de interpretação, e a delimitação clara das unidades de planejamento, que haverão de ser também de gerenciamento para os comitês de bacia, são necessidades reais no processo de aprimoramentos sucessivos na gestão dos recursos hídricos catarinenses.

- tendo em conta que na atualidade não existe o plano de recursos hídricos da bacia do rio Uruguai e que tampouco existe o respectivo comitê de bacia deste rio de domínio federal, deve-se ter presente que, conforme prevê a Resolução CNRH nº 17 de 2001, em momento futuro, deverá ser efetuada a compatibilização das condições dos exutórios dos rios do SHPRH Jacutinga com o plano da bacia hidrográfica do rio Uruguai.

- o teor do art. 29º da Lei nº 9.748 de 1994 permite delegar aos municípios o gerenciamento dos recursos hídricos de bacias inseridas integralmente em seu território, o qual poderá, eventualmente, ser de interesse em casos como os das bacias dos rios Suruvi e Queimados, no município de Concórdia, na área do SHPRH Jacutinga.

- a Lei nº. 9.022, promulgada anteriormente à lei nº 9.748 de 1994, da Política Estadual, que instituiu os Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, deve receber reparos no sentido de inserir a figura dos comitês, que obviamente passaram a fazer parte do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Santa Catarina e que não constam na composição descrita no teor da referida lei.

- os estudos até aqui desenvolvidos no SHPRH Jacutinga apontam para a necessidade de uma revisão da terminologia para uma definição clara e objetiva da área de planejamento e de abrangência do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica.

- a área territorial, oficialmente definida e entendida como Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga, quando analisada considerando aspectos básicos da Hidrologia, apresenta-se em desacordo com o conceito clássico de bacia hidrográfica, inclusive, com a definição dada no Art. 4º da própria Lei Estadual 10.949 de 1998 que textualmente diz: "Considerar-se-á bacia hidrográfica a área geográfica de contribuição de um determinado curso de água". A Contratada entende que a denominação "Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga" constitui-se num recurso simplesmente

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 102
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS			
- ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

mnemotécnico e não hidrológico, pois não é possível caracterizar um único exutório para esta área.

- visando evitar possíveis dicotomias conceituais, a Contratada optou por adotar para a área de trabalho, no âmbito dos estudos deste Plano Estratégico de Gestão Integrada, a denominação Sistema Hidrográfico de Planejamento de Recursos Hídricos Jacutinga - SHPRH Jacutinga.

- ao se confrontar a relação de municípios integrantes do Comitê e a listagem de municípios inseridos na área do SHPRH Jacutinga, obtida pela sobreposição das divisas intermunicipais com o limite da "Bacia do Rio Jacutinga" conforme o "Mapa das Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina" (SANTA CATARINA / SDM / SAR, 2000), verifica-se que a área de abrangência do "Comitê Jacutinga" é próxima, mas não é coincidente com a área de abrangência da "Bacia do Rio Jacutinga".

- a inclusão, na área de atuação do "Comitê Jacutinga", da bacia hidrográfica do rio Ariranha, define que o Comitê passa a gerenciar os recursos hídricos de uma bacia hidrográfica cuja localização, de acordo com a espacialização do "Mapa das Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina" (SANTA CATARINA / SDM / SAR, 2000), insere-se na denominada "Bacia do Rio Irani", integrante da Região Hidrográfica RH 2 – Meio Oeste.

- fica uma questão a se resolver futuramente, se assim o "Comitê Jacutinga" decidir: a área de atuação do próprio Comitê.

- em relação à reunião de trabalho com o Comitê, a Contratada entende que atendeu a expectativa inicial, com representatividade dos três setores (Sociedade Civil, Poder Público e Usuários de Água). A participação esteve limitada a atores locais do município de Concórdia e Ipumirim. Apesar desses atores representarem entidades e instituições de abrangência regional, percebe-se a necessidade de incorporação de um maior número de técnicos dos vários outros municípios que integram a Bacia Hidrográfica.

- a linguagem utilizada nas apresentações demonstrou-se adequada com relação ao objetivo do I Encontro Regional, sendo que as principais dúvidas foram relacionadas ao cadastramento de usuários de recursos hídricos e não propriamente ao conteúdo apresentado pela SDS/DRHI e pela MPB Engenharia.

- a representação dos municípios no Encontro Regional foi limitada a sete dos dezessete municípios com área na bacia hidrográfica, devendo futuramente ser intensificadas as ações visando integrar participantes dos municípios não representados diretamente no I Encontro Regional.

- deve ser empreendido um esforço mais intenso para que o setor com menos representantes, como foi o caso de usuários de água, possa vir a ter uma participação mais expressiva nos próximos Encontros. Este fato é relevante, pois a participação do setor de usuários é condição indispensável para a elaboração do Plano Estratégico da Bacia.

- considerando os aspectos do processo de ocupação da área em estudo, pode-se dizer que esta evoluiu de uma situação meramente extrativista dos recursos naturais, entre eles a

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 103
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

madeira e a erva mate, por exemplo, para uma condição agroindustrial onde a água passa a ser um insumo básico importante para o seu desenvolvimento.

- considerar os aspectos de atendimento ao consumo de água para os centros urbanos do SHPRH Jacutinga, tendo em vista o crescimento significativo apontado para a área urbana.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 104
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

5. BIBLIOGRAFIAS

5.1 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMEOSC. Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina. **Governo do Estado investe mais de R\$ 6 milhões no Microbacias2 na Regional de São Miguel.** Associação de Desenvolvimento. Plano de Desenvolvimento. São Miguel do Oeste, SC, fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://www.ameosc.org.br/conteudo/?item=2839&fa=1&cd=11604>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

ANA. **Agência Nacional de Águas.** Ministério do Meio Ambiente (MMA). Implementar e Coordenar a Gestão compartilhada e integrada dos Recursos Hídricos e Regular o acesso à Água, promovendo o seu uso sustentável em benefício da atual e das futuras gerações (Lei das Águas). Brasília, DF, 2000. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/Missao/default.asp>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

ANA. Agência Nacional de Águas. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Divisão Hidrográfica Nacional.** Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos. Sistema de Informações Hidrológicas. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/GestaoRecHidricos/InfoHidrologicas/mapasSIH/4-RHidrograficas.pdf>> & <<http://www.ana.gov.br/bibliotecavirtual/pesquisaSimples.asp?criterio=&categoria=11&pesquisar=Pesquisar&NovaPagina=3>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

ANEEL. **Agência Nacional de Energia Elétrica.** Proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

BRASIL. Congresso Nacional. Casa Civil. **Decreto-lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.** Diário Oficial da União. Institui o Novo Código Florestal. Brasília, DF, 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm>. Acesso em: 03 jan. 2009.

BRASIL. Congresso Nacional. Casa Civil. **Decreto-lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.** Diário Oficial da União. Institui o Novo Código Florestal. Brasília, DF, 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm>. Acesso em: 03 jan. 2009.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 105
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto-lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Diário Oficial da União. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF, 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l6938.htm>. Acesso em: 04 jan. 2009.

BRASIL. Congresso Nacional. Casa Civil. **Decreto-lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Diário Oficial da União. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Regulamenta o inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal e altera o artigo 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9433.htm>. Acesso em: 02 jan. 2009.

BRASIL. Congresso Nacional. Casa Civil. **Decreto-lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000**. Diário Oficial da União. Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas (ANA), entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9984.htm>. Acesso em: 03 jan. 2009.

BRASIL. Congresso Nacional. Casa Civil. **Decreto-lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Diário Oficial da União. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis: nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; nº 8.036, de 11 de maio de 1990; nº 8.666, de 21 de junho de 1993; nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978 e dá outras providências. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www.leidireto.com.br/lei-11445.html>>. Acesso em: 02 jan. 2009.

CASAN. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento. **Coordenar o Planejamento e Executar, Operar e Explorar os Serviços Públicos de Esgotos e Abastecimento de Água Potável**: realizar Obras de Saneamento Básico, em convênio com municípios do Estado; fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável para toda Santa Catarina. Florianópolis, SC, 1970. Disponível em: <<http://www.casan.com.br/index.php?sys=2>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

CERH. **Conselho Estadual de Recursos Hídricos**. Órgão encarregado de estabelecer as diretrizes da política de recursos hídricos com vistas ao planejamento das atividades de aproveitamento e controle dos recursos hídricos no território do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 1991. Disponível em:

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 106
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

<http://www.aguas.sc.gov.br/sirhsc/conteudo_visualizar_dinamico.jsp?idEmpresa=6&idMenu=33>. Acesso em: 18 fev. 2009.

CERH. Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **Resolução CERH nº 003, de 23 de junho de 1997**. O Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprova as Normas Gerais para composição, organização, competência e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Disponível em:

<http://www.aguas.sc.gov.br/sirhsc/conteudo_visualizar_dinamico.jsp?idEmpresa=6&idMenu=39&idMenuPai=38>. Acesso em: 19 jan. 2009.

CERH. Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **Resolução CERH nº 001, de 25 de julho de 2002**. Estabelece que os Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas serão criados em dezoito rios considerados principais em Santa Catarina. Disponível em: <http://www.aguas.sc.gov.br/sirhsc/conteudo_visualizar_dinamico.jsp?idEmpresa=6&idMenu=42&idMenuPai=38>. Acesso em: 18 jan. 2009.

CERH. Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **Resolução CERH nº 001, de 17 de março de 2008**. Diário Oficial do Estado nº 18.409, de 24 de julho de 2008. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água de Santa Catarina e das outras providências. Disponível em: <http://www.aguas.sc.gov.br/sirhsc/conteudo_visualizar_dinamico.jsp?idEmpresa=6&idMenu=714&idMenuPai=38>. Acesso em: 19 jan. 2009.

CIDASC. Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina. **Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural**. Florianópolis, SC, 2002 a 2008. Disponível em: <http://www.cidasc.sc.gov.br/agropecuaria2/projeto_microbacias.htm>. Acesso em: 11 nov. 2008.

COMASSETTO, Carlos Fernando. (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo (UPF). **A Colônia Rio Uruguai**: aspectos da atuação das companhias colonizadoras entre 1920-1950. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo, RS, 2008. Disponível em: <<http://www.upf.br/ppgh/download/Carlos%20Fernando%20Comassetto.prn.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

CNRH. **Conselho Nacional de Recursos Hídricos**. Ocupa a instância mais alta na hierarquia do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, instituído pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 e regulamentado através do Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 107
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Brasília, DF, 1998. Disponível em <<http://www.cnrh-srh.gov.br/index.html>>. Acesso em: 02 jan. 2009.

CNRH. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Resolução CNRH nº 05, de 10 de abril de 2000**. Estabelece as diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica. Disponível em: <<http://www.cnrh-srh.gov.br/delibera/resolucoes/R005.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2009.

CNRH. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Resolução CNRH nº 15, de 11 de janeiro de 2001**. Estabelecendo diretrizes gerais para a gestão de águas subterrâneas. Disponível em: <<http://www.cnrh-srh.gov.br/delibera/resolucoes/R015.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2009.

CNRH. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Resolução CNRH nº 16, de 08 de maio de 2001**. Estabelece critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos. Disponível em: <<http://www.cnrh-srh.gov.br/delibera/resolucoes/R016.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2009.

CNRH. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Resolução CNRH nº 17, de 29 de maio de 2001**. Estabelece entre outras diretrizes, que a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas deverá estar em conformidade com o disposto na Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997; que os Planos serão elaborados pelas competentes Agências de Água, supervisionados e aprovados pelos respectivos Comitês de Bacias e que deverão levar em consideração os planos, programas, projetos e demais estudos relacionados a recursos hídricos existentes na área de abrangência das respectivas bacias. Disponível em: <<http://www.cnrh-srh.gov.br/delibera/resolucoes/R017.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2009.

CNRH. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Resolução CNRH nº 22, de 24 de maio de 2002**. Estabelecendo diretrizes para a inserção das águas subterrâneas no instrumento Plano de Recursos Hídricos. Disponível em: <<http://www.cnrhsrh.gov.br/delibera/resolucoes/R022.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2009.

CNRH. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Resolução CNRH nº 32, de 15 de outubro de 2003**. Institui a Divisão Hidrográfica Nacional em regiões hidrográficas, tendo como finalidade orientar, fundamentar e implementar o Plano Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: <<http://www.cnrh-srh.gov.br/delibera/resolucoes/R032.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2009.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 108
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

CNRH. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Resolução CNRH nº 91, de 05 de novembro de 2008**. Dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos. Disponível em: <<http://www.cnrh-srh.gov.br/delibera/resolucoes/main.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2009.

COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SUAS BACIAS HIDROGRÁFICAS CONTÍGUAS: Folder de divulgação. **Água! Uma questão para resolver. Um lugar para discutir: o Comitê**. Florianópolis, SC. 2008.

COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SUAS BACIAS HIDROGRÁFICAS CONTÍGUAS. **Consórcio Lambari coordenou a criação do Comitê, cuja oficialização ocorreu no dia 03 de setembro de 2003, através do Decreto Estadual nº 652**. Objetivo da formação do Comitê do Rio Jacutinga e seus contíguos é priorizar ações destinadas à conservação e recuperação dos recursos hídricos do Alto Uruguai Catarinense. Concórdia, SC, 2003. Disponível em: <http://www.consorciolambari.com.br/portal/modules/mastop_publish/?tac=Comit%EA_do_Rio_Jacutinga>. Acesso em: 26 jan. 2009.

CONAMA. **Conselho Nacional do Meio Ambiente**. Órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e foi instituído pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/estr.cfm>>. Acesso em: 19 jan. 2009.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005**. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes e da outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legipesq.cfm?tipo=3&numero=357&ano=2005&texto=>>. Acesso em: 19 jan. 2009.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 396, de 03 de abril de 2008**. Dispõe sobre a classificação e diretrizes das águas subterrâneas e da outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legipesq.cfm?tipo=3&numero=396&ano=2008&texto=>>. Acesso em: 19 jan. 2009.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 109
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

CPRM. Serviço Geológico do Brasil. **Gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrológico básico necessário para o desenvolvimento sustentável do Brasil.** Brasília, DF, 1970. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br>>. Acesso em 19 jan. 2009.

CRBio. **Conselho Regional de Biologia.** Terceira Região. Porto Alegre, RS, 1987. Disponível em: <<http://www.crbio03.gov.br/home/index.php>> . Acesso em: 19 jan. 2009.

CREA. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina. **Atuar com eficácia na orientação, fiscalização, valorização e aperfeiçoamento do exercício profissional, promovendo a melhoria da segurança e da qualidade de vida da sociedade.** Florianópolis, SC, 1958. Disponível em: <<http://www.crea-sc.org.br/noticias>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

CRO. Conselho Regional de Química da 13^a Região. **Instrumento da Sociedade para Fiscalizar e Incentivar a qualidade na área de Química.** Florianópolis, SC, 2001. Disponível em: <<http://www.cfq.org.br/historico.htm>>. Acesso em 06 jan. 2009.

DIÁRIO CATARINENSE. **A Saga do Contestado.** Santa Catarina e Paraná, 1912 a 1916. Encarte Especial: Grupo RBS 30 anos Santa Catarina. O Santa Catharina 1900 a 1978. Edição nº 400. Edição: Santa Catarina, 03 de maio. 2009.

DNPM. Departamento Nacional de Produção Mineral. Criado pelo Decreto nº 23.979, de 08/03/34 – Autarquia Federal, criada pela Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2009.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Propor, Coordenar e Executar, em benefício da sociedade, soluções para a Gestão e a Difusão de Informações.** Brasília, DF, 1972. Disponível em: <http://www.embrapa.br/kw_storage/keyword.2007-06-04.5707907136>. Acesso em 14 jan. 2009.

EPAGRI. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Estado de Santa Catarina. **Conhecimento, Tecnologia e Extensão para o Desenvolvimento Sustentável do Meio Rural, em benefício da sociedade:** promover a preservação, recuperação, conservação e

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 110
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

utilização sustentável dos Recursos Naturais. Florianópolis, SC, 1991. Disponível em: <<http://www.epagri.sc.gov.br>>. Acesso em 06 jan. 2009.

FAESC. Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina. **Coordenar, promover, defender e representar os interesses dos produtores rurais integrantes da categoria econômica rural.** Florianópolis, SC, 1968. Disponível em: <<http://www.senar.com.br/portal/faesc/conteudo.php?sec=69>>. Acesso em: 29 dez. 2008.

FATMA. Fundação do Meio Ambiente. **Órgão Ambiental da Esfera Estadual do Governo do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis, SC, 1975. Disponível em: <<http://www.fatma.sc.gov.br/fatma/fatma.htm>>. Acesso em: 29 dez. 2008.

FETAESC. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina. **Representar, defender, organizar e integrar os trabalhadores rurais do Estado de Santa Catarina.** São José, SC, 1968. Disponível em: <<http://www.fetaesc.org.br/gtb2/plano.php>>. Acesso em: 07 jan. 2009.

FIESC. Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **Representar, política e institucionalmente, o setor industrial catarinense e promover a sinergia do Sistema.** Florianópolis, SC. Disponível em: <<http://www.fiesc.com.br>>. Acesso em: 08 jan. 2009.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina: municípios.** Florianópolis, SC, 2002. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/conteudo/municipios/framesetmunicipios.htm>>. Acesso em: 08 jan. 2009.

GUIA CATARINENSE. **O Portal de Santa Catarina.** SC, 2000. Disponível em: <<http://www.guiacatarinense.com.br/municipios>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

HISTEDBR. Grupo de Estudos e Pesquisas da História, Sociedade e Educação no Brasil. **A Ferrovia do Contestado.** Faculdade de Educação/Unicamp. Campinas, SP, 2002. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/img1_16.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2009.

IBAMA. **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.** Brasília, DF, 1989. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/institucional/historico>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 111
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da População 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

LAGO, Paulo Fernando. **Gente da Terra Catarinense: Desenvolvimento e Educação Ambiental**. Florianópolis, SC, 1988. Editora da UFSC. FCC Edições. Editora Lunardelli. UDESC, 352p, 1988.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. **História do MAB**. Águas para Vida e Não para Morte. Água e Energia não são Mercadorias! Brasil, BR, 1989. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/menu/historia.html>>. Acesso em 08 jan. 2009.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, Agroindústrias e Território: A dinâmica das Redes de Desenvolvimento Rural no Oeste Catarinense**. Doutorado em interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Brasil. Florianópolis, SC, 2003. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/637/512>>. Acesso em: 29 nov. 2008.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Promover a Adoção de Princípios e Estratégias para o Conhecimento, a Proteção e a Recuperação do Meio Ambiente**. Brasília, DF, 1992. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=88>>. Acesso em: 29 dez. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS. **Histórico**. Catanduvás, SC, 2009. Disponível em: <<http://www.catanduvás.sc.gov.br/conteudo/?item=22734&fa=2593>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA. **Histórico do Município**. Concórdia, SC, 2009. Disponível em: <<http://www.concordia.sc.gov.br/municipio.htm#>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA / SC. **SEARA: Capital Estadual das Borboletas**. Seara, SC, 2009. Disponível em: <http://www.seara.sc.gov.br/arquivos_internos/index.php>. Acesso em: 13 jan. 2009.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 112
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

SANTA CATARINA / FATMA. Fundação do Meio Ambiente. **Unidade de Conservação:** Parque Estadual Fritz Plaumann. Concórdia, SC, 2003. Disponível em: <http://www.fatma.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=82&Itemid=161> . Acesso em: 08 jan. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). **Decreto Estadual nº 14.250, de 05 de junho de 1981.** Regulamenta dispositivos da Lei Estadual nº 5.793/1980, referentes à Proteção e a Melhoria da Qualidade Ambiental. Disponível em: <www.ibama.gov.br/cepsul/legislacao.php?id_arq=335> . Acesso em: 18 jan. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). **Decreto nº 2.648, de 16 de fevereiro de 1998.** Regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), criado pela Lei nº 9.748, de 30 de novembro de 1994 e regulamentado pelo Decreto nº 2.648/1998. Disponível em: <http://www.cubataojoinville.org.br/arquivos/decreto_2648.pdf> . Acesso em: 16 jan. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). **Decreto nº 4.778, de 11 de outubro de 2006.** Regulamenta a outorga de direito de uso de recursos hídricos, de domínio do Estado, de que trata a Lei Estadual nº 9.748, de 30 de novembro de 1994 e da outras providências. Disponível em: <http://www.aguas.sc.gov.br/sirhsc/conteudo_visualizar_dinamico.jsp?idEmpresa=29&idMenu=499&idMenuPai=496> . Acesso em: 16 jan. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). **Decreto nº 4.871, de 17 de novembro de 2006.** Aprova a Tabela de Emolumentos para Análise e Expedição da Outorga de Direito de Uso da Água da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (SDS) e estabelece outras providências. Disponível em: <http://www.aguas.sc.gov.br/sirhsc/conteudo_visualizar_dinamico.jsp?idEmpresa=29&idMenu=519&idMenuPai=496> . Acesso em: 17 jan. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). **Decreto nº 652, de 03 de setembro de 2003.** Lex: criação do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e suas bacias hidrográficas contíguas e aprovação do seu Regimento Interno. Florianópolis, SC, 3 set. 2003.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei Complementar Estadual nº 9.022, de 06 de maio de 1993.** Dispõe sobre a instituição, estruturação e organização do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Disponível em: <http://www.sirhesc.sds.sc.gov.br/sirhsc/conteudo_visualizar_dinamico.jsp?idEmpresa=29&idMenu=247&idMenuPai=235> . Acesso em: 16 jan. 2009.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 113
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

SANTA CATARINA (Estado). **Lei Complementar Estadual nº 9.748, de 30 de novembro de 1994.** Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e das outras providências; estabelece os princípios, os objetivos, as diretrizes e, principalmente, os instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos. Institui o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), como suporte financeiro da Política e das ações do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Disponível em: <http://www.sirhesc.sds.sc.gov.br/sirhsc/conteudo_visualizar_dinamico.jsp?idEmpresa=29&idMenu=238&idMenuPai=235>. Acesso em: 18 jan. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei Complementar Estadual nº 243, de 30 de janeiro de 2003.** Estabelece nova Estrutura do Poder Executivo e no seu artigo 9º estabelece que a execução das atividades da administração estadual será descentralizada e desconcentrada e se dará preponderantemente pelas Secretarias do Desenvolvimento Regional e por outros órgãos de atuação regional. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/sdr/documentos/Lei%20Complementar%20243%20-%202003,%20que%20trata%20da%20reforma%20ADM%20e%20cria%20as%20SDRs.doc>>. Acesso em: 16 jan. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei Complementar Estadual nº 284, de 28 de fevereiro de 2005.** Estabelece modelo de gestão para a Administração Pública Estadual e dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo; no seu artigo 67º, estabelece que compete à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (SDS), "Outorgar o direito de uso da água e fiscalizar as concessões emitidas". Disponível em: <http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/conteudo/normas_legais/estadual/leis_complementares/lece284_2005.doc>. Acesso em: 17 jan. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei Complementar Estadual nº 381, de 07 de maio de 2007.** Dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual. Disponível em: <http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/conteudo/normas_legais/estadual/leis_complementares/lece_381_2007.doc>. Acesso em: 18 jan. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). Ministério Público. **Lei Estadual nº 5.793, de 16 de outubro de 1980.** Dispõe sobre a proteção e melhoria da qualidade ambiental e das outras providências. Disponível em: <http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal_lista.asp?campo=536>. Acesso em: 16 jan. 2009.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 114
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

SANTA CATARINA (Estado). **Lei Estadual nº 6.739, de 16 de dezembro de 1985.** Cria o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). Disponível em: <http://www.cubataojoinville.org.br/arquivos/lei_6739.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei Estadual nº 10.949, de 09 de novembro de 1998.** Dispõe sobre a caracterização do Estado em dez Regiões Hidrográficas. Cria o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). Disponível em: <www.cubataojoinville.org.br/arquivos/lei_10949.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). Ministério Público. **Lei Estadual nº 13.517, de 04 de outubro de 2005.** Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento e estabelece outras providências. Disponível em: <http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal_lista.asp?campo=4359>. Acesso em: 18 jan. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). Regimento Interno do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e das Bacias Hidrográficas contíguas. **Comitê do Jacutinga: órgão colegiado, de caráter consultivo e deliberativo, vinculado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos/CERH, nos termos da Lei Estadual nº 9.748 de 30 de novembro de 1994 e de acordo com as Resoluções nº003, de 23 de junho de 1997 e nº 001, de 25 de julho de 2002, sendo regido por este Regimento Interno e demais disposições legais pertinentes.** Florianópolis, SC. 3 set. 2003.

SANTA CATARINA / SDM / SAR (Estado). **Mapa das Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina 2000.** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDM) & Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural (SAR). Florianópolis, SC, 2000. Arquivo Digital. Escala nominal 1: 500.000.

SANTA CATARINA / SDS (Estado). Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável. **Panorama dos Recursos Hídricos de Santa Catarina.** Florianópolis, SC, março de 2007. CR-ROM.

SANTA CATARINA / GAPLAN. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. **Atlas de Santa Catarina.** Florianópolis, 173 p. 1986.

SANTUR. Santa Catarina Turismo S/A. **Divulgação da Política Estadual de Turismo.** Vinculada a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte. Florianópolis, SC, 1977.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 115
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Disponível em: <http://www.santur.sc.gov.br/eventos/lista_santur.php>. Acesso em: 12 jan. 2009.

SANTA CATARINA / SAR. Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural. **Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Prapem/Microbacias)**. Florianópolis, SC, 2004. Disponível em: <<http://www.microbacias.sc.gov.br>>. Acesso em: 12 nov. 2008.

SANTA CATARINA / SDM. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Diagnóstico Geral: Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, SC, 1997.

SANTA CATARINA / SDS. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. **Portaria SDS nº 25, de 03 de agosto de 2006**. Institui o Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos (CEURH) e dispõe sobre os procedimentos para cadastramento de usuários e regularização de usos dos recursos hídricos de domínialidade do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.sirhesc.sds.sc.gov.br/sirhsc/conteudo_visualizar_dinamico.jsp?idEmpresa=29&idMenu=502&idMenuPai=501>. Acesso em: 13 nov. 2008.

SANTA CATARINA / SDS. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. **Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina (SIRHESC)**. Florianópolis, SC, 2006. Disponível em: <<http://www.aguas.sc.gov.br/sirhsc>>. Acesso em: 05 jan. 2009.

SDR. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Concórdia (SDR Concórdia) **Criada pela Lei Complementar Estadual nº 243, de 30 de janeiro de 2003**. Florianópolis, SC, 2003. Disponível em: <<http://www.cda.sdr.sc.gov.br>> & <<http://www.sc.gov.br/sdr/documentos/Lei%20Complementar%20243%20-%202003,%20que%20trata%20da%20reforma%20ADM%20e%20cria%20as%20SDRs.doc>>. Acesso em: 16 jan. 2009.

SDR. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Joaçaba (SDR Joaçaba). **Criada pela Lei Complementar Estadual nº 243, de 30 de janeiro de 2003**. Florianópolis, SC, 2003. Disponível em: <<http://www.jca.sdr.sc.gov.br>> & <<http://www.sc.gov.br/sdr/documentos/Lei%20Complementar%20243%20-%202003,%20que%20trata%20da%20reforma%20ADM%20e%20cria%20as%20SDRs.doc>>. Acesso em: 16 jan. 2009.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 116
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

SDR. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Seara (SDR Seara) **Criada pela Lei Complementar Estadual nº 243, de 30 de janeiro de 2003**. Florianópolis, SC, 2003. Disponível em: < <http://sar.sdr.sc.gov.br> & < <http://www.sc.gov.br/sdr/documentos/Lei%20Complementar%20243%20-%202003,%20que%20trata%20da%20reforma%20ADM%20e%20cria%20as%20SDRs.doc>>. Acesso em: 16 jan. 2009.

SDS. **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável**. Florianópolis, SC. Disponível em: <http://www.sds.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=78&lang=brazilian_portuguese>. Acesso em: 16 jan. 2009.

SENAC. **Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial**. Desenvolver pessoas e organizações para o mundo do trabalho, com ações educacionais e disseminando conhecimentos em Comércio de Bens e Serviços. Florianópolis, SC, 1946. Disponível em: <<http://www.sc.senac.br/index.php>>. Acesso em: 08 jan. 2009.

SENAI. **Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Estado de Santa Catarina**. Formar e Aperfeiçoar Profissionais para o Setor Industrial. Florianópolis, SC, 1954. Disponível em: <<http://www.sc.senai.br>>. Acesso em: 08 jan. 2009.

SIMAE. Serviços Intermunicipais de Água e Esgoto. **Responsável pelo Abastecimento de Água e Coleta de Esgotos nos Municípios de Capinzal e Ouro**. Abril de 1974. Disponível em: < <http://www.classificadosmercosul.com.br/simaecao/historic.htm>>. Acesso em: 08 jan. 2009.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH). **Efemérides de Santa Catarina**. Enciclopédia Simpósio/Fundação Cultural Simpósio. Florianópolis, SC, 1997. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~simpozio/Catarinense/Efemerides/marco.html#1403sc00>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

UNOCHAPECÓ. Universidade Comunitária Regional de Chapecó. **Levar a Universidade à Comunidade e trazer a Comunidade à Universidade**. Chapecó, SC, 2002. Disponível em: <http://www.unochapeco.edu.br/?cod_orgao=1&cod_modulo=13>. Acesso em: 08 jan. 2009.

UNOESC. Universidade do Oeste de Santa Catarina. **Formar pessoas, Produzir conhecimentos e Oferecer serviços voltados ao Desenvolvimento humano, sócio-**

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 117
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

econômico e cultural do Oeste de Santa Catarina. Joaçaba, SC, 1996. Disponível em: <http://www.unoescxxe.edu.br/web_reitoria/estrutura/historico.php>. Acesso em: 12 jan. 2009.

VISA. Vigilância Sanitária. Secretaria de Estado da Saúde. Conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas decorrentes do meio ambiente e prestação de serviços de interesse da saúde. Disponível em: <www.vigilanciasanitaria.sc.gov.br>. Acesso em: 08 jan. 2009.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 118
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

5.2 BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

ACAMOSC. **Associação das Câmaras Municipais do Oeste de Santa Catarina.** Integrar os Poderes Legislativos Municipais nas ações comunitárias e regionais sustentáveis: motivando seus membros e instrumentando-os tecnicamente. Chapecó, SC, 1995. Disponível em: <http://www.acamosc.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=84&Itemid=86>. Acesso em: 29 dez. 2008.

AMAI. **Associação dos Municípios do Alto Irani.** Defender os interesses institucionais dos municípios da região. Xanxerê, SC, 1978. Disponível em: <<http://www.amaisc.org.br/conteudo/?item=2049&fa=47>>. Acesso em: 29 dez. 2008.

AMARP. **Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe.** Coordenar, Ampliar e Fortalecer a Capacidade Administrativa, Econômica e Social dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe. Videira, SC, 1968. Disponível em: <<http://www.amarp.org.br/conteudo/?item=377&fa=376>>. Acesso em 29 dez. 2008.

AMERIOS. **Associação dos Municípios do Entre Rios de Santa Catarina.** Representa os Municípios, defendendo os interesses regionais e fortalecendo as administrações. Maravilha, SC, 1996. Disponível em: <<http://www.amerios.org.br/conteudo/?item=262&fa=34>>. Acesso em 30 dez. 2008.

AMNOROESTE. **Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina.** Ampliar e Fortalecer a Capacidade Administrativa, Econômica e Social dos Municípios. São Lourenço do Oeste, SC, 1996. Disponível em: <<http://www.amnoroeste.org.br/conteudo/?item=1094&fa=263>>. Acesso em 30 dez. 2008.

AMOSC. Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina. **Defender os Interesses Institucionais, Ampliando e Fortalecendo a Capacidade Administrativa, Econômica e Social dos Municípios.** Chapecó, SC, 1968. Disponível em: <<http://www.amosc.org.br/conteudo/?item=1794&fa=251>>. Acesso em 29 dez. 2008.

DEFESA CIVIL ESTADUAL. Defesa Civil em Santa Catarina. **Planejar e Promover a Defesa permanente contra desastres; prevenindo e minimizando danos, socorrendo e**

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 119
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

assistindo populações atingidas por desastres e recuperando áreas por eles deterioradas. Florianópolis, SC, 1973. Disponível em:

<http://www.defesacivil.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=129&Itemid=178>. Acesso em 14 jan. 2009.

FECAM. **Federação Catarinense de Municípios.** Programa de Capacitação de Gestores Ambientais e Conselheiros do SISNAMA no Estado de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 1980. Disponível em:

<http://www.fecam.org.br/a9/scripts/a9_download.php?f=/www/fecam/arquivosbd/pag_avulsa/s/0.933675001164128886_pcn___anexo.doc&fn=pcn___anexo.doc.>. Acesso em: 29 dez. 2008.

FECOAGRO. **Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina.** Promover o fortalecimento das cooperativas filiadas e seus associados, com produtos e serviços de qualidade, proporcionando rentabilidade e competitividade no mercado em que atua. Florianópolis, SC, 1975. Disponível em: < <http://www.fecoagro.coop.br/historico.php>>. Acesso em: 08 jan. 2009.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Promover a Educação Básica aos Índios, Demarcar, Assegurar e Proteger as Terras por eles tradicionalmente ocupadas, Estimular o Desenvolvimento de Estudos e Levantamentos sobre os Grupos Indígenas.** Brasília, DF, 1967. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.html>>. Acesso em: 08 jan. 2009.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de Crescimento e Diferenciação Econômica em Santa Catarina,** Universidade Estadual de Campinas/Unicamp. Instituto de Economia. Campinas, SP; 2001.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina: municípios.** Florianópolis, SC, 2002. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/conteudo/municipios/ frametsetmunicipios.htm>>. Acesso em: 08 jan. 2009.

GUIA CATARINENSE. **O Portal de Santa Catarina.** SC, 2000. Disponível em: <<http://www.guiacatarinense.com.br/municipios>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, Agroindústrias e Território:** a dinâmica das Redes de Desenvolvimento Rural no Oeste Catarinense. Doutorado em interdisciplinar em

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 120
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Brasil. Florianópolis, SC, 2003. Disponível em:
<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/637/512>>. Acesso em: 29 nov. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÃ. Arabutã, SC, 2009. Disponível em: <http://www.arabuta.sc.gov.br/home/index.php>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ. **História de Itá**. Itá, SC, 2009. Disponível em: <<http://www.ita.sc.gov.br/conteudo/?item=21115&fa=4850>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM. Ipumirim, SC, 2009. Disponível em: <<http://www.ipumirim.sc.gov.br/home/index.php>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANI. **Histórico do Município de Irani**. Irani, SC, 2009. Disponível em: <<http://www.irani.sc.gov.br/conteudo/?item=12513&fa=4739&cd=417&cc=301>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL. **História do Município**. Lindóia do Sul, SC, 2009. Disponível em: <<http://www.lindoiadosul.sc.gov.br/conteudo/?item=12476&fa=5701>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ. **História de Jaborá**. Jaborá, SC, 2009. Disponível em: <<http://www.jabora.sc.gov.br/conteudo/?item=20127&fa=5109>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM BONITA. **Histórico**. Vargem Bonita, SC, 2009. Disponível em: <<http://www.vargembonita.sc.gov.br/conteudo/?item=21389&fa=10659>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE. **História**. Água Doce, SC, 2009. Disponível em: <<http://www.aguadoce.sc.gov.br/conteudo/?item=19159&fa=78>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA. **Histórico**: origem e formação. Alto Bela Vista, SC, 2009. Disponível em:

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 121
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

<<http://www.altobelavista.sc.gov.br/conteudo/?item=12478&fa=743>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA. **Cultura e História**. Ipira, SC, 2009. Disponível em: <<http://www.ipira.sc.gov.br/conteudo/?item=4582&fa=6&cd=todos>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO. **Conheça a Colonização do Município**. Ouro, SC, 2009. Disponível em: <<http://www.ouro.sc.gov.br/conteudo/?item=18196&fa=6774>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL. **Como tudo começou...** Paial, SC, 2009. Disponível em: <<http://www.paial.sc.gov.br/conteudo/?item=22749&fa=6848>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERITIBA. **História**: aspectos históricos. Peritiba, SC, 2009. Disponível em: <<http://www.peritiba.sc.gov.br/conteudo/?item=16014&fa=7329>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). **Santa Catarina: Municípios**. Florianópolis, SC, 2002. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/conteudo/municipios/ frametsetmunicipios.htm>>. Acesso em: 08 jan. 2009.

SANTA CATARINA / FATMA. Fundação do Meio Ambiente. Prapem/Microbacias2 (Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural). **Planejamento e Início de Implementação do Corredor Ecológico da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga (TOR 066/2006)**. Plano de Trabalho. Componente Gestão Ambiental. Subcomponente Corredores Ecológicos e Unidades de Conservação. Florianópolis, SC, abril de 2008.

SANTA CATARINA / SDS (Estado). Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. **Plano Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina (PERH/SC)**. Relatório Temático (RT-05): Diagnóstico da Dinâmica sócio-institucional das regiões hidrográficas. Etapa A: Diagnóstico da Situação Atual dos Recursos Hídricos. Documento Preliminar: em análise. [2006/2007].

SANTA CATARINA / SDS. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. **Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina**

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 122
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

(SIRHESC). Florianópolis, SC, 2006. Disponível em: <<http://www.aguas.sc.gov.br/sirhsc>>. Acesso em: 13 nov. 2008.

SENAR. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado de Santa Catarina. **Desenvolver ações de Formação Profissional Rural e atividades de Promoção Social voltadas para o homem rural, contribuindo para sua qualificação, integração na sociedade, qualidade de vida e cidadania.** Florianópolis, SC. Disponível em: <http://www.senar.com.br/html/senar_apresentacao.php>. Acesso em 07 jan. 2009.

SISTEMA SINDUSCON. **Entidade representativa da classe patronal da indústria da Construção civil da Grande Florianópolis:** fortalecer o setor, buscando o desenvolvimento sustentável, integrando pessoas, organizações e meio ambiente. Florianópolis, SC, 2003. Disponível em: <<http://www.sinduscon-fpolis.org.br/index.asp?dep=66>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. CEDIBH. Centro de Disseminação de Informações para a Gestão de Bacias Hidrográficas. **Perguntas Frequentes.** Florianópolis, SC, 1980. Disponível em: <<http://www.caminhodasaguas.ufsc.br/perguntas-frequentes-2>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. CEDIBH. Centro de Disseminação de Informações para a Gestão de Bacias Hidrográficas. **Histórico.** Florianópolis, SC, 1980. Disponível em: <<http://www.caminhodasaguas.ufsc.br/historico-novo>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH). **História Econômica de Santa Catarina.** Enciclopédia Simpósio/Enciclopédia de regiões. Florianópolis, SC, 1997. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~simposio/EncReg/EncSC/MegaHSC/Historia_economicaSC/91sc4914-final.html>. Acesso em: 13 jan. 2009.

UNOCHAPECÓ. **Universidade Comunitária Regional de Chapecó.** Levar a Universidade à Comunidade e trazer a Comunidade à Universidade. Chapecó, SC, 2002. Disponível em: <http://www.unochapeco.edu.br/?cod_orgao=1&cod_modulo=13>. Acesso em: 08 jan. 2009.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 123
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

UNOESC. **Universidade do Oeste de Santa Catarina.** Formar pessoas, Produzir conhecimentos e Oferecer serviços voltados ao Desenvolvimento humano, sócio-econômico e cultural do Oeste de Santa Catarina. Joaçaba, SC, 1996. Disponível em: <http://www.unoescxxe.edu.br/web_reitoria/estrutura/historico.php>. Acesso em: 12 jan. 2009.

UVESC. **União dos Vereadores de Santa Catarina.** Órgão Máximo de Representação dos Vereadores do Estado de Santa Catarina: desenvolver o espírito associativo entre os Vereadores de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 1973. Disponível em: <<http://www.uvesc.org.br/index.php?pg=estatuto>>. Acesso em: 29 dez. 2008.

WERLANG, A. A. **A colonização às margens do Rio Uruguai no extremo oeste catarinense:** atuação da Cia. Territorial Sul Brasil (1925-1954), SC, 1999.

DOCUMENTO	RELATÓRIO – ETAPA A	RL-1808-900-931-MPB-002	
EMPREENDEDOR	SDS	REVISÃO C	Página 124
EXECUTOR	MPB ENGENHARIA		
PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JACUTINGA E SEUS CONTÍGUOS - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -			

6. ANEXOS